



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM
À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**Apresentada pelo Governador do Estado,
Engenheiro Ildo Meneghetti, por ocasião
da abertura da sessão legislativa de 1958.**

1 9 5 8

**Officinas Gráficas da Imprensa Oficial
PORTO ALEGRE**

I N D I C E

P R E A M B U L O

ADMINISTRAÇÃO GERAL	53
Secretaria do Governo	55
Secretaria do Interior e Justiça	59
Procuradoria Geral do Estado	67
Departamento do Serviço Público	71
Departamento Estadual de Estatística	75
POLÍTICA SOCIAL	79
Secretaria de Educação e Cultura	81
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul	91
Departamento Estadual de Saúde	93
Serviço Social de Menores	99
Instituto de Previdência do Estado	103
POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA	107
Secretaria da Fazenda	109
Conselho Estadual de Contribuintes	127
Bólsa de Valores do Rio Grande do Sul	129
Departamento da Loteria do Estado	131
Comissão Estadual de Compras	133
Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio	135
Comissão Estadual de Silos e Armazéns	145
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite	151
Instituto Rio-Grandense do Arroz	155
Instituto Sul-Riograndense de Carnes	159
OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES	161
Secretaria das Obras Públicas	163
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	171
Departamento Autônomo de Carvão Mineral	179
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	181
Comissão Estadual de Energia Elétrica	185
Viação Férrea do Rio Grande do Sul	189

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Tenho a grata oportunidade de comparecer, mais uma vez, a esta Colenda Assembléia, no desempenho do honroso dever de expor aos representantes do povo riograndense a situação dos negócios do Estado, ao aproximar-se o término de minha administração.

Considero o cumprimento dêsse salutar preceito constitucional o momento culminante, na prática de um princípio uniforme e invariavelmente seguido, desde o instante em que assumi o Governo do Rio Grande do Sul.

Na qualidade de Chefe do Governo, propus-me exercer o mandato às claras, em contacto permanente com a opinião pública.

Todos os atos do Executivo, no exercício de suas funções de Governo e administração, têm estado continuamente ao alcance dos diversos órgãos informativos e de esclarecimento popular, submetendo-se à crítica honesta e construtiva que, quando realmente revestida dêsses atributos, constitui um complemento precioso e indispensável à elucidação dos grandes problemas de interesse coletivo.

Governador de todos os riograndenses, impus-me, e aos meus dignos auxiliares de Governo, como norma fundamental, princípio básico das atividades e planejamentos do Executivo, administrar em plano superior às querelas partidárias e dissídios de opinião, visando os elevados interesses do Rio Grande e de seu povo e com espírito permanentemente volvido para nossas realidades econômico-financeiras.

Nessa ordem de preocupações, dois elevados e ingentes objetivos se apresentavam, desde logo à atenção do atual Governo: lançar os fundamentos de uma obra de recuperação de nosso debilitado sistema financeiro e concentrar esforços, recursos e meios de ação, no sentido de revitalizar a economia riograndense, face às suas imensas possibilidades, diuturnamente reveladas através do trabalho construtivo e progressista de nossos conterrâneos.

Ao dirigir-me, no ano transato, ao comércio riograndense, por

ocasião do conclave de suas entidades de classe, tive a oportunidade de referir-me ao grande interesse, despertado no país e no estrangeiro, no sentido de investimentos e aplicações de capital privado no Rio Grande do Sul, em indústrias e realizações diversas que viariam fortalecer nossa economia e acelerar seu desenvolvimento, assunto êsse sôbre o qual voltarei, ainda, a discorrer, na presente exposição.

Afirmava eu, entretanto, que, para incrementar êsse interesse e canalizar essas energias inaproveitadas, necessário se tornava lançar as bases econômicas indispensáveis para que tais investimentos se concretizassem em pujante realidade.

Com êssse objetivo, encarou frontalmente o atual Govêrno o problema dos transportes e da circulação das riquezas, não hesitando, tal a sua vital importância, em buscar a respectiva solução através de profunda revisão tributária, consubstanciada nos diplomas legais relativos à Taxa de Transportes.

Continuou o Govêrno, por outro lado, a concentrar suas atenções no problema da energia elétrica, assegurando, com todos os meios a seu dispor, a continuidade do Plano de Eletrificação e procurando, mesmo, acelerar a respectiva execução.

Não se limitou o Poder Público, em sua política de fomento e assistência econômica, ao plano exclusivamente estadual, estendendo-a, porém, ao setor federal, seja mediante a ação direta do Executivo junto aos órgãos técnicos e administrativos da União, seja através do trabalho profícuo de nossa representação junto ao Parlamento Nacional, no sentido de ampliar recursos e promover a respectiva aplicação em obras públicas de fundamental interesse, executadas diretamente pelo Govêrno Federal, ou por órgãos técnicos estaduais, mediante delegação.

Não se restringiram, porém, à energia e ao transporte, os investimentos e realizações da atual administração, ampliando-se a outros setores de fundamental interesse para o Estado, como os de educação e saúde pública, segurança e saneamento, assistência e fomento agrícola, edifícios e instalações públicas, comunicações telefônicas e outros.

Os resultados obtidos patenteiam-se hoje, não mediante meras expressões vazias de sentido, próprias de uma vã demagogia, e sim através da realidade tangível de amplo e valioso acervo de obras públicas, que atestarão, para a posteridade, o esforço contínuo e a honradez de propósitos de um Govêrno, no sentido de corresponder às aspirações da coletividade riograndense.

* * *

No intuito de recuperação de nossas finanças e no desenvolvimento de seu programa de investimentos e obras públicas, defron-

tou-se o Governo do Estado com obstáculos, por vezes insuperáveis, decorrentes da presente conjuntura econômico-financeira do País.

Para uma exata apreciação desses óbices e dificuldades e de sua repercussão na vida administrativa riograndense, cumpre examinar a posição econômica e financeira do Estado, em nossa estrutura federativa, assunto sobre o qual já tive, aliás, oportunidade de versar, em mensagem anterior a esta egrégia Assembléia e que continua revestido de vivo e palpitante interesse, no sentido de uma verdadeira compreensão de nossos problemas.

Assaz restrito é o campo de ação das unidades federadas, na condução da vida econômica nacional, realizada quase exclusivamente pela União, que detém, no País, os poderes de disciplina da moeda e do crédito, de intervenção no domínio econômico, de controle do comércio exterior e do câmbio e de regulação do direito do trabalho, encontrando-se, portanto, as economias regionais na íntima dependência da política a respeito seguida pelo Governo Federal.

A este está, pois, confiado o leme da vida econômica do País, reservando-se às demais esferas governamentais uma insignificante área de influência, cada vez mais reduzida.

Nessas condições, procuram os Estados e Municípios amoldar as respectivas estruturas econômicas às condições prevalentes no âmbito nacional, ajustamento incompleto, senão instável e precário, face às constantes mudanças de orientação na esfera federal.

De outra parte, no planejamento e execução das obras e serviços a seu cargo, necessário se torna a essas unidades políticas o estabelecimento de uma escala de prioridades para que, dentro do âmbito limitado dos recursos que dispõem, seja alcançada a máxima utilidade social nos investimentos que realizam.

Cumpre reconhecer, portanto, que, para fixar as diretrizes de uma sã política econômica regional, indispensável se torna o conhecimento generalizado e sistemático da vida econômica do Estado, em todos os seus múltiplos aspectos.

Cabe aqui insistir na necessidade, já anteriormente apontada, de um Conselho Estadual de Economia, tendo por objetivo principal o estudo permanente da situação econômica do Estado, como condição indispensável para o planejamento das diversas realizações governamentais.

Trata-se de iniciativa de elevada repercussão administrativa, já submetida ao estudo do Gabinete de Orçamento e Finanças da Secretaria da Fazenda.

Por ora, tem o Governo procurado na medida do razoável, disciplinar os investimentos públicos com base em levantamentos econômicos parciais, distribuindo os ingressos segundo determinada

ordem de prioridades, para serviços de fundamental importância, como o de educação, transportes e outros a que anteriormente me referi.

O extraordinário desenvolvimento da função atribuída ao Poder Público no complexo das atividades econômicas veio acarretar uma considerável expansão dos orçamentos públicos e, simultaneamente, uma maior interpenetração entre a economia e as finanças.

Com efeito, assumiram as receitas e despesas públicas, nos tempos atuais, projeções verdadeiramente gigantescas, sofrendo inevitavelmente a poderosa influência das flutuações econômicas. Em sentido inverso passaram os orçamentos, mercê de seu maior volume, a ser utilizados como um precioso instrumento de regularização do fluxo da renda nacional e de correção das desigualdades existentes em sua distribuição.

Nas organizações federativas, entretanto as repercussões da conjuntura econômica sobre os orçamentos públicos variam nas diferentes ordens do Governo, segundo a natureza e volume das despesas e conforme a estrutura do sistema fiscal.

Em nosso País, analisados os sistemas tributários e de despesas de cada esfera do Governo, verifica-se que o impacto das oscilações econômicas é, indubitavelmente, maior sobre os Estados e Municípios, do que sobre a União.

Como é notório, processa-se o desenvolvimento econômico do Brasil em ritmo intenso, acompanhado porém, de aguda e pertinaz inflação. Esse permanente estado inflacionário da economia nacional acarreta grandes embaraços ao planejamento financeiro.

Com efeito, em consequência da constante elevação dos preços dos bens e serviços, difícil se torna a fixação da despesa pública dessa natureza. Por outro lado, gerando a inflação um desequilíbrio entre os preços das utilidades e as remunerações dos fatores primordiais da produção, vê-se o Poder Público compelido a reajustar periodicamente os vencimentos dos seus servidores, para evitar o aviltamento dos salários.

É certo que, paralelamente ao crescimento vertiginoso da despesa pública, própria de uma época de inflação, registra-se um substancial aumento das imposições fiscais, em virtude da aludida elevação de preços dos bens e serviços.

Cumprе observar, porém, que, dentro de cada esfera de governo, despesa e receita não aumentam em proporções equivalentes, sob o influxo inflacionário. Como a primeira normalmente excede a segunda, rompe-se o equilíbrio financeiro, que só poderá ser novamente alcançado se o sistema tributário fôr suficientemente elástico para ensejar a reação.

No caso brasileiro, confrontados os sistemas fiscais da União,

Estados e Municípios, observa-se que o primeiro é essencialmente dinâmico, enquanto os dois últimos se revestem de caráter estático, motivo por que a inflação traz maior desordem às finanças estaduais e municipais do que às federais.

Grandes obstáculos proporciona, ainda, a inflação ao planejamento financeiro, no que concerne ao crédito público.

Na realidade, as constantes elevações dos preços das utilidades proporcionam avultados lucros, que permitem pagar maior taxa de juros, o que impossibilita ao Governo o recurso aos empréstimos de lançamento.

Outrossim, no que respeita ao crédito bancário, assaz perniciosos são, também, os efeitos inflacionários, para as finanças governamentais, uma vez que a contínua desvalorização da moeda obriga os estabelecimentos de crédito a elevar demasiadamente as taxas de juros e a diminuir exageradamente os prazos de empréstimos, tornando, assim, impraticável, para grande número de obras e serviços, essa forma de financiamento.

Entretanto, se é certo que as finanças públicas sofrem diretamente os reflexos das oscilações econômicas, não é menos verdade que podem, também, influenciar no desenvolvimento da economia.

Naturalmente, porém, processa-se a reação das finanças públicas às flutuações econômicas, através do crédito público ou da tributação.

Nas organizações federativas, como a nossa, somente o Poder Central tem possibilidades reais de usar dessas medidas, pelas razões anteriormente apontadas.

Na programação das obras e serviços necessários ao desenvolvimento da economia riograndense, acentua-se cada vez a participação do Estado, em sua missão de incrementar e assistir a atividade desenvolvida pelos particulares.

Os encargos correspondentes aos benefícios oriundos dos empreendimentos públicos deveriam, por um elementar princípio de justiça, dividir-se equitativamente entre as presentes e futuras gerações.

Curial seria, portanto, que o Estado recorresse invariavelmente aos empréstimos, para financiar os investimentos indispensáveis ao progresso de sua economia.

Não pode, contudo, o apêlo ao crédito público, como foi referido anteriormente, surtir resultados satisfatórios, por não se achar regularizado o mercado monetário, em consequência da inflação.

De outra parte, considerada a crescente centralização do poder financeiro, a obtenção de empréstimos nos estabelecimentos de crédito ficou na quase inteira dependência da política seguida pelo Governo da União.

Inobstante as gestões levadas a efeito pelo Estado, para socorrer-se desta fonte de financiamento, reduzido número de operações de crédito pôde ser, efetivamente, contratado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, para construção de silos, obras de eletrificação e saneamento, edificação de prédios para educação e saúde pública e reaparelhamento ferroviário.

Bastante limitada tem sido, pois a cooperação federal, através das instituições bancárias sob seu contróle, para financiamento das múltiplas obras e serviços a cargo do Estado, principalmente considerando-se que a expansão de créditos no setor governamental tem, de um modo geral, atingido altos níveis e que a nossa potencialidade econômica assegura a rápida produtividade da maioria dos investimentos.

Visando compensar o sensível decréscimo das receitas extraordinárias, lançou mão o Estado de majorações tributárias, para não retardar indevidamente o ritmo de execução das obras e serviços mais instantaneamente reclamados pela coletividade.

Tendo em vista que os empréstimos públicos constituem sempre impostos diferidos e que a respectiva concessão, pelos estabelecimentos de crédito, vem sendo feita a prazos excessivamente curtos e a juros demasiadamente altos, cumpre concluir que a solução acolhida pelo Estado é realmente, a que melhor se adapta às condições do ambiente econômico.

Duas grandes revisões tributárias foram efetuadas pelo atual Governo.

A primeira, a que já tive oportunidade de referir-me, objetivou a solução do grave problema dos transportes, que estava a exigir recursos vultosos e permanentes, sob pena de estrangulamento da economia riograndense. Destinou-se a segunda, sensivelmente alterada em suas proporções, no plenário desta egrégia Assembléia, a atender às despesas provenientes do reajustamento de vencimentos do funcionalismo público, que a inflação aviltara.

No que respeita à pressão tributária, contrariamente ao que em geral se afirma, não atingiu a mesma níveis exagerados, quer em nosso Estado, quer no próprio âmbito nacional. Revelam, com efeito, as últimas estatísticas conhecidas, atinentes a 1955, que as imposições fiscais correspondiam, no Rio Grande do Sul, a 12,9% da renda regional e, no País, a 16,4%, da renda nacional.

* * *

Postas, assim, em relêvo as inúmeras limitações da área de atuação do Estado, no setor econômico-financeiro, fácil se torna com-

preender porque o problema orçamentário se tem apresentado com tão sombrias perspectivas.

Tornou-se a execução orçamentária de 1957, como as anteriores, extremamente complexa, dada a repercussão dos apontados desequilíbrios, no âmbito das finanças estaduais.

Embora formalmente votada como orçamento equilibrado, era, na realidade, a lei de meios para o aludido exercício, altamente deficitária, não só porque as previsões da receita apresentavam-se excessivamente otimistas, como, ainda, em virtude de serem evidentemente fracas as dotações destinadas ao atendimento das despesas.

Apesar dos ingentes esforços desenvolvidos pelo Governo do Estado, no sentido de incentivar, ao máximo, a coleta de ingressos e de comprimir, tanto quanto possível, a despesa variável, chegou-se ao final do exercício em aprêço com um deficit de cêrca de Cr\$. . 1.162.000.000,00.

Para um conhecimento exato da situação, passo a apresentar os seguintes dados, sôbre a execução orçamentária em exame, conjugadas, na receita, as operações de crédito realizadas e incluídos, na despesa, os gastos efetuados com o produto de empréstimos:

RECEITA

Orçada	Milhões de Cr\$
Receita ordinária	8.195
Receita extraordinária	117
	<hr/>
Total	8.312
	<hr/>
Arrecadada	
Receita ordinária	6.691
Receita extraordinária	273
	<hr/>
Total	6.964
Menor receita	1.348

DESPESA

Autorizada	
Orçamento	8.312
Anulações de dotações orçamentárias	2.377
	<hr/>
Orçamento líquido	5.935

Créditos suplementares	2.138	
Créditos especiais do exercício	970	
Créditos especiais de exercícios anteriores, transferidos	219	
Créditos extraordinários do exercício	10	
Créditos extraordinários de exercícios ante- riores, transferidos	1	3.338
	<hr/>	<hr/>
Total		9.273

Realizada

Orçamento e créditos suplementares	7.761
Créditos especiais e extraordinários	365
	<hr/>
Total	8.126
Menor despesa	1.147

RESUMO**Previsão**

Despesa autorizada	9.273
Receita orçada	8.312
	<hr/>
Deficit previsto	961

Execução

Despesa realizada	8.126
Receita arrecadada	6.964
	<hr/>
Deficit verificado	1.162

Resultado

Deficit previsto:

Créditos adicionais do exercício	3.018
Créditos adicionais de exercícios anteriores	220
	<hr/>
	3.338

Superavit do orçamento (excluídas as anulações de dotações orçamentárias)	2.377	961
<hr/>		
Deficit agravado:		
Menor receita	1.348	
Menor despesa	1.147	201
<hr/>		
Deficit verificado		1.162

Inúmeros fatores adversos contribuíram para a formação do avultado deficit em aprêço.

Entre êsses fatores, quero destacar a acentuada deficiência da dotação global, destinada a atender o aumento de vencimentos do funcionalismo público, decorrente das majorações efetuadas sobre o projeto originário do Executivo, bem como da circunstância, já mencionada, de ter sido reduzida, em suas proporções, no plenário dessa colenda Assembléia, a revisão tributária contida no mesmo projeto e destinada à cobertura da despesa respectiva.

Contribuíram, ainda, entre outras causas, para o deficit em estudo, a permanência da receita em níveis inferiores aos da respectiva previsão, como decorrência da atual conjuntura econômica, no Estado; os mandados de segurança ajuizados por grande número de contribuintes, contra as elevações de impostos, e as dificuldades encontradas para a realização de empréstimos destinados ao financiamento de obras públicas.

No exercício em exame, totalizaram as despesas de investimentos cêrca de Cr\$ 1.000.000.000,00, incluídas, nesse valor, as aplicações no setor de transporte, enquanto o montante dos empréstimos realizados alcançou apenas a Cr\$ 108.000.000,00.

Nessas condições, vem as receitas correntes fornecendo, como nos anos anteriores, recursos não só para as despesas comuns, como ainda para a quase totalidade das despesas de capital.

Teoricamente, deveria o aludido déficit de Cr\$ 1.162.000.000,00, ser coberto com a emissão de apólices, considerando-se, sobretudo, que os investimentos efetuados foram quase integralmente financiados com recursos normais de tributação.

Na realidade, porém, acha-se o Estado na impossibilidade de valer-se dessa medida saneadora, uma vez que a espiral inflacionária, provocando indiretamente a elevação da taxa de juros, acarreta obstáculos à colocação de títulos públicos.

Projetar-se-á o resultado negativo da execução orçamentária, como é evidente, na situação financeira líquida e só poderá ser re-

cuperado através de futuros superávits ou de consolidação de dívidas.

A dívida pública que, no término do exercício de 1956, atingiu a Cr\$ 3.383.000.000,00, elevou-se aproximadamente a Cr\$ 4.580.000.000,00, ao encerrar-se o ano de 1957.

Apesar de sua expressiva majoração, no decorrer do ano findo, não pode, ainda assim, ser considerada excessiva, em seu total, visto que corresponde a 65% da receita de impostos e a 49% da receita geral, prevista para o corrente exercício.

Para ilustrar a assertiva, basta dizer que, no período de 1947 a 1956, oscilou a percentagem da dívida pública, sobre a receita de impostos, em nosso Estado, entre 121% e 84%, enquanto que, no Estado de São Paulo, com suas finanças regularizadas, essa relação era, ainda, no ano findo, da ordem de 130%.

Passando-se, entretanto, ao exame das diversas parcelas da dívida, verifica-se que a fundada é sensivelmente baixa, enquanto a flutuante é acentuadamente alta.

Com efeito, enquanto a primeira, correspondendo a compromissos exigíveis a prazos longos e médios, atinge a apenas Cr\$ 2.028.000.000,00, totaliza a segunda, relativa a obrigações assumidas a curto prazo, Cr\$ 2.252.000.000,00.

Tal montante reflete-se defavoravelmente na gestão das finanças estaduais, de vez que gera a impontualidade na satisfação dos compromissos.

Torna-se, portanto, uma necessidade capital, para regularizar a situação financeira do Estado, a consolidação de uma parte substancial de sua dívida flutuante.

Tal foi o processo de recuperação financeira do grande Estado bandeirante, que, somente com o Banco do Brasil, logrou realizar um empréstimo superior a Cr\$ 8.000.000.000,00, para consolidar uma expressiva parcela da dívida em referência.

É evidente que essa medida deve ser completada por outras que conduzam à mesma finalidade, entre as quais as tendentes à manutenção do equilíbrio orçamentário, para impedir a formação de novas deficiências, enquanto se processa o saneamento das já existentes.

Não obstante a limitada cooperação da União, através de seu sistema bancário, vem o Estado procedendo ao resgate de sua mais remota dívida flutuante, com a entrega de apólices emitidas ao par a prazo médio, como medida tendente à regularização financeira, cuja necessidade se impõe, principalmente por seus benéficos resultados na órbita administrativa.

Valendo-se, outrossim, do disposto na Lei federal n.º 3.337, de 12 de dezembro do ano findo, que autorizou a União a emitir

letras e obrigações do Tesouro Nacional, para atender ao financiamento de déficits e realizar o combate à inflação, bem como a aplicar 30% do respectivo limite, em empréstimos aos Estados, Municípios e Distrito Federal, para tal fim, solicitou o Estado ao Governo Federal um empréstimo de Cr\$ 500.000.000,00, com base nos aludidos títulos.

Devo referir que, ao Governo do Estado, coube acentuada influência na elaboração do diploma legal em aprêço, através de sua atividade, nesse sentido, junto ao Legislativo e ao Executivo da União.

Outras unidades federadas já foram beneficiadas com a salutar providência no mesmo contida, e que será, certamente, ampliada ao Rio Grande do Sul, dentro do critério de cooperação que deve inspirar às diversas esferas de Governo, na luta incessante contra a hidra inflacionária, que tantos e tão perniciosos transtornos tem ocasionado aos diversos setores da vida nacional.

Fiel ao seu propósito de eliminação dos déficits orçamentários, que considera indispensável para o saneamento financeiro, tem o Executivo Estadual, de outra parte, prosseguido em sua política de inflexível contrôle na execução da despesa pública, mediante rigorosa seleção, através de procedimentos diversos, como retenções administrativas de verbas e instituições do regime duodecimal na utilização das várias dotações, medidas essas recentemente consubstanciadas em Decreto n.º 8.505, de 13 de janeiro último.

* * *

Manteve o Executivo Estadual as melhores relações com o egrégio Poder Judiciário, prestigiando a ação dos ilustrados membros da Magistratura no desempenho de suas elevadas funções judicantes.

Foi dado, ainda, o merecido relêvo às funções dos nobres agentes do Ministério Público, em sua missão de defesa do império da lei e dos interesses da sociedade e do Estado.

Dentro dêsse espírito de colaboração inspirado no princípio de independência e harmonia dos poderes constitucionais, processaram-se num plano superior e elevado as relações entre o Executivo e esta colenda Assembléia, particularmente no que respeita à função co-legislativa atribuída àquêle e exercida através da iniciativa governamental, da sanção e do veto.

Os imperativos de prevenção e repressão da criminalidade e do tratamento do delinqüente aconselhado pela moderna ciência penal, evidenciaram as exatas proporções do angustiante problema de nosso aparelhamento penitenciário.

Impôs-se, também, à consideração do Executivo a necessidade iniludível de melhores e mais condígnas instalações para os serviços da Justiça.

Prossegue o Governo do Estado, através da Comissão de Reparcelamento Penitenciário, subordinada à Secretaria do Interior e Justiça, na solução desses problemas de tão relevante significação administrativa, empregando o máximo de seus esforços e consideráveis dotações orçamentárias.

No período compreendido entre os anos de 1952 a 1957, foram concedidos recursos para o Plano de que se trata, num total de Cr\$ 277.000.000,00, cabendo a parcela de Cr\$ 212.000.000,00 à atual administração.

Tiveram conclusão, durante esse período, as obras de 29 cadeias e 7 foros, instalados com mobiliário e equipamento completos, procedendo-se, ainda, à recuperação de 7 cadeias civis e 6 foros.

Coube à presente administração rever e atualizar o aludido Plano de Reparcelamento, segundo a experiência colhida nesse setor de atividade, fixando-se novos rumos para a continuação do programa em aprêço.

Entre as iniciativas da Comissão de Reparcelamento Penitenciário, cumpre ressaltar o projeto de aproveitamento das obras, inicialmente destinadas ao Presídio Provisório da Capital, mediante reajustamento do respectivo projeto arquitetônico, para a construção da Penitenciária da Zona "A", com lotação para 600 presos em regime de cela individual. Foi prevista a conclusão desse edifício penitenciário até fins do corrente ano, sem prejuízo da utilização, dentro em breve, da área celular para 300 leitos, que se encontra em fase adiantada, bem como de outras dependências, entre as quais as destinadas ao refeitório e à administração. Será, ainda, aberta concorrência para a construção simultânea, em áreas vizinhas, das obras relativas à primeira fase projetada das realizações destinadas ao Presídio de Porto Alegre, cujos primeiros 3.200 m² de área poderão ser concluídos dentro de oito a dez meses.

Para a execução desses projetos, solicitou o Governo do Estado a esta egrégia Assembléia, a abertura de um crédito de Cr\$ 30.000.000,00, em refôrço de dotações orçamentárias, bem como a inclusão, em verba orçamentária específica, da parcela de Cr\$ 85.000.000,00, para atendimento de compromisso decorrente do esquema de financiamento, proposto a êste egrégio Legislativo, quando da apreciação do projeto de lei, que aprovou o plano de obras penitenciárias ora em andamento.

Durante o ano de 1957, foi concluída a construção das cadeias civis de Alegrete, Ijuí, Lavras do Sul, Nova Prata e Palmeira

das Missões, que se encontram atualmente em uso, completamente instaladas e equipadas, tendo, ainda, início no mesmo ano, as obras novas das cadeias civis de Bento Gonçalves, Lajeado, Nova Prata e Santa Vitória do Palmar e do fôro de São Luiz Gonzaga. Foram recuperados os edifícios das cadeias civis de Passo Fundo, Santa Rosa e São Luiz Gonzaga e dos foros de Bagé, Rio Grande, Rosário do Sul e Tupanciretã, bem como concluídos e inaugurados diversos melhoramentos, instalações e equipamentos na Penitenciária Agrícola General Daltra Filho.

Vem, ainda, cumprindo eficiente atuação, como órgãos intimamente ligados aos problemas penitenciários riograndenses, o Departamento de Instituto Penais e o Serviço Social Penitenciário. Na esfera de sua competência, realizou o primeiro, tanto nos presídios da Capital, como nas cadeias do interior, obras urgentes e reformas administrativas de imediata necessidade, ampliando serviços, criando novas dependências e instalações, particularmente nas Penitenciárias Industrial e Agrícola e no Instituto Psiquiátrico Forense, e propiciando à população carcerária atividades úteis e produtivas, prática de desportos e recreações e assistência religiosa permanente.

O Serviço Social Penitenciário, agora dotado de sede própria, continua no desempenho de sua relevante missão de assistência aos egressos dos presídios e às famílias dos encarcerados.

A tradicional e valorosa Brigada Militar do Estado teve seu efetivo aumentado em 594 homens. Esse e outros aumentos de efetivo, verificados nos anos anteriores, para o atendimento de suas crescentes responsabilidades na manutenção da segurança pública, determinaram a reparação e ampliação de diversos prédios pertencentes à referida milícia, construindo-se, ainda, maior número de casas populares para praças.

Sob a administração atual, tornou-se o Corpo de Bombeiros, sediado na Capital do Estado, uma das unidades de fogo melhor aparelhadas do País, e talvez na América do Sul, dotada de equipamento moderno e eficiente, recentemente adquirido.

A conclusão de grande parte das obras do novo quartel destinado a essa unidade deverá verificar-se ainda no primeiro semestre do corrente ano, tendo sido investidos, nas obras em aprêço, cerca de Cr\$ 5.000.000,00, em 1957.

A criação da Polícia Rural Montada, por Lei n.º 2740, de 29 de novembro de 1955, constitui realização de incalculável relêvo, para as populações rurais do Estado, sendo inúmeros os benefícios assistenciais a crédito dessa valorosa corporação. Mais dois esquadrões lhe foram acrescentados, com sede em Alegrete e Tupanciretã, este último denominado "Esquadrão da Serra", cujos serviços

estendem-se a vários municípios. Para o alojamento dessas subunidades, estão sendo construídos pavilhões de alvenaria, com estrutura metálica.

As várias repartições e órgãos integrantes do Departamento de Polícia Civil funcionaram, no ano findo, com satisfatória eficiência e pleno rendimento, cumprindo ressaltar o fato auspicioso, comprovado pela Estatística, do decréscimo da criminalidade no Rio Grande do Sul. Entre as realizações levadas a efeito nesse setor, devem ser destacados o reequipamento da Rádio Patrulha, dotada de novas viaturas e material de rádio, inclusive estações móveis; a ampliação da rede do serviço de rádio-comunicação, estendida a 43 municípios e a diversos órgãos desta Capital; o reaparelhamento da Polícia Técnica, mediante aquisição de moderno material de laboratório, e a recuperação e melhoria do parque de transportes dos serviços policiais, com a aquisição, verificada nos últimos três anos, de 122 veículos diversos.

Deve ser ainda ressaltado o auspicioso aumento de produção da Imprensa Oficial do Estado, cuja receita industrial subiu de Cr\$ 29.622.703,10, total registrado em 1956, a Cr\$ 55.350.040,60, no último exercício. Correspondendo a um aumento de despesa de 66%, decorrente do desenvolvimento dos serviços desse importante setor industrial da administração, verificou-se, em 1957, um aumento de receita de 87%, resultando um superavit de cerca de Cr\$ 20.000.000,00.

Encaminhou o Executivo à consideração desta egrégia Assembléia projeto de lei, transformando em autarquia a Imprensa Oficial. Essa medida, fruto de acurados estudos realizados, inspira-se na convicção de que a autonomia do estabelecimento em foco, em moldes rigorosamente industriais, trará benéficos resultados à administração estadual.

O Arquivo Público teve seus serviços reorganizados e modernizados, com a instalação de equipamentos para micro-fotografia, e fora outras inovações e melhorias de ordem técnica, que virão permitir a multiplicação da eficiência de seus trabalhos.

A Junta Comercial foi reorganizada por Decreto n.º 7.802, de 9 de maio de 1957, que lhe deu estrutura jurídica adequada à natureza e eficiência desse órgão, intimamente ligado às atividades comerciais.

Em conexão com o problema penitenciário e o da delinqüência no Estado, cumpre considerar os ditames de proteção e assistência ao menor socialmente desvalido.

Nesse particular, o Juizado de Menores, a par das atividades de sua competência, no combate frontal à delinqüência juvenil, voltou-se também para o menor desajustado, no complexo de nos-

sos problemas sociais, planejando sua ação, a ser executada em íntima cooperação com o SESME.

Desde 1955, empenha-se o Serviço Social de Menores, através de uma comissão especial, no estudo das causas determinantes dos desajustamentos sociais, com o intuito de situar, em seus devidos termos, o problema do menor e da família, no Rio Grande do Sul.

Os trabalhos já realizados, numa área de investigação que abrange diversos municípios, permitem o delineamento de soluções gerais e adequadas à complexidade do problema em aprêço, prevendo o amplo aproveitamento dos recursos potenciais da comunidade e plena participação da iniciativa privada, nas tarefas e atividades cometidas à ação oficial.

Os resultados colhidos refletem-se na estrutura prevista para o SESME, no projeto de lei, encaminhado a esta egrégia Assembléia, dispondo sobre a criação da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Uma das características fundamentais da política assistencial do SESME é o estímulo cada vez maior ao trabalho das entidades e organizações privadas, visando a constituição de uma rede de unidades, tanto oficiais como particulares, perfeitamente entrosadas numa organização planificada de amparo ao menor e à família.

Essa rede inclui, atualmente, 185 estabelecimentos organizados para a ajuda social ao menor abandonado ou transviado, com capacidade total para 4.075 menores e distribuídos por 65 municípios do Estado, compreendidos, entre os mesmos, as unidades oficiais.

A população internada nas instituições do SESME, era, em 1.º de janeiro de 1957, de 1.014 menores, atingindo, em 31 de dezembro do mesmo ano, o total de 1.020.

Confrontando êsses índices com os registrados nos três anos anteriores, verifica-se que os mesmos não apresentam alteração sensível no número de internações.

Tal circunstância é plenamente explicável face à superlotação das unidades do Serviço em referência, órgão novo e em face de reorganização, o que tem levado a respectiva Direção, com o objeto de atender às sempre crescentes necessidades assistenciais, a aumentar o número de convênios atualmente em vigor.

Atingiam os mesmos, em 31 de dezembro último, o total de 30, correspondendo a um dispêndio de Cr\$ 5.996.500,00, para a manutenção de 810 menores.

Mediante a concessão de auxílio financeiro, no montante de Cr\$ 1.464.100,00, foram colocadas 125 crianças em lares substitutos, distribuindo-se, ainda, subsídios familiares, na importância

de Cr\$ 3.200.000,00, a 306 famílias, com 1.065 menores sob sua dependência.

Por outro lado, no cumprimento de determinação legal, proveu o SESME a distribuição de 295 auxílios a entidades diversas, no total de Cr\$ 10.022.602,50.

Merece, ainda, destaque a aquisição, mediante desapropriação, de duas glebas contíguas ao Instituto Infantil de Ipanema, destinadas à ampliação da referida unidade.

Curitiba, 1957.

* * *

Proseguiu a Secretaria de Educação e Cultura na execução de seu programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino público oficial, em seus diversos ramos, e de incremento das atividades culturais, bem como em sua missão de assistência ao ensino particular.

Seja-me permitido homenagear, mais uma vez, o vulto de seu grande administrador, deputado Liberato Salzano Vieira da Cunha, homem público por todos os títulos ilustre, trágicamente desaparecido quando o Rio Grande do Sul muito tinha ainda a esperar de seus valiosos serviços.

Sua fecunda e elevada orientação, fielmente seguida por seu sucessor, traçou normas indeléveis à Secretaria em aprêço, colocando-a à altura da elevada missão que lhe cabe, no conjunto das atividades administrativas estaduais.

As atividades governamentais no setor educacional tiveram sua maior relevância no conjunto de esforços e providências para levar o ensino primário a todos os recantos do território riograndense.

Foram criadas, instaladas ou reabertas 188 novas unidades, número esse que eleva as escolas primárias em funcionamento ao total de 1.163, com uma matrícula de 223.739 alunos, verificando-se um expressivo aumento de 25.348, relativamente à matrícula registrada em 1956.

O número de cursos particulares em funcionamento no Estado sobe, presentemente, a 3.302, com uma matrícula anual de 112.292 alunos.

Por outro lado, no ano transato, foi o corpo docente primário acrescido de 1.231 novos professores, perfazendo, assim o total de 9.579, tendo sido ainda contratados 838 para escolas de difícil provimento, ou para atender situações de emergência.

Além disso, tem o Governo do Estado dedicado especial cuidado às necessidades de expansão do ensino primário rural, que conta, atualmente, com uma rede de 443 unidades e com uma matrícula, registrada em 1957, de 24.452 alunos, todos eles receben-

do o benefício de um ensino adequado ao meio em que vivem. Do total de unidades escolares acima referido, 28 foram criadas no ano findo, como parte do programa elaborado para o desenvolvimento desse ramo de ensino. Ampliou-se, também, o respectivo corpo docente, com a nomeação de 215 novos professores e contrato de 292.

Particular desvêlo tem, ainda, dedicado a atual administração ao ensino normal. Com a criação da Escola Normal "Nossa Senhora da Glória", de Carazinho e a instalação da Escola Normal "Borges do Canto", em Palmeira das Missões, sobe a 70 o total desses estabelecimentos no Estado, com uma matrícula de 5.810 alunos no ano findo e diplomação de 1.436 no mesmo período.

No setor do ensino secundário, cumpre assinalar, entre os fatos de maior relêvo, a criação de três novas unidades, em São Sepé, Pelotas e Marau, bem como a encampação do Ginásio "São Patrício", de Itaqui e a transformação, em colégio, do Ginásio Estadual Noturno, de São Leopoldo. O expressivo aumento de matrículas, verificado nas escolas secundárias do Estado, determinou a expansão da rede de estabelecimentos desse grau de ensino, que compreende atualmente 12 colégios e 32 ginásios, com uma matrícula total de 18.053 alunos.

Pelo seu elevado alcance social, merece especial atenção do Executivo o incremento e constante aperfeiçoamento do ensino técnico profissional no Estado.

Conta o Rio Grande do Sul, na atualidade, com uma rede de unidades escolares de ensino profissional constituída por 13 estabelecimentos, dos quais 6 para o ensino industrial, 3 para o ensino agrícola e 4 para o ensino comercial, com uma matrícula total de 4.401 alunos, que vem aumentando expressivamente, de ano para ano.

Compreendendo a importância desse ramo de ensino, cuida a Secretaria de Educação e Cultura de dar maior expansão a essa rede, criando escolas no interior do Estado e dotando de novas sedes algumas das já existentes, tendo sido, em 1957, iniciadas, concluídas, projetadas ou contratadas diversas obras.

Importante e decisivo passo, no sentido de dotar o Rio Grande do Sul como mais moderno e bem aparelhado estabelecimento de ensino técnico industrial do País, foi dado com a celebração, em 8 de março do ano findo, de convênio entre o Estado, a União e o município de Novo Hamburgo, objetivando a criação, naquela cidade, de uma escola técnica industrial, destinada à formação de técnicos de grau médio para a indústria, tendo o convênio em aprêço merecido a aprovação desta ocrégia Assembléia. Ainda nesse setor, merecem referência a conclusão das obras da Escola Agrí-

ccia "Santa Izabel", de São Lourenço do Sul e da primeira etapa da Escola Artesanal "Liberato Salzano", de Bagé, estando em vias de ultimção, no corrente ano, a construção da Escola Agrícola de Palmeira das Missões e da Escola de Mestria Agrícola "Canadá".

Tiveram início as obras de construção dos edifícios das Escolas Técnicas "Parobé" e "Protásio Alves", reiniciando-se as da Escola Industrial de Santo Ângelo e da segunda etapa da Escola Técnica de Comércio "Getúlio Vargas", de Rio Grande, tendo sido abertas concorrências para as obras da Escola Industrial de Itaqui e da segunda etapa da Escola Artesanal de Bagé.

No setor de assistência educacional, os gabinetes médicos atenderam a 47.564 escolares. O Serviço Odontológico proporcionou 31.678 consultas e exames diversos. As colônias de férias receberam 6.660 colegiais, oriundos de todo o Estado.

Foram distribuídos 34.000 quilos de leite em pó, destinados à merenda escolar e às aludidas colônias de férias, para o que contou a Secretaria com a colaboração do Ministério de Educação e Cultura, através de convênio celebrado com o Estado, tendo sido, ainda, fornecidas, para distribuição aos grupos escolares e colônias, 10.170 peças de vestuário e 3.400 pares de calçados.

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais continuou no desempenho de suas atividades de ordem técnico pedagógica, em todos os ramos do ensino, tendo em vista a racionalização dos respectivos métodos. Elaborou e supervisionou planos, mantendo intercâmbio e cooperação com instituições científicas e pedagógicas e realizando seminários e reuniões para professôres do ensino primário e médio, na Capital e no interior do Estado. Promoveu ainda, convênio com o Ministério de Educação e Cultura, para atividades culturais, no campo do cinema educativo.

Desempenhando sua missão, na esfera da higiene mental e orientação educacional, atendeu o Serviço de Orientação e Educação Especial a 1883 casos, entre os quais os de 1.641 escolares dos estabelecimentos comuns do Estado, tendo, ainda, concedido 71 bolsas de estudos a alunos desprovidos de recursos e mantido estreita colaboração com outros órgãos oficiais de caráter assistencial.

As diversas instituições da Divisão de Cultura, tais como os Institutos de Estudos Sociais e Filosóficos e de Tradições e Folclore, Museu "Júlio de Castilhos", Arquivo Histórico, Biblioteca Pública do Estado, Instituto Estadual do Livro, Teatro São Pedro, Museu de Artes do Rio Grande do Sul e Discoteca Pública continuaram e intensificaram suas iniciativas e atividades, no sentido da difusão e aprimoramento da cultura em nosso Estado. Procedeu-se à coleta de material, estudos e pesquisas e intercâmbio científico com ou-

tras instituições, para a organização do Museu Rio-grandense de Ciências Naturais, destinado a uma posição de destaque no cenário cultural do Rio Grande do Sul.

Não obstante constituir uma das mais perfeitas organizações do País, debate-se o ensino público riograndense com o sério problema da carência de prédios para as diversas unidades escolares, assistenciais e culturais.

Esse problema tem sido enfrentado com determinação e persistência pela atual administração, dentro das disponibilidades permitidas pela presente conjuntura financeira. O Serviço de Prédios da Secretaria de Educação manteve intensa atividade, no ano findo, construindo edifícios e pavilhões e realizando ampliações e instalações, num total de 43 obras diversas, com uma despesa total de Cr\$ 29.271.045,20. Merecem destaque especial o prosseguimento das obras do Colégio Estadual "Júlio de Castilhos", cujos trabalhos foram acelerados de modo a permitir a instalação desse tradicional estabelecimento em seu novo prédio, ainda no corrente ano, bem como o da construção dos Ginásios de São Francisco de Assis, Palmeira das Missões e Livramento. Constitui, também, fato marcante das realizações da Secretaria, no setor em exame, a inauguração do majestoso prédio da Escola Normal "Annes Dias", na cidade de Cruz Alta.

* * *

Vem o Governo do Estado dedicando particular interêsse aos grandes problemas da saúde pública, dentro de seu propósito de dotar o Rio Grande do Sul com uma organização sanitária à altura de seu progresso e que atenda os justos reclamos de nossa população.

Entre as medidas, nesse sentido executadas pelo Departamento Estadual de Saúde, cumpre, em primeiro lugar, ressaltar a ampliação da rede de unidades sanitárias, com o objetivo de extendê-la a todos os municípios riograndenses.

Nesse sentido, foram criados, em 1957, 24 novos Postos de Saúde, nos municípios de Aratiba, Casca, Cêrro Largo, Crissiumal, Espumoso, Frederico Westphalen, Gaurama, Giruá, Gramado, Horizontina, Ibirubá, Marau, Não-Me-Toque, Nova Petrópolis, Panambi, Roca Sales, Rolante, Sananduva, Santo Cristo, Sapiranga, Tapeira, Tapejara, Tenente Portela e Três de Maio.

Ao mesmo tempo, foi intensificado o plano de construção de edifícios para as unidades sanitárias, a fim de que as mesmas sejam instaladas de maneira condizente com a importância de sua missão no seio da coletividade.

Acham-se concluídas as obras de construção dos prédios destinados aos Centros de Saúde de Rio Grande e Pelotas e em andamento os projetos e obras relativos aos Postos de Saúde de Dom Pedrito, Iraí, Lajeado, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São José do Norte, São Leopoldo, São Sepé e Soledade.

Tarefa básica para a preservação da saúde pública é, certamente, a criação de uma consciência sanitária coletiva. Com esse objetivo, desenvolveu o Departamento, através de seus diversos órgãos e unidades, intensa propaganda no sentido de estimular a prática de preceitos e medidas higiênicas, através da palavra escrita e falada, de filmes educativos e da realização de concursos. Em particular, ministrou a Seção de Educação Sanitária 156 cursos educativos, dos quais 37 na Capital do Estado e 119 no interior.

Merece especial registro o trabalho desenvolvido pelo órgão sanitário do Estado, na luta contra a lepra, a tuberculose, a poliomielite, o mal venéreo, o tracoma, a hidatidose e outras moléstias transmissíveis.

Para combate ao mal de Hansen, instalou o Departamento mais 15 dispensários antilepróticos em diversos municípios, verificando-se, assim, no período de 1955 a 1957, um acréscimo de 28 desses dispensários, aos 3 existentes em 1954. Disporá o DES de uma contribuição federal de Cr\$ 5.600.000,00, a ser aplicada segundo o convênio celebrado com o Serviço Nacional de Lepra, para a campanha contra a hansenose, neste Estado.

Outrossim, intensificou-se a vacinação contra a tuberculose, através de 3 dispensários especializados, tendo sido realizadas 68.885 becegeizações em 1957, contra 50.575 em 1956. Verifica-se auspicioso decréscimo de mortalidade por tuberculose em Porto Alegre, tendo o obituário dessa moléstia baixado, no Município da Capital, de 1.322, no ano de 1945, a 629, em 1955, a 550 em 1956 e a 530 no ano de 1957.

Foi, ainda, intensificada, nos diversos postos e serviços do DES, a vacinação contra a varíola, difteria e coqueluche. Relativamente à poliomielite, não obstante o reduzido número de casos verificados no Estado, foram adquiridas vacinas Salk no valor de Cr\$ 500.000,00, para a imunização de emergência de cerca de 1.000 crianças, tendo sido adotadas providências no sentido de maiores suprimentos.

Nesse sentido e em virtude de recentes entendimentos entre a Diretoria Geral do DES e o Ministério da Saúde, ficou assentado vasto plano de aplicação da referida vacina neste Estado e nos do Paraná e Santa Catarina.

De acordo com as providências estabelecidas pelo referido Ministério, foi determinada a remessa, aos três Estados do Sul do

País, de 54.000 doses de vacina Salk, para atender a vacinação de 27.000 crianças em duas doses iniciais, cabendo ao órgão estadual fixar o critério a ser adotado na distribuição. Das aludidas 54.000 doses, 24.000 foram atribuídas a este Estado, 12.000 a Santa Catarina e 18.000 ao Paraná.

Releva notar a eficiente atuação do Departamento, por ocasião da epidemia gripal, ocorrida no ano findo, atuação essa que mereceu os maiores encômios dos técnicos do Ministério da Saúde.

Quanto às doenças venéreas, sua prevenção e combate realizaram-se nos Centros e Postos de Saúde, onde foram examinadas em 1957, para tal fim, 22.281 pessoas, registrando-se 8.354 casos e administrando-se terapêutica especializada. O combate ao tracoma e à hidatidose vem sendo efetuado em estreita cooperação com o Governo Federal, através do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Possui o Rio Grande do Sul uma das mais amplas e bem distribuídas redes hospitalares do País, constituída por 322 hospitais, com um total de 24.552 leitos e um movimento anual de 369.617 pessoas hospitalizadas; 6 enfermarias, com 144 leitos e recolhimento de 504 enfêrmos e 99 ambulatórios particulares, atendendo a 734.781 pessoas, afora as unidades da DES.

No exercício de 1957, além da quantia de Cr\$ 5.796.000,00, empregada na proteção à maternidade e à infância, distribuiu o Departamento Cr\$ 16.236.200,00, sob a forma de auxílios de diversas espécies, inclusive Cr\$ 9.765.000,00 para assistência a tuberculosos, Cr\$ 6.291.250,00 para hospitais gerais e Cr\$... 180.000,00, para construção e equipamentos de estabelecimentos hospitalares.

Nas atividades desenvolvidas para proteger a maternidade e a infância, distribuiu o DES recursos específicos a postos de puericultura, serviços de rehidratação, maternidades, hospitais, etc., para assistência médica, terapêutica e alimentar. É de registrar-se o fato auspicioso do decréscimo da mortalidade infantil, verificado através de sensível diminuição de óbitos registrados em 1957, em relação aos casos verificados nos anos anteriores. Foi, por outro lado, a higiene de alimentação objeto de profundo cuidado e atividade intensa, na Diretoria competente e nos Centros e Postos de Saúde. Cumpre registrar, a propósito, a atuação dos "comandos sanitários", mantidos pelo DES para melhoria das condições higiênicas dos estabelecimentos que manipulam gêneros alimentícios, através de um regime eficiente de fiscalização, realizado mediante visitas periódicas a restaurantes, armazéns, padarias, confeitarias, fábricas de produtos alimentícios, hotéis e congêneres,

tendo esse serviço extendido sua ação fiscalizadora às praias do Atlântico.

Entre as obras concernentes ao setor afeto ao Departamento cumpre destacar a construção de prédio próprio para o Instituto de Cardiologia, a ser concluído ainda no corrente ano. Essa medida foi determinada pelo incremento das atividades do Instituto em aporêço, que, somente em 1957, atendeu a 2.809 pacientes.

Por outro lado, está sendo construído o novo edifício para o Instituto de Pesquisas Biológicas, cuja primeira etapa exigirá recursos no montante de cerca de Cr\$ 15.000.000,00. No desempenho de suas atividades específicas, que adquirem grande impulso, uma vez concluída a obra acima mencionada, realizou o Instituto, em 1957, 114.865 pesquisas diversas, tendo, no mesmo período, preparado 916.460 doses de vacinas e 17.850 outros produtos. A esse estabelecimento, cabe o mérito relevante de ter isolado e identificado o vírus da última epidemia gripal, tendo preparado a vacina específica, de alto poder imunizante.

Diversas obras foram, também, executadas no Hospital Sanatório Partenon, visando a melhoria e aperfeiçoamento de suas instalações.

Entre os estabelecimentos hospitalares do DES, merece referência especial o Hospital São Pedro, onde se acham centralizados os serviços psiquiátricos do Estado. Manteve esse hospital, no ano transato, 3.280 pacientes internados e ministrou 12.933 consultas em seu serviço aberto. Afóra diversas ampliações e melhoramentos em suas dependências e secções, tiveram início as obras do Pavilhão de Toxicomanos e da cozinha da Colônia Agrícola, tendo sido abertas concorrências para a construção do pavilhão bigeminado, ampliação da ala principal do edifício central e conclusão do Pavilhão de Neuropsiquiatria Infantil.

Celebram-se convênios com o Ministério da Saúde, para a utilização dos recursos orçamentários federais, destinados aos serviços psiquiátricos no Rio Grande do Sul, bem como à construção de estabelecimentos como o Hospital Colônia Modelo de Gravata.

Entrou em vigor, no ano findo, o convênio firmado com o Serviço Especial de Saúde Pública, para a realização de serviços de saúde e saneamento nos municípios da Fronteira Oeste e do Litoral Nordeste do Estado, mediante dotação federal de Cr\$ 3.000.000,00.

Grandes benefícios decorrerão desse convênio para as regiões contempladas, quanto à organização hospitalar, educação sanitária, e aperfeiçoamento de pessoal técnico especializado para esses serviços.

Cumpram, ainda, referir o esforço desenvolvido pelo Departa-

mento, no que se refere à intensificação do combate ao mosquito, tanto na Capital do Estado, como nas praias do Atlântico, mediante prorrogação de acôrdo celebrado com o Ministério da Saúde, sendo sensível a diminuição culicidiana em Pôrto Alegre.

Vem, ainda, o Serviço Social do DES prosseguindo em sua relevante missão de auxiliar os pacientes no combate a dificuldades e desajustes pessoais, que prejudicam o aproveitamento do tratamento e assistência clínica, verificando, ainda, a necessidade de auxílio financeiro aos doentes em tratamento nos dispensários, ou aos egressos em período de readaptação profissional.

Bem avaliando a importância dos problemas ligados à saúde pública no Rio Grande do Sul, enviou o Govêrno do Estado a esta colenda Assemblêia Legislativa projeto de lei, criando a Secretaria de Saúde e Assistência Social, medida que se impõe, face à crescente ampliação e aperfeiçoamento de nossa administração sanitária e assistencial.

* * *

Desenvolveu a Secretaria da Agricultura, com pleno êxito, suas atividades de fomento e assistência à lavoura e à pecuária.

No que concerne à pecuária, amplo setor da economia rural do Estado, cuja fundamental importância é desnecessário acentuar, despendeu a Diretoria da Produção Animal da Secretaria em aprêço o máximo de esforço para o fomento à criação, a assistência aos rebanhos e outros empreendimentos a seu cargo, através de Postos Zootécnicos, Estações Experimentais Forrageiras, Inspetorias Veterinárias e outros órgãos e estabelecimentos especializados.

Foram obtidos, no ano de 1957, resultados plenamente satisfatórios, no que respeita ao melhoramento forrageiro, através do estabelecimento de pastagens artificiais de inverno e da determinação das espécies perenes mais adoptadas às nossas condições ecológicas, tendo atinado a produção de sementes forrageiras de diversas espécies o total de 21.661 quilos, efetuando-se, ainda, a importação de 20.600 quilos, para introdução de espécies novas.

Nos Postos Zootécnicos, prosseguiram os experimentos visando o melhoramento das raças, destacando-se os bovinos de produção leiteira. Alcançou o número de inseminações artificiais o total de 11.591, correspondendo a um acréscimo de 58,5% sôbre o montante registrado no ano anterior.

Prosseguiram, outrossim, os trabalhos de seleção bovina, inspecionando-se, para tal fim 11.704 animais.

A assistência prestada pelo Serviço de Suinocultura baseou-

se na organização de criações em colaboração, que obedeceu a dois tipos: de melhoramento geral e melhoramento intensivo.

Estabeleceram-se normas básicas para o desenvolvimento da criação avícola.

Merecem especial referência as atividades do Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor".

Realizaram-se, nos laboratórios dêsse modelar estabelecimento, entre outros trabalhos de relevante importância técnica, 377 exames para tipificação de vírus aftoso, tendo sido produzidas as seguintes quantidades de vacinas: peste suína, 4.074.150; febre aftosa, 2.998.500; tifoze aviária, 500.700; bouba aviária, 350.870; paratifo suíno, 334.550; raiva, 287.850; brucelose, . . 75.560 e ectima contagiosa, 29.000.

Entre os serviços de profilaxia animal, destacaram-se os relativos ao combate à brucelose bovina, à raiva desmodina, à peste suína e à erradicação da sarna ovina.

Foram testados 15.325 bovinos, para diagnóstico da brucelose, positivando-se 538 casos, correspondentes a uma incidência de 3,5%, bem mais baixa do que a registrada no ano anterior, tendo sido efetuadas 14.997 vacinações específicas.

O panorama de suma gravidade, apresentado pela raiva desmodina em 1956, declinou sensivelmente, no ano findo, em virtude da sistematização do respectivo controle, que passou a ser efetuado por um serviço permanente, realizando inspeções em 17.242 propriedades e extinguindo 11.833 caseiras.

O serviço de erradicação da sarna ovina processou-se numa área de 7.640.519 hectares, atendendo 15.436 estabelecimentos, distribuídos por 29 municípios. Foram inspecionados 9.541.722 ovinos, tendo sido, para êsse total, constatados apenas 6.177 casos positivos, o que corresponde à incidência, bastante inexpressiva, de 0,06% de sarnosos.

As atividades de combate à peste suína estenderam-se a 76 municípios, por meio de 274 vacinadores, que visitaram 219.865 propriedades, vacinando 3.971.442 suínos.

Prosseguiu, outrossim, o combate sistematizado ao carrapato, bem como a profilaxia e controle da tuberculose ovina, da febre aftosa, da erisipela suína, da doença de New Castle e das verminoses.

O número de vacinações, em geral, realizadas no ano transato, pelas diversas Inspetorias Veterinárias, foi o seguinte: contra a peste suína, 3.971.442; contra o carbúnculo hemático, 350.470; contra o paratifo dos leitões, 323.816; contra a tifoze aviária, . . 314.848; contra o carbúnculo sintomático, 165.514; contra a raiva desmodina, 132.910 e outros com índice inferior a 50.000.

Prosseguiram, em 1957, os trabalhos de experimentação e

melhoramento do trigo, a cargo da Diretoria de Produção Vegetal, nas Estações Experimentais Fitotécnicas da Fronteira, da Serra, das Colônias, de Encruzilhada do Sul e de São Borja. Merecem especial destaque os ensaios estaduais com trigos precoces e tardios, reunindo variedades e linhagens diversas, que vêm sendo realizados em rede, nas aludidas estações e em outras regiões do Estado, como São Gabriel, Passo Fundo, Rio Pardo e Palmeira das Missões, em duas épocas diferentes de semeaduras.

Como resultado desses experimentos, verificou-se o lançamento de mais duas linhagens, as Colotanas 59-51 e 474-51, a primeira precoce e a segunda tardia, que receberam os nomes de "Carazinho" e "Fortaleza", respectivamente. Trata-se de trigos de ótimo rendimento e boas qualidades comerciais que, com o "Prelúdio", lançado em 1956, trarão acentuado incremento à produção tritícola do Estado.

Afora esses ensaios, procederam as Estações Experimentais a outros, relativos à densidade de semeaduras, épocas do plantio, testes de novas linhagens, realizando-se, outrossim, trabalhos de cruzamento e seleção de linhagens e estudos sobre efeitos de substâncias fertilizantes.

Tiveram, também, prosseguimento os trabalhos de experimentação e melhoramento do milho nos estabelecimentos citados, destacando-se ensaios sobre consorciação de milho e soja, na Estação Experimental de Veranópolis; os de experimentação de linho nas Estações de Bagé, Júlio de Castilhos, Veranópolis, Encruzilhada do Sul e São Borja, visando a criação de variedades de mais alto rendimento e maior resistência às diversas moléstias, e os relativos à batata americana, na Estação Experimental de Horticultura de Domingos Petrolini.

Foram, ainda, objeto de experimentação e melhoramento, na aludida Estação de Horticultura e nas Estações de Encruzilhada do Sul, Júlio de Castilhos, Taquarí e Veranópolis, diversas outras espécies, como a mandioca, a cebola, a soja, o feijão, a ervilha, o alho, o repolho e a batata doce.

Por outro lado, grande número de experimentos vêm sendo efetuados nas Estações de Taquarí, Caxias e Farroupilha, sobre diversas espécies frutícolas, como a videira, a pereira, a figueira, a amendoeira, a nespereira e a goiabeira serrana, esta última espécie nativa, sobre a qual já há trabalhos bastante desenvolvidos e ensaios culturais em realização.

Os serviços de assistência e fomento distribuíram, no ano findo, 217.288 mudas de espécies frutíferas diversas e 1.014.363 de essências florestais e ornamentais, bem como 4.541.600 quilos de sementes diversas, em especial de trigo, batata e soja.

No tocante à importação direta de máquinas agrícolas, para

revenda a agricultores, bastante restrita tornou-se a ação da Secretaria, face às disposições do Decreto Federal n.º 40.260, de 1.º de novembro de 1956. Não obstante, promoveram os serviços competentes a revenda de máquinas de produção nacional e com emprêgo na pequena lavoura, num total de 505 unidades, compreendendo arados, grades, trilhadeiras com motor do tipo colonial e cutras.

Mantêm a Diretoria em referência trilhadeiras em operação nas diversas zonas de pequena lavoura do Estado, para auxiliar os trabalhos de colheita, tendo sido atendidos, com êsse objetivo, cerca de 6.500 agricultores, beneficiando-se 173.686 sacos de produtos diversos.

Foram realizadas, em 1957, 152 lavouras demonstrativas de trigo, em 56 municípios do Estado, e 150 de batata, em 70 municípios, com resultados plenamente animadores, verificando-se em lavouras dêsse tipo, conforme dados relativos a 1956 e apurados no ano findo, aumentos percentuais de produção de 46,7% para o trigo e 36,1% para a batata, decorrentes de emprêgo das práticas preconizadas, no sentido da modernização e racionalização das principais culturas.

Iniciativa de grande alcance da Secretaria, posta em execução através da Diretoria em exame, é a fabricação de inoculantes para leguminosas, possibilitando a prática generalizada de inoculação de culturas com bactérias radicícolas. Foram produzidos e distribuídos no ano transato, 318,1 quilos de inoculantes, ensejando-se o tratamento de 74.845 quilos de sementes de leguminosas diversas.

Os diversos serviços incumbidos do contrôle de pragas das culturas e moléstias desenvolveram intensa atividade, realizando trabalhos de orientação e divulgação de métodos de contrôle, ministrando assistência, mediante contrôle direto à lagarta dos trigais, ao "serrador" da acácia negra, à formiga cortadeira e outras pragas, e fornecendo, ainda, a agricultores, 728.721 quilos de inseticidas, formicidas e fungicidas e 1.050 unidades de máquinas diversas.

* * *

Tem constituído permanente preocupação do Executivo, a solução do problema de ensilamento e armazenamento da produção cerealífera do Estado, na época das safras, com o duplo objetivo de evitar o excessivo congestionamento dos transportes e permitir a estocagem das colheitas em condições satisfatórias. A falta de instalações adequadas, além de outros inconvenientes, acarreta vultosos prejuízos à economia agrícola riograndense, estimando-se essas perdas num montante de cerca de 30%.

O programa de construção de silos e armazéns no Rio Grande

do Sul está afeto à Comissão Estadual de Silos e Armazéns, para a qual o ano de 1957 foi de expressivas realizações.

Não dispôs essa autarquia, no referido exercício, da totalidade dos recursos financeiros, previstos para a execução de seu programa, mórmente em consequência das delongas ocorridas na tramitação, homologação e registro do contrato celebrado em 23 de agosto de 1956, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para financiamento de Cr\$ 224.000.000,00, a serem entregues parceladamente, bem como da evasão de ingressos da Taxa de Cooperação instituída pela Lei n.º 2.891, de 2 de agosto de 1956, propiciada pelo atual mecanismo de compras de trigo, através do Banco do Brasil.

Não obstante essa redução de disponibilidades, teve início a construção civil de 8 dentre as 11 unidades que constituem a rede fundamental de silos elevadores planejada pela Comissão. Prosseguem satisfatoriamente os trabalhos de construção dessas oito primeiras unidades, localizadas em Porto Alegre, Bagé, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Lrechim, Júlio de Castilhos, Rio Grande e São Gabriel, com a capacidade total de 65.000 toneladas. Foram, ainda, no ano findo, celebrados contratos para fornecimento dos equipamentos mecânicos, elétricos e pneumáticos destinados à aludida rede fundamental. Estão as firmas fornecedoras acelerando a fabricação desse material, em permanente entendimento com a Comissão e as empresas responsáveis pela construção civil, de modo a ficarem os silos aparelhados para a próxima safra tritícola.

Para a construção civil das três unidades restantes, situadas em Passo Fundo, Carazinho e Santa Bárbara do Sul, foi aberta nova concorrência pública, em 22 de janeiro de 1957, tendo sido celebrados contratos com as firmas vencedoras e iniciadas as obras em janeiro último. Foi, também, contratada a ampliação das fundações do silo de Porto Alegre, ultimada em tempo hábil, de modo a permitir a ampliação do silo em aprêço para a capacidade máxima de 18.750 toneladas.

Constituindo a rede fundamental apenas a primeira fase de seu vasto programa, elaborou a Comissão um plano suplementar para estocagem de 100.000 toneladas, mediante a construção e equipamento de mais 17 silos a serem localizados em Alegrete, Belizário, Encruzilhada do Sul, Getúlio Vargas, Ijuí, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Pelotas, Porto Mariante, Santa Maria, Santiago do Boqueirão, Santo Ângelo, São Borja, São Luiz Gonzaga e Soledade, tendo a autarquia providenciado na escolha e aquisição dos respectivos terrenos. Para a construção dessas unidades, foi ultimado o julgamento de nova concorrência, em junho

do ano findo, por não terem sido apresentadas, em concorrência anterior, propostas que satisfizessem as condições estabelecidas, estando a concretização dêsse grandioso empreendimento na dependência de chegarem a bom termo as negociações para obtenção dos indispensáveis recursos financeiros, entabuladas pelo Governo do Estado, junto à Presidência da República.

No setor de armazenamento, prosseguiu auspiciosamente, em 1957, o programa da Comissão, através da ampliação do equipamento dos armazéns existentes, construídos em regime de cooperação com o Ministério da Agricultura e localizados em Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Carazinho, Cruz Alta, Erechim, Getúlio Vargas, Júlio de Castilhos, Santa Bárbara do Sul e Santa Rosa, bem como mediante a construção e equipamento de novas unidades, em Caçapava do Sul, Canguçu, Hulha Negra e Ibaré.

O volume dos cereais estocados em 1957 foi de 775.343 sacos. Cerca de 98% da armazenagem coube ao trigo, com 759.190 sacos, cabendo à soja, ao milho, ao arroz, ao feijão e outros cereais, em conjunto, 15.133 sacos. O volume de cereais que passou pelos limpadores, câmaras de expurgo e secador, existentes nos diversos armazéns da autarquia, monta, respectivamente, a 50.402, 50.917 e 11.395 sacos, especialmente de trigo e milho.

* * *

Sob a supervisão da Secretaria da Agricultura, três autarquias controlam a produção de gêneros alimentícios considerados básicos na alimentação do povo riograndense - o Departamento Estadual de Abastecimento de Leite e os Institutos de Carnes e do Arroz.

Coroando de êxito o trabalho da primeira dentre as mencionadas autarquias, no ano transato, registrou-se um apreciável aumento de produção de leite oriundo dos vinte e oito municípios que constituem a bacia leiteira de Porto Alegre.

O acréscimo de 5.532.045 litros ao total da produção de 1956, embora ainda insuficiente para o consumo da Capital do Estado, contribuiu para suprimir os incômodos e rigorosos racionamentos, ocorridos em anos anteriores.

Entre as medidas postas em prática pelo Departamento, para incrementar a produção leiteira, destacam-se a aquisição, dentro e fora do País, do maior número possível de vacas e touros, para revenda aos seus fornecedores, em módicas prestações mensais, propiciando aos mesmos a necessária assistência técnica e revenda de medicamentos veterinários a preços de custo.

Com o mesmo objetivo de fomentar e ampliar a produção de leite, prosseguiu a autarquia na compra de sementes forrageiras e em sua revenda aos produtores, para a formação de pastagens artificiais destinadas à alimentação do gado leiteiro, prestando assistência, através de patrulhas agrícolas, tanto aos produtores cooperativados, como aos não cooperativados.

No mesmo sentido, afora a importação, em caráter de emergência, de forragem concentrada da República Argentina e de farelo de trigo do norte do País, criou o DEAL um posto de compra de milho, na localidade de Bom Retiro do Sul, no Município de Taquarí, situado em região de produção intensa desse cereal, que é um dos elementos componentes da referida forragem. Objetivando sempre o aumento de produção de rações balanceadas para alimentação do gado leiteiro, incrementou a autarquia a criação de fábricas de forragem junto às Cooperativas de fornecedores de leite, situadas no interior do Estado, financiando a aquisição da respectiva maquinaria.

Entre as realizações do Departamento, em seu setor industrial, cumpre mencionar a construção e montagem de moderna fábrica de leite em pó, inaugurada no corrente mês de abril e destinada ao aproveitamento das grandes sobras de leite, no período de verão, constituindo a primeira indústria desse gênero no Estado, dotada do mais moderno equipamento.

Em defesa dos interesses orizícolas, promoveu o Instituto Rio Grandense do Arroz a atualização da Taxa de Cooperação e Defesa, criada pelo artigo 25 da Lei n.º 533, de 31 de dezembro de 1948, cujo valor, face à depreciação inflacionária do cruzeiro, no período de 1948 a 1957, não mais correspondia às finalidades legais para que a aludida taxa fôra instituída. Incluída a nova taxa de Cr\$... 5,00, por saco de arroz em casca, na proposta orçamentária da autarquia e aprovada por esta colenda Assembléia, passou a ter vigência a partir de 1.º de março último.

O serviço de produção de sementes de arroz, em cooperação com os lavoueiros, apresentou, em 1957, uma produção total de 4.043 sacos. Na safra de 1956-57, forneceu o Instituto Agrônomo de Pelotas 400 sacos de sementes selecionadas ao IRGA, que os distribuiu pelo preço de aquisição, a diversos plantadores da zona sul do Estado.

Entre as realizações do IRGA, no ano findo, figura a aquisição de dois grandes terrenos, em Rio Grande, como primeiro passo para a construção de um dos maiores armazéns do Estado, destinado à estocagem de arroz das safras futuras, para exportação. Terá o referido estabelecimento capacidade para armazenar mais de

um milhão de sacos de arroz e contará com a mais moderna aparelhagem.

Vem a Barragem do Capané, pertencente ao IRGA, fornecendo, desde 1948, água para irrigação de lavouras de arroz.

Na safra 1956-57, irrigou 1.416,05406 quadras, estando, para a safra de 1957-58, prevista a irrigação de mais de 1.600 lavouras.

O abastecimento de carne, a cargo do serviço competente do Instituto Sul Rio Grandense de Carnes, realizou-se com a mais absoluta regularidade, tendo sido fornecidos os necessários suprimentos, quer aos 44 açougues mantidos pela autarquia, quer a 22 particulares, abastecidos pela marchantaria do referido órgão. Foi também, abastecida a quase totalidade dos açougues da vizinha cidade de Guaíba, onde são abatidos os gados que se destinam ao serviço em aprêço. Adquiriu o mesmo, em 1957, gados para abate em diversos municípios do Estado, no total de 23.201 reses, dentre os quais 15.198 novilhas e 8.003 vacas.

Releva notar, como fato auspicioso, a desnecessidade de recorrer ao consumo de carne congelada, ou a qualquer racionamento, não obstante a prolongada estiagem em grande parte do Estado, que prejudicou o engorde dos gados de corte.

* * *

Durante o ano findo, as atividades da Secretaria das Obras Públicas objetivaram não somente a continuidade e conclusão de obras já iniciadas e cujo término foi previsto pela atual administração ainda no presente período governamental, como também a planificação, início e desenvolvimento de obras novas, de fundamental necessidade para o Estado.

Na secção de obras novas, foram atendidas as fiscalizações de 29 obras, sendo 11 na Capital e 18 no interior do Estado, tendo sido investidos, em 1957, somente com as principais, Cr\$ 52.594.968,30.

Acham-se em andamento obras de acentuada importância para o serviço público, como o Quartel Central do Corpo de Bombeiros, em cuja construção foram dispendidas, no ano findo, Cr\$ 11.255.643,20; o Colégio Estadual "Júlio de Castilhos", e cujas obras foram empregados, até 31 de dezembro último, Cr\$ 17.882.714,00, inclusive recursos federais, no montante de Cr\$ 5.971.469,60; a ampliação do prédio da Secretaria, com o investimento de Cr\$ 8.552.510,20 até a mesma data; o Colégio Estadual "Lemos Júnior", o Palácio da Justiça e o Instituto de

Pesquisas Biológicas, tendo sido gastos, nestas duas últimas obras, em 1957, Cr\$ 6.729.901,40 e Cr\$ 7.334.356,90, respectivamente.

Pelos Serviços Industriais da Diretoria de Saneamento e Urbanismo, foram explorados os serviços de água e esgoto em 34 municípios do Estado, tendo sido incorporadas as hidráulicas de Farroupilha, Gravataí e Guaíba, que já se encontram em funcionamento, achando-se em regime de experimentação as de São Francisco de Paula, Sarandi, Taquari e Viamão.

Na que respeita à execução e fiscalização de obras, a Diretoria de Saneamento concluiu as hidráulicas de Farroupilha, Gravataí, Guaíba, São Francisco de Paula (com exceção da barragem de acumulação) e Viamão, bem como obras de ampliação na de Bento Gonçalves. Prosseguiu a mesma Diretoria na execução de obras de construção de hidráulicas nas cidades de Arroio do Meio, Canela, Candelária, Carazinha, Encruzilhada do Sul, Frederico Westphalen, Garibaldi, Getúlio Vargas, Guaporé, Ijuí, Lajeado, Lavras do Sul, Osório, Palmeira das Missões, Pinheiro Machado, Piratini, Quaraí, Santiago do Boqueirão, Santa Rosa, São José do Norte, São Francisco de Paula, São Lourenço, Sobradinho, Taquari, Tramandaí e Três Passos, e deu início aos trabalhos relativos às hidráulicas de Bom Jesus, Caí, Nova Petrópolis e Sapiranga, tendo, ainda, realizado obras de esgoto cloacal em Passo Fundo.

Conforme já foi amplamente divulgado, vem de ser lançada, em 2 do corrente, a segunda etapa do Plano de Saneamento, que estenderá os serviços de esgoto a 99 cidades do Estado e duas praias balneárias, que ainda não dispõem desses serviços.

Sua execução está prevista para o prazo mínimo de 10 anos, tendo sido orçada em cerca de Cr\$ 2.500.000.000,00.

A Comissão Estadual de Obras de Irrigação continuou no desempenho de suas tarefas de estudo, projeto e execução de obras cometidas a seu setor específico de atividade. Foram executados importantes levantamentos topográficos, entre os quais o relativo à bacia de acumulação da barragem de Ibirapuitã, em Alegrete. Pela sua Seção de Obras e Fiscalização, vistoriou 21 açudes, em diversas cidades do Estado e realizou, mediante execução direta ou contrato com particulares, a perfuração de 29 poços, para abastecimento d'água, nos diversos municípios do interior. Apresentou, ainda, a Comissão o projeto definitivo do Reservatório do Duro, em Camaquã, a ser executado pelo DNOS, tendo ainda promovido ensaios agrícolas de irrigação e adubação na zona onde será realizada aquela importante obra.

Criada por Lei n.º 2.056, de 17 de março de 1953, com atribuições específicas previstas no artigo 181 da Constituição do

Estado, atendeu a Comissão Estadual de Comunicações seus diversos encargos, durante o ano transato, estudando revisões de tarifas, apreciando e executando, mediante administração direta empreendimentos relativos à construção de linhas telefônicas intermunicipais e à instalação de centros telefônicos de longa distância, em regime de cooperação com os municípios, prestando, ainda, assistência técnica aos serviços municipais e procedendo ao tombamento patrimonial, fiscalização e levantamento de serviços das empresas concessionárias.

Merece referência especial a abertura de concorrência para exploração dos serviços telefônicos do Estado, propondo-se diversas empresas a organizar e desenvolver serviços locais e de longa distância.

Os planos respectivos foram encaminhados a esta colenda Assembléia, através de projeto de lei, dispondo a respeito de concessão e autofinanciamento pelos interessados.

O Departamento Aeroviário levou a efeito a construção de aeroportos, nas cidades de Carazinho, Garibaldi, Passo Fundo, Santa Rosa, Santiago, Sarandi e Soledade, alguns dos quais já entregues ao tráfego.

Foram iniciadas as obras dos aeroportos de Getúlio Vargas, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Três Passos, prosseguindo as obras de pavimentação em concreto da pista do aeroporto de Pelotas, além de trabalhos de consolidação, ampliação e melhoramento de pistas nos aeroportos de Porto Alegre, Bagé, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Dom Pedrito, Jaguarão, Santa Maria e São Borja, tendo sido, ainda, efetuados levantamentos em 28 municípios do Estado, verificando-se, no ano transato, a execução de 19 projetos.

Nesses e em outros serviços, dispendeu o Departamento Aeroviário a importância de Cr\$ 76.320.740,40.

O Departamento de Portos, Rios e Canais continuou, no último exercício, desincumbindo-se de suas tarefas para execução do programa elaborado, no sentido de proporcionar à economia riograndense um transporte hidroviário eficiente e adequado às necessidades do escoamento de nossa produção. O melhoramento das condições de navegabilidade dos rios e canais interiores do Estado, bem como o reaparelhamento portuário, constituem problemas de mais elevado interesse, cuja solução mereceu a maior atenção e diligência do Executivo, particularmente quanto ao plano de aplicação dos recursos propiciados pela Taxa de Transportes.

No que se refere à renovação das instalações portuárias, novos e modernos equipamentos foram acrescentados aos já existentes. Segundo o esquema de investimentos elaborado no setor hidroviário-

rio, foram adquiridas 80 auto-empilhadeiras, dentre as quais 60 de 4 mil libras e 20 de 1.500 libras, e 6 autoguindastes de 15 mil libras, afóra outros materiais e instalações destinados ao reaparelhamento dos portos de Pôrto Alegre, Pelotas e Rio Grande, pelos quais verificou-se, no ano transato, um movimento de . . . 5.742.041 toneladas de cargas, com uma receita total de Cr\$ 435.058.980,30.

Foi de 8.196 toneladas o movimento no Entrepasto Frigorífico de Pôrto Alegre, com uma receita de Cr\$ 5.214.665,00.

As obras de reconstrução e ampliação do pôrto de Pelotas foram reiniciadas em outubro último, permitindo, atualmente, acostagem de embarcações num trecho contínuo de 300 metros de cais, incluindo 190 metros já inteiramente concluídos, que possibilitam operação portuária.

Outros trabalhos, objetivando o melhoramento, e ampliação de edificações e instalações portuárias, foram, ainda, realizados no pôrto de Rio Grande, tais como reforma da cobertura dos armazéns de Pôrto Novo, prolongamento do atêrro para a ponte do Saco da Mangueira, construção do "pier" petroleiro e continuação do cais Swift, estas duas últimas obras a cargo do DNPRC.

Prosseguiram normalmente os serviços de balizamento e dragagem, visando a conservação e melhoria dos canais interiores e rios navegáveis. Foram dragados cêrca de 500.000 metros cúbicos, inclusive no setor afeto à divisão de Vias Fluviais que, de outra parte, procedeu a importantes levantamentos topo-hidrográficos.

Merecem referência especial os trabalhos de regularização do rio Jacuí, bem como os estudos preliminares e levantamentos para a ligação das bacias dos rios Vacacaí-Ibicuí, realizados em virtude de convênio com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí.

O Departamento Autônomo de Carvão Mineral ultimou, em 1957, os trabalhos correspondentes à primeira etapa do plano estabelecido para o levantamento da bacia carbonífera do Estado, tendo as pesquisas e sondagens efetuadas abrangido o território do Município de São Jerônimo, até as divisas com Cachoeira e Caçapava. Por outro lado e de conformidade com estudo realizado no ano anterior, foi iniciada a abertura do poço de profundidade nas Minas do Leão, iniciativa essa de vital e urgente necessidade, visto que as jazidas a céu aberto, atualmente em exploração, estão a esgotar-se. Na obra em referência, foram investidos, até o presente, cêrca de Cr\$ 6.000.000,00.

Não obstante ter a produção de carvão e moinha, totalizando 74.000 toneladas no ano transato, apresentado sensível decrés-

cimo, em relação aos anos de 1955 e 1956, em consequência da acentuada baixa de consumo de carvão no Estado, acha-se o Departamento plenamente capacitado, por suas atuais condições de serviço e aparelhamento e uma vez alterada a atual conjuntura, a não somente atingir, como largamente ultrapassar a produção dos anos anteriores.

As atividades do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem compreendem realizações no setor especificamente estadual e obras delegadas ao referido órgão, pelo Governo da União.

No setor estadual, foram construídos, no exercício findo, . . . 35,420 km de estradas, pertencentes ao seguintes trechos: Porto Alegre-Santa Maria; Novo Hamburgo-Taquara; Cruz Alta-Ijuí e acessos à ponte sobre o Rio Pardo.

Concluiu o Departamento a construção das seguintes obras de arte, num total de 1.323,55 m: pontes sobre o Arroio Camaquã das Lavras; sobre o Arroio Jacuí-Mirim (Passo do Lagoão); sobre o Rio Vacacaí (Passo do Verde); sobre o Arroio Touro Passo; sobre o vertedouro Sanchuri; sobre o Rio Jacuí; sobre o Rio Pardo e viaduto sobre a Viação Férrea, na RS 3.

Merecem destaque especial, mercê da importância que apresentam para a economia do Estado e aperfeiçoamento de seu sistema viário, a conclusão e inauguração da ponte de concreto armado sobre o rio Jacuí, na RS Santa Cruz-Rio Pardo-Encruzilhada, situada na proximidade de Rio Pardo, com 647 m de comprimento e 7,20 m de largura útil, e o prosseguimento das obras de construção da ponte, também de concreto, sobre o Taquari, que intercepta a RS-3, no trecho Montenegro-Venâncio Aires.

A essas realizações, foram, por Decretos ns. 8.251 e 8.429, de 18 de novembro e 16 de dezembro de 1957, dadas as denominações de "General Gomes Freire de Andrade" e "Engenheiro João Luderitz", numa merecida homenagem do Governo do Estado a um grande batalhador de nossa formação histórica e a um ilustre técnico riograndense.

Receberam pavimento asfáltico, 56,1 km, pertencentes aos seguintes trechos: Osório-Tramandaí; Uruguaiana-Exposição; Novo Hamburgo-Campo Bom; Rincão do Cascalho-Montenegro; Novo Petrópolis-Canela; Gravataí-Taquara; Taquara-São Francisco de Paula; Carazinho-Não-Me-Toque; Passo Fundo-Marau; e Ponte do Retiro-Pelotas (alargamento). Com êsses trabalhos de pavimentação, foram concluídas em sua totalidade e recentemente inauguradas as estradas Osório-Tramandaí e Rincão do Cascalho-Montenegro.

Foram, outrossim, aplicados 556.087 m³ de saibro nos trechos Osório-Palmares; Santa Cruz-Venâncio Aires; Cêrro Chato

Camobi; São Pedro-General Vargas; Canguçu-Passo das Carretas; Passo das Carretas-Caçapava; Pinheiro Machado-Herval; Dom Pedrito-Pinheiro Machado; Pinheiro Machado-BR-38; Uruguaiana-Itaguí; Cêro Marco-Quaraí; Harmonia-Livramento; e São Francisco-Santiago.

Tiveram início, em 1957, as construções das seguintes obras de arte, num total de 790,26 m: Pontes sôbre o Rio Jaguarí; sôbre o Rio Carreiro; sôbre o Arroio Irapuá da Pitangueira; sôbre o Arroio do Meio; sôbre o Rio Ibirapuitã; sôbre o Arroio Santa Cruz; sôbre o Arroio Costa da Serra; sôbre o Arroio Corvos; sôbre o Arroio do Gil; sôbre o Arroio Pasto; sôbre o Arroio Duro e Viaduto na várzea do Rio Pardo.

No que respeita às obras executadas por delegação do Governo Federal, foram construídos 27,3 km de estradas, relativos aos trechos seguintes: Pôrto Alegre-Pelotas; Pôrto Alegre-Uruguaiana; Rio Grande-Chuí; Livramento-Dom Pedrito; e Pelotas-Bagé.

Foram concluídas as obras de arte a seguir discriminadas, num total de 605,84 m: pontes sôbre o Rio Ibicuí da Armada; sôbre o Arroio Pequiri; sôbre o Arroio da Palma; sôbre o Arroio do Pinto; sôbre o Arroio Viúva Tereza; viaduto na Várzea do Pequiri; fundações no Rio Irapuá e bueiros na BR 77.

A travessia a sêco do Guaíba (travessia "Eng. Regis Bittencourt"), estabelecendo a continuidade das rodovias federais BR 2 e BR 37, constitui obra de proporções grandiosas, destinada a produzir resultados de inestimável proveito para a economia rio-grandense. Iniciada em 1955, sua conclusão está prevista para o corrente ano, constando de diversas obras com a extensão total de 4.703 m, abrangendo quatro pontes sôbre o Rio Jacuí, Saco da Alemanha, Furado Grande e Rio Guaíba, que se acham em fase de construção da superestrutura.

Até 31 de dezembro último, haviam sido empregados nessa imponente realização, Cr\$ 227.701.932,20, tendo o Estado aplicado recursos no montante de Cr\$ 30.450.736,80 e antecipado, para ulterior reembolso, Cr\$ 51.425.399,90.

Para a execução das obras a seu cargo, dispôs o DAER de recursos orçamentários próprios, de disponibilidades oriundas da Taxa de Transportes, cuja arrecadação, na parte concernente ao setor rodoviário, importou em Cr\$ 291.280.000,00 no último exercício, e de verbas consignadas no Orçamento da União, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para a realização de obras federais delegadas.

A apreciação das atividades da Comissão Estadual de Energia Elétrica, no ano findo, conduz a resultados auspiciosos, não só quanto ao que vem sendo realizado, como em relação ao que

se projeta, no sentido de solver os complexos problemas ligados ao Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul.

Embora debruçando-se com obstáculos de ordem financeira e cambial, revela a execução desse Plano sensível progresso, no conjunto de suas efetivas realizações.

Adquirirá o mesmo notável impulso, ao completar-se a sua segunda etapa, com a próxima conclusão e funcionamento das Usinas de Candiota, com um potencial de 40.000 kW e do Jacuí, com 70.000 kW.

Teve lugar, no ano findo, a celebração dos contratos para aquisição e instalações dos equipamentos destinados à mencionada Central Hidroelétrica do Jacuí e das linhas de transmissão e subestações da referida Central Termelétrica de Candiota, bem como para compra de 37 unidades Diesel elétricas, dentre as quais 17 de 1.000 kW e 20 de 200 kW, cada uma.

Para tais operações, cujo valor, em moeda nacional, é de Cr\$ 1.009.000.000,00, acham-se em estudos, no Banco do Brasil, as licenças e autorizações de importação dos materiais em apreço. Serão empregados, ainda, nas obras civis do Jacuí, cerca de Cr\$ 1.000.000.000,00.

Verificou-se, no ano transato, a entrada em funcionamento da Usina Hidroelétrica de Ernestina, que, com um potencial de 6.000 HP, veio ampliar o fornecimento de energia elétrica às regiões norte e nordeste do Estado.

Instalou a Comissão, em 1957, 9.800 kW, incluindo 5.000 Diesel (10 grupos de 500 kW) e 4.800 da já referida Usina de Ernestina. Essas instalações, acrescidas de 636 kW encampados no municípios de Camaquã, Getúlio Vargas, Rolante, Tapes e Três de Maio, elevaram a potência de 127.233 kW, registrada em 1956, a um total em operação de 134.561 kW, no ano findo.

Ampliou-se, por outro lado, a rede de localidades servidas pela CEEE, cujos sistemas, que, em 1956, atendiam 73 redes municipais e 169 distritais, passaram, em 1957, a satisfazer as necessidades de 80 sedes municipais e 235 distritais.

Ainda no decorrer do ano findo, montou a Comissão 132 subestações transformadoras e construiu 688.122 metros de linha.

Além dos contratos anteriormente aludidos, abriu a Comissão, no decorrer do último exercício, concorrência para obras no valor total de Cr\$ 340.000.000,00, compreendendo a blindagem do túnel do Jacuí, a ampliação da Central de São Jerônimo, a usina hidroelétrica do Blang, a rede de comunicações de Candiota e a aquisição de 300 toneladas de condutores.

No que se refere a realizações futuras, procede a Comissão a estudos, já em fase adiantada, sobre o aproveitamento dos po-

tenciais hidráulicos a seguir discriminados, ainda em estimativas aproximadas: Jacuí (ampliação), 100.000 HP; Rio das Antas, 100.000 HP; Rio Passo Fundo, 300.000 HP; Rio Camaquã, 90.000 HP e Taínhas, 55.000 HP, totalizando 645.000 HP, que exigirão investimentos calculados em cêrca de 10 bilhões de cruzeiros.

A produção bruta de energia elétrica apresenta os seguintes índices: 272.305.991 kW, para usinas hidroelétricas e 76.009.917 kWh Diesel e 35.400.000 kWh carvão, para usinas térmicas, tendo o número de consumidores passado de 140.875, em 1956, a 156.381, até 31 de outubro último, não considerados os que recebem energia através de distribuidores.

As providências da CEEE, no último exercício, trouxeram maior contribuição ao consumo de energia na Capital do Estado e nos municípios vizinhos, cumprindo ressaltar que, dos 241.686.400 quilowatts-hora, produzidos pelo referido órgão e pela Companhia Energia Elétrica Riograndense, 124.207.900 foram provenientes das usinas da aludida Comissão.

No programa de reerguimento de nossos sistemas de transportes, capital importância foi atribuída pelo Governo do Estado à recuperação, aperfeiçoamento e desenvolvimento da rede ferroviária riograndense.

Na aplicação, ao setor ferroviário, dos recursos provenientes da Taxa de Transportes, ateve-se o Executivo a uma escala de prioridades suscetível de atender às mais urgentes necessidades da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, de modo a promover a melhoria gradativa da capacidade operacional da referida ferrovia, sem prejuízo de medidas de mais profundo alcance, que o problema reclama do Poder Público.

De conformidade com êsse objetivo, diversas medidas foram tomadas, visando melhorar, de imediato, o material rodante e de tração.

O parque de tração da estrada era constituído de 345 locomotivas, compreendendo 74 unidades com menos de 10 anos de serviços, 11 entre 10 e 20 anos, 84 entre 20 e 30 anos e 176 com mais de 30 anos. Segundo pareceres técnicos, 150 dessas unidades carecem de imediata substituição, dados o seu extremo desgaste e baixa capacidade de rendimento.

Para corrigir essa situação, foi incorporado à rede, no ano findo, material de tração proveniente de diversas aquisições.

Com recursos oriundos da Taxa anteriormente aludida, foram adquiridas 6 composições Diesel hidráulicas, de três corpos, para transporte de passageiros, bem como 20 locomotivas Diesel elétricas do tipo A 1 A-A 1 A, de 13 toneladas por eixo, tendo sido programada a compra de mais 30 dessas modernas unidades, além

de mais 15 do mesmo tipo, já encomendadas à IRFA, com financiamento parcial do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Preferiu-se a aquisição do tipo em aprêço, em face do insucesso das locomotivas Diesel hidráulicas, adquiridas em 1951.

No que concerne ao material rodante, foram incorporados ao patrimônio da estrada, em 1957, 50 vagões fechados, de 36 toneladas de lotação e 12 metros de comprimento, de construção metálica e que constituem parte de um lote de 94 unidades adquiridas da empresa COBRASMA, de São Paulo, mediante financiamento concedido pelo Banco anteriormente mencionado. Por outro lado, construíram as oficinas da Viação Férrea, no ano transato, 7 vagões "caboose", para turmas de trem, 1 vagão de passageiros, 21 vagões plataforma e 10 vagões tanques, tendo sido, ainda, adaptadas 5 locomotivas para combustão de "fuel-oil".

No setor da via permanente, efetuou-se substituição de trilhos, numa extensão total de 121,474 quilômetros, tendo sido empregados 631.887 dormentes de tipos diversos. Prosseguiu, outrossim, o lastramento, dentro das possibilidades de produção das seis pedreiras existentes, tendo sido lastradas ou relastradas 77,753 quilômetros, além de outras providências, como refôrço de pontes e melhoria de linhas telegráficas.

Ao lado dessas providências de caráter imediato, para melhor rendimento do transporte ferroviário, medidas de maior alcance foram tomadas, no sentido da solução racional dos problemas fundamentais da rede, tais como a correção dos traçados anti-econômicos. Para esse fim, teve prosseguimento, no último exercício, a construção de diversas variantes, numa extensão total de 230 quilômetros, com um investimento de Cr\$ 164.991.709,50. Entre as mesmas, deve ser destacada a de Ramiz Galvão a Barreto, cuja entrega ao tráfego está prevista para o fim do corrente ano, tendo sido gastos nessa obra, em 1957, Cr\$ 87.010.358,30, por conta de empréstimo concedido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Está prevista para dezembro de 1959 a conclusão da variante de Hulha Negra a Herval, em cujos trabalhos foi dispendida, no ano findo, a importância de Cr\$ 59.292.198,00. Com recursos provenientes da Taxa de Transportes, estão sendo construídas as variantes de Santa Maria a Arroio do Só e Santa Maria a Canabarro, numa extensão total de 50 quilômetros e com uma despesa de Cr\$ 14.821.145,40, no último exercício. Cumpre mencionar, ainda, a variante entre as estações de Agente Gomes e Capão do Leão, custeada com recursos federais, cujo montante atingiu a Cr\$ 2.187.620,30, em 1957.

Entre outras obras relevantes, devem ser, ainda, citadas a

construção, em andamento, da nova estação de Taquara e a conclusão de um armazém, junto à mesma estação; a instalação, em Rio Grande, de uma oficina de reparações para locomotivas Diesel e a construção de pavilhões, na Estação Diretor Augusto Pestana para locomotivas desse tipo e trens "Minuano".

Pela Viação Férrea, foram transportados, em 1957, 3.830.612 passageiros, 40.343 toneladas de encomendas, . . . 137.293 toneladas de animais e 1.355.041 toneladas de cargas diversas, produzindo uma receita total estimada em Cr\$. . 989.679.938,60, com base em elementos contabilizados até novembro último, que apresenta acentuado aumento sobre o total verificado em 1956.

Eram essas, em linhas gerais, as suas atividades e iniciativas em plena execução, no setor ferroviário, quando o Governo do Estado, pressionado por circunstâncias prejudiciais aos interesses da economia riograndense, deliberou a rescisão do contrato de arrendamento celebrado entre a União e o Estado, para a exploração da rede, usando da faculdade contida no artigo 12, da Lei federal n.º 2.217, de 5 de junho de 1954 e de conformidade com as disposições da Lei estadual n.º 3.129, de 11 de setembro de 1957, e do Decreto estadual n.º 8.159, de 12 do mesmo mês e ano. Passou a estrada ao regime de administração federal provisória, confiada ao ilustre militar Tenente Coronel Antônio Nogueiros de Andrade Pinto, tendo sido constituídas duas comissões, uma estadual e outra federal, presididas pelos engenheiros Vicente Cortazzi e José Luiz Bulhões Pereira, respectivamente, para estudarem e elaborarem o convênio que conterà as condições de reversão da Viação Férrea ao Governo da União, e de sua posterior incorporação à Rede Ferroviária Federal S.A.

* * *

Na elaboração de seus planos e programas de trabalho e na execução de suas iniciativas ou concretização de suas realizações, tem o Governo do Estado, afora as dificuldades reiteradamente citadas, decorrentes da atual conjuntura financeira, encontrado sério obstáculo nas presentes condições da organização administrativa riograndense.

Tornou-se a mesma obsoleta e inadequada ao crescente desenvolvimento dos serviços públicos, reclamado pela contínua evolução econômica e constante progresso do Estado.

A esse respeito, abrem-se perspectivas promissoras, com a elaboração, em 1957, após acurados e prolongados estudos, do

projeto de lei, que dispõe sobre a reorganização geral dos serviços públicos estaduais.

Esse projeto, de tão acentuada importância para o aperfeiçoamento e racionalização do mecanismo administrativo riograndense, foi elaborado pelo Departamento do Serviço Público, com o assessoramento de renomado técnico do Departamento Administrativo do Serviço Público federal e de destacados servidores de outros órgãos administrativos do Estado e está sendo submetido ao exame da Chefia do Executivo e aos Senhores Secretários de Estado, Diretores Gerais de órgãos autônomos e de autarquias, para redação final.

Ainda no setor de organização geral dos serviços, elaborou o órgão de pessoal do Estado projeto, já convertido em Decreto n.º 8.288, de 4 de dezembro último, estabelecendo normas para a classificação e sistematização da nomenclatura das unidades administrativas, uma vez realizados, pela divisão competente do órgão em aprêço, trabalhos de experimentação da possibilidade de aplicar-se as normas referidas aos serviços do Estado.

As desatualizadas condições estruturais de nosso mecanismo administrativo, exigindo a superação de dificuldades operacionais e entraves para cuja progressiva eliminação vem o Governo desenvolvendo os maiores esforços, são de molde a enaltecer e valorizar a cooperação de meus dignos auxiliares de Governo, Secretários de Estado e dirigentes de Departamentos autônomos e autarquias, ressaltando, ainda, a eficiência e dedicação dos servidores em geral, cuja aptidão, acurado senso de responsabilidade e elevada compreensão dos deveres funcionais, propiciaram à máquina burocrática o máximo de rendimento e produtividade, dentro de suas condições presentes.

Procurou o atual Governo, dentro das atuais disponibilidades financeiras, ir ao encontro das justas reivindicações da nobre classe dos funcionários públicos, cujo tratamento pecuniário, adequado às suas necessidades e responsabilidades, de modo a permitir-lhes a manutenção de um padrão social condigno, é condição imprescindível para o cumprimento de sua elevada missão.

Proclamando a Constituição Estadual, em seu artigo 214, o princípio da correspondência dos estipêndios às necessidades do servidor, tornou o progressivo encarecimento do custo da vida indispensável um reajustamento geral de vencimentos dos funcionários civis e militares do Estado.

Essa providência consubstanciada na Lei n.º 3.055, de 22 de dezembro de 1956 e complementada pela Lei n.º 3.140, de 16 de julho de 1957, entrou em execução em 1.º de janeiro de 1957.

Outro diploma de fundamental importância para o servidor, com vigência na mesma data, foi a Lei n.º 3.096, de 31 de dezembro de 1956, que equiparou os proventos de inatividade do funcionário às vantagens da atividade, vindo, assim, ao encontro de antiga e justa reivindicação de velhos servidores, cuja existência foi tãõda de dedicação e fidelidade ao serviço do Rio Grande e que, por essa forma, receberão agora, do Poder Público, o merecido amparo, em seus anos de velhice e invalidez.

Outro problema com que se defrontou o atual Govêrno, já no início de sua administração, foi o de remunerar os titulares de cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, em níveis condizentes com a elevada responsabilidade, padrão de vida e encargos de representação peculiares às suas funções.

A solução do problema em aprêço, retardada pela necessidade de se conjugar os respectivos estudos com os referentes à reorganização geral dos serviços do Estado, veio a concretizar-se na Lei n.º 3.285, de 5 de dezembro de 1957.

A par dessas providências, continua o Estado a promover, através do órgão competente, o gradativo aprimoramento profissional e cultural de seus servidores, não só através de cursos de aperfeiçoamento e especialização, mantidos pelo órgão de pessoal, como, ainda, através de rigorosos critérios seletivos, para ingresso no serviço público.

Em matéria de assistência ao funcionalismo público, cumpre destacar iniciativa de avultado interêsse social, do Instituto de Previdência do Estado, relativa à construção de um conjunto residencial de seis edifícios de apartamentos, destinados a servidores públicos, compreendendo 90 economias e situado no Bairro do Partennon, nesta Capital.

As obras respectivas foram orçadas em Cr\$ 40.000.000,00, inclusive dispêndio com abertura de ruas e outras benfeitorias indispensáveis e a respectiva conclusão está prevista para junho próximo vindouro, devendo as moradias em aprêço ser distribuídas de conformidade com critério a ser estabelecido em lei especial.

Propiciou, ainda, o aludido Instituto à associação de classe dos funcionários estaduais, no ano de 1957, auxílios no montante de Cr\$ 2.400.000,00.

* * *

Em mensagem anterior a esta colenda Assembléia e face às extraordinárias possibilidades econômicas do Rio Grande, tive oportunidade de referir-me à necessidade de atrair e canalizar fôrças suscetíveis de estimular o desenvolvimento de nossa economia, através de investimentos privados nacionais e estrangeiros, a par da

política de fomento e assistência, a cargo dos órgãos oficiais.

É evidente essa necessidade de investimentos, mórmente estrangeiros, para que não fique o Rio Grande do Sul à retaguarda de outras unidades da Federação, em matéria de progresso industrial. Confrontando-se as aplicações de capitais do exterior, em alguns dos mais desenvolvidos dentre os Estados da União, com os investimentos até o presente realizados neste Estado, é de se concluir pela necessidade de profunda modificação de nossa política, a tal respeito.

No pronunciamento anterior, há pouco aludido, referi-me sucintamente ao problema, pedindo, para o mesmo a atenção dos nobres representantes do povo riograndense. Adiantei que o Governo se dispunha a encará-lo sèriamente, em sua palpitante atualidade.

A existência de órgão técnico especial, no âmbito desta Casa, e o crescente interêsse, revelado através dos debates parlamentares, pelos problemas de desenvolvimento econômico, traduzem a patriótica decisão dêste Poder, no sentido de que o Rio Grande do Sul não fique alheio ao surto industrial que hoje se observa no país, especialmente na região do triângulo Rio — São Paulo — Belo Horizonte.

A êsse respeito, considero da mais alta importância o exemplo do Estado de Minas Gerais, em matéria de incremento industrial. A criação da Cidade Industrial de Belo Horizonte constitui, atualmente, um êxito completo, cogitando-se, outrossim, de novo núcleo, a Cidade Industrial de Santa Luzia, também próxima à capital montanhesa, que será um novo centro de atração de empreendimentos da mais alta significação para o progresso do referido Estado.

Como prova do vivo interêsse, manifestado por esta Casa pelo problema em questão, apraz-me citar o projeto, ora em tramitamento, concedendo, mediante determinadas condições, isenção de impostos e taxas estaduais às indústrias novas, que se localizem no Estado, aos novos investimentos suscetíveis de trazerem sangue novo à nossa economia.

Credenciado pelo Executivo, e com o apôio, também, do Governo Federal, viajou o Secretário do Governo, doutor Adail Moraes, para os Estados Unidos e Europa, em setembro do ano findo, realizando, no curso de três meses, trabalho cujos resultados tenho fundados motivos para esperar sejam os mais fecundos e animadores.

Depois de cêrca de um mês de atividade em Nova Iorque onde encontrou a cooperação decidida e prestimosa do Escritório Comercial do Brasil, percorreu o emissário do Governo riograndense a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Austria e a Suíça, onde estabe-

leceu contato com grandes firmas industriais e financeiras, que manifestaram profundo interesse em conhecer as disposições do Governo do Estado, em relação a investimentos estrangeiros. Precedida que foi a viagem do aludido emissário de ampla consulta aos mais diversos centros do Estado, ilustrou-a um relatório prévio de oportunidades e possibilidades, largamente difundido pelos círculos industriais e financeiros visitados.

Não caberia, nos limites da presente prestação de contas ao povo riograndense, uma exposição pormenorizada dos assuntos tratados. Posso, entretanto, afirmar que, tanto na poderosa nação norte-americana, como nos grandes centros europeus, a receptividade encontrada pelo enviado do Governo riograndense foi a mais promissora, resultando claro que, se iôr mantida uma política de atração de investimentos estrangeiros, com a adoção das providências mais necessárias à concretização de muitos projetos, poderá o Rio Grande do Sul contar, dentro de algum tempo, com regular número de novas empreendimentos.

O melhor aproveitamento das riquezas carboníferas do Estado; o gradativo estabelecimento de uma rêde de indústrias que processem a rica e variada produção agrícola do Estado; o aperfeiçoamento e expansão das indústrias metalúrgicas, tão expressivas já em nosso território; a execução de algumas realizações fundamentais para a infra-estrutura econômica do Estado, como o plano de utilização mais racional dos rios Jacuí e Taquarí, tudo isso, para referir apenas alguns itens, constituiu matéria levada à apreciação de elementos da mais alta idoneidade técnica e financeira, seja nos Estados Unidos, seja na Europa, particularmente na Alemanha.

Além da colaboração dedicada e eficiente, que lhe foi dispensada pelos Escritórios Comerciais do Brasil e pelas nossas representações diplomáticas no exterior, em especial, pelo ilustre embaixador Almirante Ernani do Amaral Peixoto e Ministro Antônio Xavier da Rocha, foi o emissário riograndense acolhido por organizações da mais alta significação, com excepcionais demonstrações de simpatia e aprêço ao Rio Grande e ao Brasil. De sua visita ao Ministério da Economia, em Bonn, resultou o convite, há poucos dias formulado pelo Itamarati, ao Governo da Alemanha Ocidental, para enviar ao Estado u'a missão econômica, para um exame direto dos nossos problemas e possibilidades. Não preciso ressaltar a importância dessa visita, que, trazendo ao nosso Estado especialistas eminentes, nos dará ensejo ao estudo das nossas potencialidades e dos meios para realizá-las.

A atuação da Câmara de Comércio Teuto-Brasileira do Rio Grande do Sul foi de inestimável valia para o êxito da missão do representante do Governo riograndense, pois a sua relevante colabo-

ração contribuiu para divulgar o nosso Estado nos maiores centros da Alemanha, através de trabalho que fez publicar, a expensas próprias. Vindo ao encontro dos objetivos do Governo do Estado, a Confederação Geral da Indústria Italiana acaba de traduzir, também, para o italiano o relatório preliminar do enviado riograndense, assim amplamente difundido na Itália e que constituirá mais uma contribuição valiosa para o maior intercâmbio entre os círculos italianos e brasileiros.

Teve nosso Estado, para o seu desenvolvimento agrícola, a decisiva cooperação do braço e da inteligência de povos estrangeiros, em particular, de alemães e italianos. No momento em que o Brasil ingressa numa fase de intensa industrialização, cujo ritmo a muitos surpreende e, por vezes, suscita debates e entrec choques de opiniões, mas que é uma pujante realidade, não seria compreensível que o Rio Grande do Sul deixasse de buscar, novamente, a contribuição da experiência e dos recursos de outras nações, para acompanhar a marcha ascensional do País, em direção a novos estágios de desenvolvimento.

* * *

No ano de 1951, reuniram-se em conferência, na Capital do Estado bandeirante, governadores e representantes de diversos Estados, para o debate de relevantes problemas econômicos, do interesse comum das regiões compreendidas geograficamente nas bacias dos rios Paraná e Uruguai.

Dêsse concave e de reuniões posteriores, em que o Rio Grande do Sul se fez representar, nasceu a Comissão Interestadual da Bacia Paraná — Uruguai, destinada ao estudo, planejamento e execução de obras e realizações de fundamental interesse econômico para as regiões acima referidas, da mesma participando, mediante convênio celebrado, os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

A êsse órgão, foi dada estrutura jurídica por lei do Estado de São Paulo, em cujos dispositivos se dispunha sôbre a representação e contribuição financeira dos Estados participantes.

O eminente engenheiro Lucas Nogueira Garcez, então Governador do grande Estado bandeirante, deu à Comissão em aprêço um elevado sentido, procurando imprimir-lhe a projeção necessário ao pleno êxito de sua missão, para que o referido órgão fosse, realmente, o instrumento de aglutinação dos esforços das unidades federativas meridionais e do centro oeste, no sentido de realizações comuns destinadas ao desenvolvimento econômico de imensas regiões, em grande parte inexploradas.

Infelizmente, a idéia geratriz da Comissão não evoluiu, desde logo, com a força esperada.

Coube ao atual Governo do Estado, cerca de um lustro após o surgimento desta grande iniciativa, trazer-lhe decisiva contribuição, com o encaminhamento, em 1957, ao exame desta egrégia Assembléia, de projeto de lei dispondo sobre a representação do Rio Grande do Sul, no aludido órgão interestadual, e sua efetiva participação nas respectivas atividades e despesas.

A Comissão Interestadual da Bacia Paraná — Uruguai promove, atualmente, a realização de importantes trabalhos entre os quais se destacam o prosseguimento dos estudos sobre o Rio Paraná e execução do respectivo balizamento, através de convênio celebrado com a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha; os estudos sobre o Plano Regulador da Bacia do mesmo rio; o projeto da usina hidroelétrica de Urubupungá e estudos geológicos na região das respectivas barragens; os estudos do canal de transposição das bacias do Jacuí — Vacacaí, neste Estado, mediante convênio com o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais; o levantamento do Rio Pardo, incluindo as necessárias pesquisas hidrológicas, bem como projeto de obras de melhoramento do mesmo rio, para fins de navegação e a restituição da área dos divisores do Rio Pardo — Coxim, ora em fase de conclusão, para estudo do canal de transposição.

Sinto que é necessário imprimir maior impulso e relevância às atividades do órgão de que se trata, cuja instituição e funcionamento constituem grandiosa iniciativa, destinada a profunda repercussão na vida econômica nacional.

E a oportunidade, para isso, será, certamente, a próxima realização, em Brasília, no mês de maio próximo vindouro, de nova conferência de Governadores dos Estados participantes da Comissão. Novos rumos e decisivas deliberações, por certo, surgirão para a mesma, no referido conclave.

* * *

Tenho, ainda, a grata satisfação de registrar a estada, nesta Capital, em junho último, de S. Excia., o Senhor Presidente de Portugal, General Francisco Higino Craveiro Lopes e do Ministro do Exterior daquela nação amigo, Dr. Paulo Lopes, que, em companhia de suas excelentíssimas espôsas e demais membros da comitiva presidencial, receberam do mundo oficial e da população pôrto alegreense, entusiástica, espontânea e carinhosa recepção, revivendo-se, assim, a íntima união sentimental entre os dois povos, brasileiro e português, ligados por mais de quatro séculos de histó-

ria. O primeiro magistrado da Nação Portuguesa foi recebido com as honras devidas à sua alta investidura e, como hóspede oficial do Estado, foi, durante sua breve permanência, alvo das mais sinceras homenagens, quer do Govêrno, quer de nossa população.

Visitaram, ainda, o Rio Grande do Sul, em 1957, S. Excia. o Senhor Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, e vários Ministros de Estado, todos festivamente recepcionados pelas autoridades estaduais e sociedade local, bem como diversos embaixadores estrangeiros e personalidades ilustres, como os senhores Christian Pinau, Ministro das Relações Exteriores da França; W. Arthur Irwin, embaixador do Canadá; Dr. Hermann Gohn, da Áustria; Bernard Hardion, da França; Yoshiro Ando, do Japão; Aric Aroch, de Israel; Dr. Werner Dankwort, da Alemanha; S. Excia. Revdma. o Núncio Apostólico da Santa Sé, no Brasil; Robert Maurice, Ministro da Suíça; Antoine Pinay, ilustre líder parlamentar francês e o embaixador do Brasil, nos Estados Unidos, Almirante Ernani do Amaral Peixoto.

A honrosa visita de tão elevado número de chefes de missões diplomáticas e outras personalidades de destaque bem atesta o interesse que o nosso Estado vem despertando, pelo seu progresso cultural, social e econômico.

Tôdas as missões diplomáticas, culturais ou econômicas, em visita ao Rio Grande, tiveram ampla assistência do Executivo estadual, através da chefia do cerimonial da Secretaria do Govêrno e dos diversos órgãos técnicos e informativos oficiais, que lhes proporcionaram não somente o conhecimento dos principais centros progressistas do Estado, como ainda numerosos dados estatísticos e informes diversos sôbre sua produção e desenvolvimento, suscetíveis de favorecerem um amplo intercâmbio com as nações representadas.

Procurou, assim, o Govêrno, criar um clima propício a um amplo entendimento com outros povos, através de conhecimento, pelos mesmos, do que é o Rio Grande, facilitando-se, por ôssa modo, a realização cada vez maior de investimentos em nosso Estado.

* * *

Esta é, senhores Deputados, a exposição sincera e leal das atividades desenvolvidas, no último exercício, pelo Executivo, dos diversos problemas com que se defrontou, das dificuldades e obstáculos que procurou vencer e superar.

Nesta oportunidade, quero exprimir aos ilustres representantes com assento nesta Casa, os meus agradecimentos pela colaboração que, no exercício de sua espinhosa missão legislativa, houveram por bem dispensar ao meu Govêrno.

Desejo, também, ressaltar a valiosa cooperação que me foi

proporcionada pela coletividade riograndense, através dos representantes de suas entidades de classe, cuja eficiente atuação muito contribuiu para o esclarecimento de problemas fundamentais do Estado.

Diz-me a consciência que, assistido pela infatigável dedicação de meus colaboradores e auxiliares de Governo, não poupei esforços, tudo fiz, tudo empreendi, na medida das reais possibilidades existentes, para corresponder à confiança com que me honrou o Rio Grande do Sul.

Dentro de poucos meses, o povo riograndense, no livre exercício de sua soberania, escolherá meu sucessor, na Chefia do Executivo, bem como seus representantes, nas casas legislativas da União e do Estado.

Presidirei êsse pleito com imparcialidade.

Asseguro ao povo do Rio Grande que o Governo do Estado tudo fará, dentro de suas possibilidades e nas lindes de sua competência, para garantir o pleno exercício das franquias democráticas, consubstanciadas no livre debate e esclarecimento da opinião e no pronunciamento da vontade popular, através das urnas.

E, ao transmitir o cargo àquele que irá suceder-me, retornarei à vida particular, levando, com a confortadora serenidade do dever cumprido, uma profunda e nunca desmentida fé nos destinos de nossa terra, já agora robustecida através de quatro anos de contacto com as realidades do governo e da administração.

Quaisquer que sejam os lances ou alternativas de sua evolução política, nada poderá deter ou enterrar o progresso do Rio Grande, que é uma fatalidade decorrente do valor, operosidade e capacidade de seus filhos, de suas privilegiadas condições geográficas e climáticas, de suas imensas possibilidades econômicas.

Os governantes passam; os governos se sucedem em sua transitoriedade, mas imortais são os princípios, instituições e postulados da Democracia e perene é o Rio Grande, na grandeza de seu patrimônio histórico, na promissora realidade de seu presente e nas magníficas proporções de seu futuro.

A D M I N I S T R A Ç Ã O G E R A L

SECRETARIA DO GOVÉRNO

Instituída pela Lei n.º 2.331, de 16 de janeiro de 1954, como órgão de assessoramento técnico e administrativo do Chefe do Poder Executivo, tem a Secretaria do Govérno, por finalidade precípua o estudo, preparo e registro do expediente submetido à consideração do Governador do Estado, bem como o estabelecimento de comunicações entre este e as autoridades federais, chefes dos demais Poderes do Estado, Secretarias, Departamentos, Autarquias, entidades de classe, imprensa e público em geral, achando-se suas atividades minuciosamente reguladas pela Regimento aprovado por Decreto n.º 5.101, de 31 de julho de 1954 e alterado por Decreto n.º 6.679, de 5 de setembro de 1955.

Não obstante debater-se com dificuldades diversas, já conhecidas e acentuadas em mensagens anteriores, entre as quais a deficiência de salas e locais de trabalho e as alterações e desfalques de seu quadro de pessoal, vem essa repartição cumprindo com êxito sua relevante e complexa missão.

Construído no início do século, com o alto nível estético de todos conhecido, resseno-se, entretanto, o Palácio Piratini, onde funciona a Secretaria em aprêço, da falta de salas e dependências adequadas para o atual desenvolvimento das atividades administrativas cometidas ao órgão de que se trata.

Palácio Piratini

Tem o atual Govérno do Estado procurado encarar e resolver esse problema, dentro dos meios e disponibilidades atualmente existentes. Com tal objetivo, tiveram prosseguimento, durante o ano findo, obras de instalação e adaptação de salas do pavimento superior do edifício principal do Palácio, situado ao lado dos salões de festas em vias de conclusão e onde deverão localizar-se o gabinete de trabalho do Chefe do Executivo e a Casa Militar.

Essas obras, uma vez ultimadas, virão desafogar as instalações atualmente existentes no pavimento inferior.

Por outro lado e com o intuito de preservar uma das mais preciosas unidades do patrimônio imobiliário do Estado, foram realizados trabalhos de conservação e melhoramentos das diversas dependências da Ala Residencial, tais como pintura geral e de aberturas e reconstituição de revestimentos internos.

Na parte destinada às atividades administrativas propriamente ditas, foram objeto de reformas e melhorias as instalações do Gabinete Fotográfico, depósitos de materiais e outras dependências de serviços.

**Atividades
dos diversos
órgãos da Se-
cretaria**

Dentro dos meios e possibilidades ao seu dispor, vem a Secretaria do Governo apresentando expressivos índices de trabalho em seus diversos setores de atividade.

Pela Casa Civil, foram elaborados e expedidos 369 ofícios, 445 cartas e 1.451 telegramas ao Governador e 1.666 ofícios, 1.150 cartas, 3.533 telegramas e 19 circulares de assinatura do Secretário, Subsecretário do Governo, Oficiais de Gabinete e Assessores do Governador.

Recebeu, ainda, o órgão em apreço, em audiência, 10.429 pessoas. Desenvolveram, por igual, intensa atividade, o Serviço de Divulgação e a Chefia do Cerimonial, na sua missão específica de divulgar os atos oficiais e atividades múltiplas da Chefia do Executivo e de preparo e realização de recepções e homenagens.

A Casa Militar encaminhou 3.212 audiências do Governador e incumbiu-se de 426 representações na Capital e de 105 no interior do Estado.

Intensos foram, também, os trabalhos nos diversos setores da Diretoria Administrativa. O setor de Comunicações e Arquivo registrou o trânsito de 24.413 expedientes, dentre os quais 17.454 protocolados durante o ano findo e forneceu cerca de 14.060 informações sobre andamento de processos.

Atendeu o Setor de Material 7.194 requisições de materiais diversos, para os vários serviços e setores da Secretaria, tendo expedido 64 requisições à Comissão Estadual de Compras, objetivando a aquisição dos suprimentos necessários e realizando, ainda, 17 coletas de preços.

Pelo Setor de Expediente e Pessoal transitaram 420 processos, tendo sido elaborados 954 expedientes de natureza diversa, compreendendo decretos, portarias, apostilas, certidões de tempo de serviço, certificados e atestados, ofícios, atestados de efetividade, requisições e folhas de pagamento e grades de tempo de serviço. Ministrou o Setor 1.950 informações e extraiu 1.629 cópias de documentos vários.

A quase totalidade dos processos em trânsito pela Secretaria, antes de subir a despacho do Governador e do Secretário do Governo, por intermédio da Casa Civil, foi examinada pela Assistência Técnica que emitiu, para instruí-los 366 pareceres.

É, ainda, missão da referida Assistência o estudo e preparo dos expedientes relativos ao anteprojeto de lei, a serem submetidos à consideração do Poder Legislativo. No desempenho dessa atividade especializada, esse órgão registrou e publicou 274 leis e 860 decretos executivos.

Biblioteca

A Biblioteca do Palácio Piratini encontra-se em fase de plena reorganização, tendo sido realizados trabalhos no sentido de aperfeiçoar o sistema de tombamento e catalogação do material de consulta existente e intensificada a aquisição de livros e a assinatura de revistas e periódicos em geral.

**Quadro de
pessoal e re-
organização**

O Quadro Único dos Funcionários da Secretaria do Governo, instituído pela citada Lei n.º 2.331, de 16-1-1954, foi, pela Lei n.º 3.055, de 22-12-1956, destinado à extinção progressiva, tendo sido os respectivos cargos considerados excedentes, para serem extintos à medida que vagarem.

Objetivou-se, através dessa medida legislativa, dar maior mobi-

lidade e plasticidade ao corpo funcional da Secretaria, cuja missão, junto a Chefia do Executivo, exige mais apurados requisitos de seleção e confiança, ensejando-se, mediante remoções, a movimentação de servidores oriundos do Quadro Único dos Funcionários Cíveis instituído pela Lei n.º 2.020, de 2-1-1953, bem como de outros quadros de pessoal do Estado.

De conformidade com o mandamento legal acima referido, verificou-se, até o presente, a extinção de 18 cargos integrantes do mencionado quadro funcional da Secretaria do Governo.

O preenchimento dos cargos correspondentes far-se-á, pela forma anteriormente mencionada, na medida das possibilidades e necessidades administrativas.

Outrossim, certas dificuldades e senões, ainda existentes na organização dos serviços do órgão em referência, serão, ao que se espera, eliminados com a implantação e desenvolvimento do Plano de Reorganização Geral dos Serviços do Estado, cujo ante-projeto acha-se em fase de elaboração final, no Departamento do Serviço Público.

Finalmente, cumpre apresentar alguns dados, relativos à execução orçamentária, na Secretaria do Governo, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1957, dados esses que evidenciam, como nos anos anteriores, a apreciável economia realizada pelo órgão em exame.

A dotação orçamentária, consignada à Secretaria, no montante de Cr\$ 13.999.400,00 foi, posteriormente, suplementada em Cr\$ 4.135.705,20, atingindo o total de Cr\$ 18.135.105,20.

A despesa realizada foi de Cr\$ 16.934.576,70.

Acrescida a esse montante a quantia de Cr\$ 847.536,70, relativa ao total de recursos fornecidos para suplementações, resultará um saldo apurado de Cr\$ 303.191,30.

Execução Orçamentária

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

Na estrita observância do princípio fundamental de independência e harmonia dos poderes constitucionais, cuidou o Executivo Estadual, no ano findo, como nos exercícios anteriores, de manter e desenvolver, através da Secretaria do Interior e Justiça, as melhores relações com os Egrégios Poderes Judiciários e Legislativo, prestigiando a ação dos ilustres membros da magistratura e representantes do povo, no desempenho de suas elevadas funções.

Por outro lado, foi o Corpo Consular, acreditado nesta Capital, objeto de especial atenção, tendo sido iniciado maior e mais frequente convívio com seus dignos integrantes, aos quais foram proporcionadas tôdas as medidas necessárias ao pleno desempenho de sua elevada missão, cooperando, assim, o Estado dentro de suas naturais limitações, para o almejado entendimento entre os povos.

Além do Gabinete do Secretário e da Diretoria Geral, compreende o órgão central dos serviços administrativos da Secretaria do Interior e Justiça cinco Diretorias internas, cujo nível de atividade cresce na proporção da que é desenvolvida pelos órgãos subordinados.

Em 1957, foram protocolados 14.857 processos, que tiveram pronto andamento.

Tão somente na Seção de Pessoal, deram entrada e foram despachados 4.950 expedientes, cumprindo salientar o exaustivo trabalho de revisão de proventos, decorrente das Leis n.ºs 3.096, de 31 de dezembro de 1956 (Lei Peracchi), 3.119, de 14 de fevereiro de 1957 (Código de Organização Judiciária) e 3.389, de 9 de janeiro último.

Passaram a ser apreciados na Diretoria de Interior e Justiça os requerimentos de pensões a viúvas e filhos de magistrados, nos termos da citada Lei 3.199.

Nessa mesma Diretoria, instalou-se e iniciou os trabalhos a seu cargo a Comissão de Pensões Vitalícias, instituída para atender e opinar acerca dos pedidos de pensões, formulados nos termos da Lei n.º 2.717, de 18 de outubro de 1955, e do Decreto n.º 7.616, de 25 de janeiro de 1957.

Pela Diretoria do Expediente, foram elaborados 7.367 atos diversos.

A Diretoria da Despesa e Material, a quem cabe a execução orçamentária, apresentou volume de trabalho digno de registro, pelo número e matéria dos processos em tramitação.

A essa Diretoria, está ligado o Serviço de Material, que funciona em prédio próprio e cujas atividades têm crescido de ano para ano.

Repartição
Central

cabendo-lhe, entre outras tarefas, suprir de materiais diversos os Juizados de Direito e Municipais, Pretorias e Escrivanias de Crime, Justas e Execuções, suprimento que atingiu índice elevado, no ano transato, acarretando, para o Serviço em aprço, a necessidade de dobrar a produção verificada no exercício anterior.

Intensas foram, outrossim, as atividades e empreendimentos levados a feito pelas repartições subordinadas à Secretaria.

**Arquivo
Público**

O Arquivo Público, depois de ampla reorganização, multiplicou a eficiência de seus trabalhos, sendo os pedidos de cópia, no montante aproximado de 3 000, no ano findo, atendidos num prazo médio de 3 a 4 dias após seu recebimento.

Pelo novo Regulamento, aprovado em 1957, entraram em atividade mais duas seções: a de Arquivo de Processos Judiciários e a Técnica.

Em caráter experimental, foram criados um laboratório e uma sala de micro-filmes, capacitando a repartição a fornecer fotocópias dos mais diversos documentos.

No ano findo, em face de convênio entre a União e o Estado, foi empregada a importância de Cr\$ 266.660,00, em maquinaria destinada às Seções de Encadernação e Restauração e de Fotografia Documentária e Desenho.

Fizeram-se 280 micro-filmes para projeção, tendo sido efetuada a encadernação de grande número de livros.

A receita total, arrecadada no último exercício, pelo órgão em referência subiu a Cr\$ 709.530,50.

**Conselho
Penitenciário**

O Conselho Penitenciário realizou, durante o ano de 1957, 120 sessões, apreciando 270 processos e emitindo 215 pareceres sobre livramento condicional e 65 sobre indulto e comutação de pena. Durante o exercício foram liberados condicionalmente 104 internados, dos quais 63 pelo Conselho e 41 pelos Juizes das comarcas do interior.

Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas

Para o pleno êxito das atividades afetas ao Departamento de Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas, órgão de marcante projeção social, face à natureza de suas funções, foram tomadas diversas providências acauteladoras, visando o resguardo da moral e bons costumes.

O número de originais censurados e revisados, montando a 4.890 e a 8.513, respectivamente, bem como os 3.804 alvarás expedidos, revelam o vulto do trabalho desenvolvido por essa repartição, no ano findo.

Sua arrecadação, face as novas taxas estabelecidas pela última Lei do São estadual, atingiu a importância de cerca de oito milhões de cruzeiros, na Capital e no interior.

Manifesta-se cada vez mais a necessidade de entrosar o Departamento com as Delegacias de Polícia, para a melhor padronização possível das atividades de censura, fiscalização e arrecadação.

Mantem o órgão em aprço, nesta Capital, em íntima colaboração com as autoridades policiais, uma campanha permanente de moralização nas casas de espetáculo, evitando excessos e abusos.

Foi instituída, como órgão consultivo, junto ao Departamento, a

Comissão de Cinema do Rio Grande do Sul, tendo por finalidade apresentar sugestões tendentes ao estímulo e desenvolvimento de cinema nacional, bem como fiscalizar o cumprimento das normas vigentes sobre as atividades cinematográficas, no âmbito estadual.

A assistência aos municípios, através do Departamento das Prefeituras Municipais cada vez mais solicitada pelas comunas riograndenses, vem mantendo elevado ritmo de trabalho, principalmente no que concerne às atividades da Seção Técnica e de Engenharia.

O serviço de assistência aos municípios, sob os aspectos administrativo e técnico, cumpriu suas atribuições, quer através de pareceres e elaboração de projetos, quer mediante assistência local.

Entre outras tarefas e realizações, cumpre destacar o "Plano de Classificação Geral do Funcionalismo Municipal" e diversos quadros estatísticos e comparativos a respeito de diferentes assuntos, ligados à vida das comunas riograndenses, atendendo ainda a repartição a grande número de consultas sobre matérias diversas.

AO Serviço de Engenharia, foram distribuídos, em 1957, 79 processos contendo solicitações de pareceres sobre loteamentos, plantas de prédios, praças, etc., ou de assistência técnica local, que foi prestada aos municípios de Canela, Itaqui, Lajeado, Lavras do Sul, Nova Petrópolis, Pinheiro Machado, Piratini, Rosário do Sul e São Sepé.

Volto a circular o "Boletim do Departamento das Prefeituras Municipais", atualizado e com tiragem ampliada para 1.500 exemplares.

Ao iniciar-se a atual gestão administrativa, foi encaminhado à consideração do Egrégio Poder Legislativo, e por êste aprovado, o plano destinado a resolver o angustiante problema penitenciário riograndense, mediante a execução de obras de vulto e providências necessárias à estruturação e financiamento dos estabelecimentos e serviços penitenciários do Estado.

Esse grande empreendimento vem sendo executado fielmente e com segurança pelo Governo do Estado.

No ano de 1957 tiveram início as obras novas das cadeias civis de Bento Gonçalves, Lajeado, Nova Prata e Santa Vitória do Palmar, e do fóro de São Luiz Gonzaga, tendo sido recuperado os prédios das cadeias civis de Passo Fundo, Santa Rosa e São Luiz Gonzaga, além dos fóros de Bagé, Rio Grande, Rosário do Sul e Tupanciretã.

Durante o mesmo ano, foram concluídas as obras de construção das cadeias civis de Alegrete, Ijuí, Lavras do Sul, Nova Prata e Palmeira das Missões, tôdas atualmente em uso, completamente equipadas e mobiliadas.

Através do Setor de Engenharia, procedeu-se ao levantamento técnico das condições de diversas cadeias e fóros, quanto às suas instalações.

Cumpre ressaltar o desenvolvimento dos trabalhos de revisão e atualização do referido Plano de Reaparelhamento, segundo as normas tornadas aconselháveis pela experiência de cinco anos de atividade nesse setor apresentando-se novas diretrizes para o prosseguimento do programa em aprêço.

Das indicações apresentadas pela Comissão de Reaparelhamento Penitenciário, destaca-se a que se refere ao projeto de aproveitamento

Departamen-
to das Pre-
feituras Mu-
nicipais

Comissão de
Reaparelha-
mento Peni-
tenciário

das obras inicialmente destinadas ao Presídio Provisório da Capital, tais como se encontram em seu estágio atual, convertendo-as em solução definitiva uma vez devidamente reajustado o respectivo projeto arquitetônico à finalidade de enquadrar a Penitenciária da Zona A para 600 presos em regime de cela individual desafogando-se por essa forma a vetusta Casa de Correção atual Penitenciária Industrial.

Está prevista a possibilidade de ultimação do referido edifício penitenciário até fins de corrente ano, uma vez aberta a respectiva concorrência sem prejuízo da provável ocupação em maio próximo vindouro da área celular para 300 leitos, já em fase adiantada, bem como das dependências para refeitório, administração, etc.

A concorrência pública acima aludida deverá ser aberta nos primeiros meses do corrente ano, seguindo-se ainda a destinada a construção simultânea, em áreas vizinhas, das obras penitenciárias constitutivas de uma primeira fase das realizações projetadas em regime progressivo, para o Presídio de Porto Alegre, cujos primeiros 3.200 m² de área tem possibilidades de conclusão dentro de oito ou dez meses.

Para a execução desse esquema, solicitou a Secretaria do Interior e Justiça a abertura de um crédito de Cr\$ 30.000.000,00, em reforço de dotações orçamentárias, bem como a inclusão, em verba orçamentária específica, da quota de Cr\$ 85.000.000,00, constitutiva de compromisso previsto em razão do esquema de financiamento, proposto ao Coleto Poder Legislativo, quando da votação da lei que aprova o programa de obras penitenciárias ora em prosseguimento.

Entre outros trabalhos, a cargo da Comissão de Reparcelamento Penitenciário, devem ser citados a conclusão do Pavilhão de Serviços Gerais, na Penitenciária Agrícola "Gal. Daltro Filho" e a instalação de moderna câmara frigorífica e equipamentos de cozinha, padaria e lavanderia, na mesma penitenciária, tendo sido empregada, nesses melhoramentos, a importância de Cr\$ 21.829.229,20.

O total de recursos financeiros concedidos para o Plano de Reparcelamento Penitenciário, no período de 1952 a 1957, monta a cerca de Cr\$ 277.000.000,00, dos quais Cr\$ 212.000.000,00 na atual administração.

Durante esse período, foram concluídos 29 cadeias e 8 fôros, com mobiliário e equipamento completos, e realizadas obras de recuperação e ampliação de 7 cadeias civis e 6 fôros.

Prossegue, pois, o Governo do Estado, com determinação e persistência, na solução urgente do problema penitenciário, empregando o máximo de esforço, elevadas verbas orçamentárias e créditos especiais.

Departamento
de Institutos
Penais

No importante setor administrativo, afeto ao Departamento de Institutos Penais, verificaram-se diversas realizações no decorrer do ano transato.

Dirige o referido órgão a administração dos presídios existentes, na Capital e no interior do Estado, tendo, assim, suas tarefas entrosadas com o Plano de Reparcelamento Penitenciário, cujos lineamentos e execução foram objeto de exame anterior.

Na Penitenciária Industrial, antiga Casa de Correção, foram realizadas obras destinadas ao atendimento de urgentes necessidades e que merecem especial referência, como um refeitório, destinado à população carcerária, um alojamento para a guarda interna, obedecendo a

todos os requisitos de higiene e segurança e um muro de isolamento entre o presídio propriamente dito e as oficinas de estabelecimento.

Readaptou-se um pavilhão de alvenaria, para instalação de cinema, sala de conferências, espetáculos, etc. bem como uma cela para menores e encarcerados em situação especial, tendo sido, ainda, providenciada a reconstrução de dois pavilhões de enfermaria.

Foi instalado um curso de alfabetização, com excelentes resultados, e uma oficina mecânica dotada de completo equipamento, destinada à manutenção dos veículos em serviço no Departamento.

Na Penitenciária Agrícola, foi organizada uma secção de laticínios, para fornecimento de leite e manteiga à população carcerária da Capital, afóra outras obras e instalações de fundamental necessidade para o referido presídio.

No Instituto Psiquiátrico Forense, foi instalado um laboratório dotado de todos os requisitos técnicos, estando previstas, para o corrente ano, diversas outras realizações de elevado interesse para os serviços do estabelecimento.

Não foram descuradas as cadeias civis do interior do Estado, onde, a par da dinamização dos serviços administrativos, foram introduzidas atividades úteis e produtivas para os detentos, proporcionando-se-lhes a prática de desportos e recreações, bem como assistência religiosa permanente.

Dispõe atualmente, esse Serviço de sede própria, onde funcionam, com pleno rendimento, oficinas de carpintaria, mecânica, ladrilhos e sapataria.

Serviço Social Penitenciário

Tem o Serviço em referência ampla esfera de ação, prestando assistência aos egressos dos presídios e às famílias dos presidiários.

Podem ser registrados, no ano findo, mais de 3.000 casos de assistência individual e familiar, atestando esse índice a amplitude da missão do aludido Serviço que, para a consecução de suas finalidades, mantém estreita cooperação com outros órgãos assistenciais, oficiais e particulares.

As atividades do Juízo de Menores, na extensa área de sua jurisdição, conduziram ao integral cumprimento da relevante tarefa conferida a esse órgão.

Juizado de Menores

Mantendo seus serviços em funcionamento com plena regularidade, conseguiu e mesmo, no ano transato, apreciáveis resultados.

O esforço do órgão em referência concentrou-se no ataque frontal à delinquência juvenil, cujo acentuado descenso pode ser observado, atestando a eficiente atuação desenvolvida a esse respeito.

Voltou-se, também, o Juizado para o problema do menor desvalido, traçando plano de envergadura, a ser executado na esfera de sua competência e cujos resultados se farão oportunamente sentir.

No decorrer de 1957, foram encaminhadas ao Juízo 191 crianças de diferentes idades, observando-se as prescrições mais recomendáveis da assistência social, a respeito adotadas.

Inaugurou-se o "Novo Lar de Menores", elevada realização de Sua Excia. Revdma. o S. Arcebispo Metropolitano e que vem funcionando regularmente, com ótimos resultados.

Tiveram, por outro lado, amplo desenvolvimento os serviços de fiscalização e vigilância, cuja atividade atingiu proporções até en-

tão não alcançadas, registrando o plantão permanente 3.048 ocorrências durante o ano, com uma média diária de 8.

Para o ano em curso, é propósito do órgão em exame manter e aperfeiçoar todos os setores de trabalho atualmente em funcionamento, bem como dar especial desenvolvimento ao esforço em prol do menor desvãlido, ampliando o setor de colocação familiar e instalando o serviço de liberdade vigiada, medida tutelar de alta valia, consagrada em todo o mundo ocidental e que constitui uma fase decisiva no tratamento da delinqüência juvenil.

Brigada Militar

A tradicional milícia riograndense tem apresentado, na atual administração, sensível desenvolvimento, a bem do elevado encargo de manter a segurança pública, na Capital e no interior do Estado, afóra outras atribuições que lhe são cometidas nos termos da legislação em vigor.

Para corresponder as suas crescentes responsabilidades, teve seus efetivos aumentados em 594 homens.

O aumento de efetivos determinou a reparação e ampliação de diversos próprios da milícia, construindo-se, ainda, maior número de casas populares para praças.

Teve início a construção de um pavilhão de alvenaria com estrutura metálica, destinado ao alojamento do 3.º esquadrão de Polícia Rural Montada, em Tupanciretã, e de outro em Alegrete, para a sede do 2.º esquadrão do mesmo corpo.

Transformou a atual administração o Corpo de Bombeiros, sediado em Pôrto Alegre, numa das unidades de fogo melhor aparelhadas do País, e mesmo da América do Sul, contando com excelente equipamento, recentemente adquirido, destacando-se entre o mesmo, escadas Magyrus, autos-bombas, vestuário à prova de fogo, refletores, etc.

Foram, também, instaladas, estações de bombeiros nas cidades de Palmeira das Missões e Vacaria, estando em estudo a criação de mais 7, em outros municípios.

Deverá estar concluída, no primeiro semestre do ano em curso, grande parte das obras do novo quartel do referido Corpo, nesta Capital, tendo sido investidos nas mesmas révea de Cr\$ 5.000.000,00, em 1957.

A criação da Polícia Rural Montada, com sede em Santa Maria, foi uma realização de incalculável valia, para as populações rurais do interior do Estado, satisfazendo-lhes antiga aspiração. Seus benefícios assistenciais são inúmeros.

Mais dois esquadrões foram acrescentados a essa corporação, ficando sediados em Alegrete e Tupanciretã, este último denominado "Esquadrão da Serra", com 4 pelotões, cujos serviços estendem-se a grande número de municípios.

Departamento de Polícia Civil

As diversas repartições e órgãos constitutivos do Departamento de Polícia Civil funcionaram, em 1957, com plena eficiência e rendimento, executando satisfatoriamente o programa estabelecido pelo Governo do Estado, para esse setor.

Deve-se ressaltar o fato auspicioso, revelado pela estatística, do decréscimo da criminalidade no Rio Grande do Sul, particularmente na Capital do Estado.

Assegurou-se a ordem política e social, bem como as diretrizes do direito internacional, nas relações com os povos vizinhos, sendo louvável a atuação serena e firme da polícia estadual, por ocasião das greves ocorridas em Porto Alegre.

Toda a cidade foi praticamente, dotada de sinalização quase completa e perfeita, criando-se ainda, no setor de trânsito, o Serviço de Engenharia de Tráfego, a Escola de Aprendizes Motociclistas e a Oficina de Manutenção de Viaturas.

O uso de taxímetros, para os carros de aluguel, foi adotado em caráter definitivo.

Diversas campanhas foram levadas a efeito, no que tange à moral e bons costumes, tanto nos logradouros públicos, como nos locais de espetáculos e diversões.

A Rádio Patrulha foi equipada com todo o material de que necessitava, completando-se, por essa forma, a rede de contacto com as Delegacias e outras repartições, tendo subido a cerca de Cr\$ 5.000.000,00 os investimentos efetuados nesse setor de ação policial.

Entre as aquisições realizadas, destacam-se seis novas viaturas, material de rádio, inclusive estações móveis, etc.

Atendeu a Rádio Patrulha, no ano findo, um número de ocorrências sem precedentes, superior a 90.000. Suas atividades, no ano corrente, estender-se-ão a diversas cidades mais importantes do interior, como Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, etc.

A rede do serviço de rádio comunicações foi estendida a quarenta e três municípios, agora as comunicações diárias com os demais Estados e a República Argentina.

Nesta Capital, efetuaram-se instalações desse serviço no Departamento de Institutos Penais, Secretaria da Agricultura, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e 5.ª Delegacia de Polícia.

A Escola de Polícia inaugurou, em 31 de agosto de 1957, seus diversos cursos, cujo desenvolvimento se processa com acentuada eficiência e grande rendimento, de conformidade com as antigas e louváveis aspirações da classe policial.

Quanto à Polícia Técnica foi a mesma dotada de aparelhamento técnico-científico adequado e completo, tendo sido empregada importância superior a Cr\$ 2.000.000,00, na aquisição de material de laboratório, máquinas fotográficas, equipo micro-fotográfico, ampliadores, fotômetros, etc.

Foi, por outro lado, objeto de recuperação e melhoria, o parque de transporte, através da aquisição, verificada nos últimos três anos, de cento e vinte e dois veículos diversos.

Receberam, também, as Delegacias do interior, não somente viaturas para condução própria, como ainda móveis e utensílios diversos.

Elevado e superior ao registrado no ano transato, foi o índice de produção desse importante setor industrial da administração do Estado, no ano de 1957.

O crescimento de volume de trabalho determinou a instituição de mais um turno de serviço, à noite, nas seções de impressão e composição.

Inaugurou-se, no ano findo o serviço de litografia e clicheria, bem como uma estereotipia plana.

A execução orçamentária nessa repartição apresentou resultados auspiciosos.

Correlatamente a um aumento de despesa de 63%, em relação ao exercício de 1956, decorrente do desenvolvimento dos serviços, verificou-se um aumento de receita de 87%, resultando um saldo favorável de cerca de Cr\$ 20.000.000,00

A receita ordinária subiu de Cr\$ 29.622.703,10 a Cr\$ 35.350.040,70 no último exercício

Acha-se em estoque matéria prima no valor de Cr\$ 4.000.000,00

Cumpra referir o encaminhamento ao Egrégio Poder Legislativo, do processo referente à autarquia da Imprensa Oficial, sendo convicção do Executivo através dos estudos realizados, que a autonomia do estabelecimento em aprêço em moldes rigorosamente industriais, trará benéficos resultados ao Estado

Junta Comercial

Esse importante setor administrativo, intimamente ligado às atividades comerciais, vem manifestando constante desenvolvimento, face ao progresso econômico do Estado.

Daí a necessidade de manter seus serviços em condições de poderem atender aos reclamos dos interessados.

Por isso, empenha-se a Secretaria do Interior e Justiça em dotar a referida repartição dos meios e recursos indispensáveis ao seu regular funcionamento, ampliando as respectivas instalações e criando condições favoráveis à intensidade de trabalho e comodidade das partes.

Procede-se atualmente à organização do arquivo e fichário, atualizando-se os registros essenciais e modernizando-se os métodos de trabalho.

Foi instituído o serviço de fotocópia, a fim de facilitar o atendimento dos pedidos de certidões.

Com a promulgação do Decreto n.º 7.802, de 9 de maio de 1957, foi dada nova organização à Junta Comercial, que passou a ter estrutura jurídica adequada à sua natureza e eficiência.

A receita decorrente de atos praticados perante essa repartição, auferida nos termos da legislação fiscal vigente, acusou um total de cerca de seis milhões no último exercício, correspondente a quase o triplo da dotação orçamentária específica.

Foram realizados no ano transato, 102 sessões, autenticando-se mais de 30.000 livros; extraíram-se 1.074 certidões e fotocopiaram-se mais de 200 documentos.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Órgão de direção e coordenação dos diversos serviços do Ministério Público, mantém ainda, a Procuradoria Geral do Estado, sob sua jurisdição a Procuradoria Judicial e a Procuradoria de Terras, criadas pela Lei n.º 2.616, de 19 de julho de 1955 e os serviços da Consultoria Jurídica e Assistência Judiciária Pública, centralizados de conformidade com o Decreto n.º 5.103, de 11 de agosto de 1954.

A Procuradoria Fiscal, anteriormente integrante dos serviços jurídicos unificados, nos termos do decreto em referência, foi reconduzida ao âmbito jurisdicional da Secretaria da Fazenda, por recente Decreto n.º 8.507, de 13 de janeiro do corrente ano.

As diversas atividades exercidas nos principais setores da Procuradoria Geral, no ano findo, são expressas através dos seguintes elementos:

Dados concernentes ao interior do Estado:

I — Movimento criminal — Parte Geral: Denúncias apresentadas, 5.630; número de denunciados, 7.564; processos julgados pelo Juiz de Direito, 3.651; processos julgados pelo Pretor, 744; processos julgados pelo Júri, 371; processos arquivados, 1.034; processos extintos, 270; processos prescritos, 296; processos em andamento para o ano seguinte, 7.614; processos contra menores, 429; contravenções, 312; recursos interpostos, 497.

Parte especial — Delito predominante, lesões corporais leves; réus absolvidos pelo Juiz de Direito, 2.473; réus absolvidos pelo Pretor, 167; réus absolvidos pelo Júri, 254; réus condenados pelo Juiz de Direito, 1.800; réus condenados pelo Pretor, 124; réus condenados pelo Júri, 154; contravenção predominante: embriaguês; recursos interpostos das decisões do Juiz de Direito, 272; recursos interpostos das decisões do Pretor, 14; recursos interpostos das decisões do Júri, 89.

II — Matéria Cível

Desquites, 387; interdições, 79; falências, 2; inventários, 1.356; arrolamentos, 1.677; heranças jacentes, 7; valor das sucessões, Cr\$ 602.920.562,90; ações de alimentos, 189; pensões alimentícias requeridas para menores, 7; dinheiro de menores e incapazes, recolhido a estabelecimentos de crédito, Cr\$ 5.642.852,90; número de tutelas, 96; número de curatelas, 68.

III — Acidentes de trabalho

Número de ações iniciadas durante o ano, 318; valor das mesmas, Cr\$ 1.709.012,70; acordos homologados durante o ano, 406; valor dos mesmos, Cr\$ 8.357.321,10; número de ações liquidadas, 59; valor das mesmas, Cr\$ 1.046.733,30; processos arquivados inicialmente, 17; ações julgadas improcedentes, 6; total de indenizações pagas, Cr\$ 359.250,40; inquéritos pedidos pelo Ministério Público, 4.

IV — Legislação trabalhista

Reclamações iniciadas pelo Ministério Público, 848; reclamações assistidas pelo Ministério Público, 513; valor das indenizações pagas, Cr\$ 7.408.955,20.

V — Dívida ativa do Estado

Certidões executadas, 29; valor da dívida arrecadada, Cr\$ 1.619.418,80.

VI — Dívida ativa federal

Certidões executadas, 1.114; valor da dívida arrecadada, Cr\$ 352.067,70

Dados relativos à Capital:

I — Movimento criminal

Denúncias oferecidas, 1.532; condenações, 260; absolvições, 202; processos arquivados, 730; delito predominante: lesões corporais leves.

II — Curadoria de Família e Sucessões

Ações de alimentos, 337; alvarás e deprecados, 529; anulações de casamento, 1; busca e apreensão de menores, 107; tutelas e curatelas, 271; desquites amigáveis judiciais e ações conexas, 645; extinções de usufruto, 2; investigações de paternidade, 39; suprimentos de outorga, 63; rescisões de acôrdo, 7; inventários, 218; arrolamentos, 14.

III — Curadoria de Menores

Ações de alimentos, 56; ações de decretação do estado de abandono, 41; delegações de pátrio poder requeridas, 97; tutelas, 138; registros de nascimento de menores abandonados, 95; promoções em processos crimes, 409; pareceres emitidos, 608.

Durante o ano findo, proferiu o Procurador Geral do Estado 219 pareceres judiciais e 51 administrativos

Pelos Procuradores do Estado, foram emitidos os pareceres a seguir discriminados: Criminais — apelações, 657; recursos, 95; carta testemunal, 1; habeas corpus, 1; exames de periculosidade, 80. Cíveis — apelações, 421; agravos, 205; mandados de segurança, 8; embargos, 2.

As atividades da Procuradoria Judicial apresentam os seguintes dados, relativos à intervenção dos Procuradores, nos atos e processos judiciais abaixo discriminados, em representação do Estado, como autor ou réu: Ações ordinárias, 90; justificações, 50; protestos, 10; mandados de segurança, 220; apelações, 48; execuções de sentença, 5;

agravos de petição, 33; contraminutas de agravo, 60; embargos infringentes, 2; ações de reintegração de posse, 2; agravos de instrumento, 1; ações de despejo, 3; ações de desapropriação, 8; inissão de posse, 1; executivos fiscais, 17; ações trabalhistas, 11; reclamações trabalhistas contra autarquias, 31; ações populares, 1; composições amigáveis em ações de indenização por depredações ocorridas em 24 de agosto de 1954, 2; propostas de composição amigável nas mesmas ações, 3; pareceres administrativos, 30.

No desempenho de suas atribuições, emitiu a Procuradoria de Terras 100 pareceres.

A Consultoria Jurídica do Estado formulou, no ano findo, 142 pareceres.

No setor relativo à assistência judiciária, foram mantidos, para a defesa dos réus pobres, à disposição das Varas Criminais da Capital, diversos consultores e assistentes jurídicos.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

No desempenho da elevada missão de proceder ao estudo dos problemas de administração geral e realizar o controle da legalidade dos atos referentes ao serviço público civil, que lhe é conferida na Constituição Estadual, houve-se o Departamento do Serviço Público, no ano transato, com a costumeira eficiência, alto senso de responsabilidade e acendrado culto do dever, que caracteriza a atuação de seus dirigentes e funcionários.

Entre os fatos marcantes da atividade desenvolvida por esse importante órgão da administração do Estado, destaca-se a elaboração, em 1957, após acurados e prolongados estudos, do anteprojeto de lei que dispõe sobre a reorganização geral dos serviços públicos estaduais.

Esse anteprojeto, de tão relevante significação para o aperfeiçoamento e racionalização do mecanismo administrativo riograndense, elaborado pela Divisão de Organização do Departamento do Serviço Público, com o assessoramento de renomado técnico do Departamento Administrativo do Serviço Público federal e destacados servidores de outros órgãos administrativos, vem sendo submetido ao exame da chefia do Executivo e dos Senhores Secretários de Estado, achando-se em fase de redação final.

Ainda no setor de organização geral de serviços, elaborou o Departamento do Serviço Público projeto, já convertido em Decreto n.º 8.288, de 4 de dezembro último, estabelecendo normas para a classificação e sistematização da nomenclatura das unidades administrativas.

Paralelamente, estabeleceu o órgão de pessoal quadros comparativos, testando a possibilidade de aplicação das normas em aprêço aos serviços do Estado, mediante a análise da natureza das funções, grau de autoridade e responsabilidade de chefia, volume e forma de supervisão de trabalho, estruturação interna e número de servidores.

Arduo foi o trabalho executado pelos demais setores do Departamento, não obstante a existência de fatores temporariamente adversos, decorrentes da necessidade de ampliação do pessoal especializado e de melhores instalações, equipamentos e material adequado.

Pelo Gabinete da Presidência do Departamento do Serviço Público, tramitaram, no ano findo, 2.318 processos, dos quais 2.282 já foram objeto de pronunciamento, permanecendo 46 em estudo.

Realizou o Conselho Deliberativo do mesmo órgão 139 sessões ordinárias, tendo emitido 278 pareceres e 35 informações e baixado 47 resoluções.

A par dos pronunciamentos do aludido Conselho, nos processos ao

Gabinete da
Presidência e
Conselho De-
liberativo

mesmo distribuídos foram elaborados projetos de lei relativos a pessoal e 5 razões de vetos governamentais, opostos a projetos aprovados pelo egrégio Poder Legislativo.

**Divisão de
Pessoal**

Durante o ano de 1957, tramitaram pela Divisão de Pessoal do Departamento 37.625 processos, tendo o órgão em referência ao examiná-los, emitido 3.065 informações.

Procedeu, ainda, a mencionada Divisão ao registro de 21.709 atos diversos, concernentes a pessoal dos quais 3.719 nomeações, tendo expedido 1.521 ofícios de autorização para posse, individuais ou coletivos, relativos a 2.630 funcionários.

**Divisão de
Seleção e
Aperfeiçoamento**

A Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento do Serviço Público cabe a relevante tarefa de recrutar, nos termos da legislação em vigor e mediante a realização de concursos e provas de habilitação, o pessoal necessário às diversas atividades e especializações do serviço público civil.

Compete-lhe, ainda, a elevada missão de promover o aprimoramento profissional dos servidores públicos.

No desempenho de suas atividades, em seus diversos setores, registrou a Divisão em apêço, durante o ano de 1957, 7.309 inscrições em concursos e 195 em provas de habilitação, recebendo e conferindo 992 relações de títulos, expediu 118 editais e avisos e forneceu 341 certificados de habilitação.

Foram abertas inscrições para 36 concursos e 17 provas de habilitação, destinadas ao provimento de cargos do Quadro Único dos Funcionários Públicos e dos Quadros das Exatorias Estaduais, do Departamento de Polícia Civil e de autarquias.

Tiveram realização, durante o ano, 43 concursos e 5 provas de habilitação, com o comparecimento de 4.929 candidatos, dos quais 1.366 obtiveram aprovação.

Colaborou, ainda, a Divisão de que se trata, com os Departamentos Estaduais de Portos, Rios e Canais e de Abastecimento de Leite, procurando executar análises de trabalho de certos cargos, acompanhados ou não das respectivas especificações, o que constitui uma das fases do processo de seleção.

**Divisão de
Organização**

Além dos importantes cometimentos, a cargo da Divisão de Organização e que já foram objeto de referência anterior, devem ser citados, como atividades preparatórias da elaboração do Plano de Reorganização Geral dos Serviços do Estado, a execução de 12 gráficos de Grantt, para controle dos levantamentos realizados na Capital e no Interior do Estado, em número de 568; os organogramas da situação encontrada em cada órgão por ocasião dos mencionados levantamentos, com o número de servidores lotados e indicação da nomenclatura dos cargos, e os organogramas da situação posterior ao levantamento, conseqüente a modificações efetuadas por lei.

Foram, ainda, organizados diversos fichários, tais como de legislação, por assunto, por ordem cronológica e por órgão; de estrutura dos vários órgãos e departamentos do Estado, inclusive Escolas, Grupos Escolares, delegacias de polícia, etc., tanto da Capital, como do interior.

O Serviço Administrativo do Departamento do Serviço Público apresenta, em sua Secção de Comunicações e Arquivo, os seguintes índices de trabalho:

Processos fichados	28.253
Processos que saíram	26.482
Processos arquivados	4.580
Processos expedidos	278
Expedientes encaminhados (Ofícios, informações, apostilas, consultas, etc.)	19.363

Pela Secção de Mecanografia, foram datilografados 278 pareceres e 2.668 ofícios, consultas, atos, certidões e outros papéis.

A Biblioteca registrou 1.440 consultas.

Tramitaram pelo Almojarifado 426 processos, nos quais foram emitidas informações, tendo sido, ainda, extraídas 218 notas de empenho, expedidas 202 requisições de pagamento e encaminhadas à Comissão Estadual de Compras 43 requisições de material, destinado às diversas secções do Departamento.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Os trabalhos realizados pelo Departamento Estadual de Estatística, durante o ano de 1957, produziram os resultados satisfatórios que seriam de esperar da eficiência e operosidade dos técnicos e servidores em geral, em atividade naquele órgão da administração do Estado.

O Departamento em aprêço, como órgão regional do Conselho Nacional de Estatística e no atendimento dos compromissos assumidos pelo Estado em convenção nacional, realizada em 1936 na Capital da República, desempenhou-se de todos os seus encargos relativos a inquéritos de ordem social e econômica, compreendidos nas campanhas de âmbito nacional, promovidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo seu Diretor participado dos trabalhos da Assembléia Geral do referido Conselho, realizada em junho de 1957.

Conselho
Nacional
de Estatística

Durante o ano transato foram remetidos, dentro do prazo estabelecido pelo Conselho Nacional de Estatística, os elementos relativos à produção industrial de 1955 tendo sido encaminhados, à Secretaria Geral do mencionado Conselho, 415 quadros, trabalho êsse criterioso e minuciosamente executado e para cuja realização, além da crítica e apuração de 18.821 boletins do Registro Industrial, foram ainda empregadas 2.845 folhas suplementares, para destacar produtos que figuravam noutras classes ou grupos de indústrias, método êsse suscetível de maior produtividade e eficiência, não empregado nos Departamentos congêneres dos demais Estados.

Estatística da
Indústria e
Comércio

Até 31 de dezembro findo havia o Serviço em aprêço recebido os seguintes questionários:

Modelo A	4.219
Modelo B	10.666
Estabelecimentos enrolados em folhas coletivas	4.342
Folhas suplementares de usinas elétricas	165
Folha Q-1.05.0 — Indústria Extrativa	118
Folha A-0.05.0 — Meios de Hospedagem	118
Óleos e Gorduras Vegetais	507

Foram, ainda, dados a publicidade, em 1957, os seguintes trabalhos, elaborados no Serviço em referência: "Produção Industrial do Rio Grande do Sul — 1955" e "Produção de Óleos e Gorduras Vegetais — 1956".

Serviço de
Estatística
Demográfica
e Judiciária

Por esse Serviço, foi estimada a população dos municípios riograndenses, para 1.º de janeiro de 1956 e 1.º de janeiro de 1957, incluindo os dados referentes às 26 novas comunas do Estado.

Foram, ainda, fornecidas, durante o ano findo 145 informações sobre estatística demográfica e judiciária, somando 373 quadros, afora os informes atendidos por meio de publicações.

Pelo Serviço em exame, foram remetidos:

a) ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os elementos relativos às XX.ª e XXI.ª Campanhas Estatísticas, correspondentes aos anos de 1955 e 1956, bem como o "Plano Nacional", constituído por quadros com apuração sobre o movimento de Registro Civil, correspondente ao ano de 1955;

b) ao Serviço de Estatística Demográfica e Judiciária, na Capital Federal, a Sinopse do Registro Civil da Capital do Estado;

c) ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, os elementos colhidos na Capital do Estado, sobre transcrições de transmissões imobiliárias, "causa-mortis" e "inter-vivos", títulos protestados e hipotecas, registradas até outubro de 1957.

Distribuiu o Serviço publicações impressas, sobre a Divisão Territorial do Estado, em 30 de abril de 1955. Sinopse do Registro Civil correspondente a 1955 e 1956, estimativa da população do Estado, para 1.º de janeiro de 1956 e 1957 e área e densidade demográfica, por municípios, em igual período.

Foram, ainda, distribuídos os Anuários de Estatística Judiciária com dados relativos a 1953, 1954 e 1955.

Serviço de
Estatística Po-
lítica e Social

No decorrer do ano findo, o Serviço de Estatística Política e Social efetuou a crítica, análise e apuração das estatísticas do ano anterior, sobre "Assistência Médico-Sanitária", "Providência e Assistência Social", "Finanças Públicas", "Segurança Pública" e outros ramos a seu cargo.

No desempenho dessas atividades, foram apurados, na Capital do Estado e no interior, 322 estabelecimentos hospitalares com um total de 24.552 leitos e um movimento de 369.617 pessoas hospitalizadas, 6 enfermarias, com 144 leitos e recolhimento de 504 enfermos; 100 postos de saúde, mantidos pelo Estado e 1 Serviço de Assistência à Infância e Pre-Natal, mantido pela Prefeitura de Bagé; 99 ambulatórios particulares, com uma frequência de 734.571 pessoas; 115 asilos e recolhimentos, inclusive 16 infantários e 2 albergues; 174 associações de caridade, com 39.147 associados e 322.609 auxílios prestados e 151 entidades de beneficência mutuária, com 178.127 associados e 316.796 benefícios concedidos.

Forneceram, ainda, dados, ao Serviço de que se trata, 405 cooperativas, dentre as quais 151 de produção, 148 de consumo, 60 caixas de crédito e bancos, 42 de comércio e consumo e 4 para outras finalidades, com um total de 162.087 associados.

Anos	Fundo de reserva e diversos	Depósitos	Empréstimos	Movimento Financeiro das Coopera- tivas de cré- dito — 1952/1956
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	
1952	18.822.673,92	265.576.525,82	203.320.914,81	
1953	25.138.526,34	297.320.507,52	222.664.424,40	
1954	30.272.611,72	322.439.471,70	242.653.486,40	
1955	36.494.849,77	347.733.734,40	266.457.515,00	
1956	42.452.308,32	362.422.610,70	284.349.662,90	

Procedeu, também, o Serviço à apuração de elementos relativos ao movimento social e financeiro das companhias de seguros em geral e Caixas de Aposentadorias e Pensões com sede no Estado.

O Serviço de Estatística Política e Social divulga, anual e gratuitamente, uma publicação que tem despertado vivo interesse, sobre finanças públicas, contendo elementos a respeito da arrecadação e despesa da União, dos Estados e Municípios.

Anos	Federal	Estadual	Municipal	Arrecadação da União, do Estado e dos Municípios - 1952/1956
1952	1.872.138.823	2.939.899.683	810.945.332	
1953	2.278.442.710	3.138.267.564	1.030.042.325	
1954	3.173.193.217	3.627.306.966	1.126.359.232	
1955	4.174.735.704	3.856.061.306	1.343.051.754	
1956	5.626.780.662	5.259.401.665	1.980.531.343	

O SEAP apurou e publicou, discriminadamente, por culturas e municípios produtores, os dados relativos às colheitas realizadas em 1956, apresentando, para o Estado, os seguintes totais:

Área (em hectares)	3.217.155
Produção (em toneladas)	12.639.386
Valor (em cruzeiros)	78.459.409,00

Serviço de
Estatística
Agro-Pecuária

Em matéria de divulgação, fez o Serviço em referência publicar boletins sobre a oscilação dos preços dos produtos agrícolas, relativamente aos meses de janeiro-março, junho e setembro, discriminando por município, os dados informativos apresentados.

Foi, ainda, publicado boletim sobre a população pecuária do Estado e respectivo valor, incluindo informes sobre a produção proveniente da matança nos frigoríficos, matadouros municipais e postos de matança, e sobre os índices apresentados pelo comércio de lã, no Estado, registrando a produção de lã bruta, em 1956, um total de 27.601.910 quilos, contra o quantitativo de 27.038.300, apurado em 1955.

Espécies	Número de cabeças	Valor (Cr\$ 1.000,00)
Bovinos	9.309.500	15.642.460
Equinos	1.245.200	1.184.420
Asininos	9.100	8.640
Muareis	149.300	173.880
Suínos	5.216.600	3.431.870
Ovinos	11.468.800	3.261.383
Caprinos	160.200	24.038

Por outro lado e complementando elementos constantes de trabalho concluído em 1956, apresentou o Serviço nova série de números índices de preços de consumo, calculados de acordo com instruções do Serviço de Estatística de Previdência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e incluindo a divisão fisiográfica do Estado, utilizada no levantamento do custo de vida, bem como orientação para cálculo da variação percentual, fornecida pelos números índices.

**Serviço de
Estatística
de Importação
e Exportação**

No ano findo, foram codificados 413.785 guias, registrando-se expressiva média mensal de 34.482.

Atendeu, ainda, esse serviço especializado do Departamento, 74 pedidos de informações, num total de 114 quadros, tendo publicado, quanto à estatística bancária, a apuração correspondente ao biênio 1955-1956.

**Serviço de
Estatística
Militar**

O Serviço de Estatística Militar, como órgão colaborador do Conselho Nacional de Segurança, e das Forças Armadas, manteve suas atividades no mesmo ritmo registrado nos anos anteriores, a fim de atender, rigorosamente e dentro dos prazos estabelecidos, seus compromissos com a 3.ª Região Militar, 5.ª Zona Aérea e Distrito Naval, tendo, outrossim, colaborado, com eficiência, na Campanha Estatística, empreendida anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no que tange à estatística militar.

**Serviço de
Coleta e Di-
vulgação Es-
tatística**

Apresentou esse serviço, em 1957, os seguintes índices de trabalho: 152.200 questionários, 23.450 publicações e 20.260 diversos, totalizando 204.910 exemplares impressos.

Foram compostos e impressos os questionários destinados às apurações dos Serviços de Estatística Demográfica e Judiciária, Política e Social e Agro-Pecuária, bem como publicações de maior repercussão, tais como "A Soja", "Óleos e Gorduras Vegetais", "O Trigo" e outras, tendo, ainda, prestado colaboração à Inspetoria Regional de Estatística, ao Serviço de Expansão do Trigo e à Cooperativa dos Servidores Públicos, no sentido de imprimir, para aqueles órgãos, diversos trabalhos de seu interesse.

POLITICA SOCIAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

É a Secretaria de Educação e Cultura o órgão governamental incumbido de dirigir, orientar e coordenar as atividades educacionais e culturais do Estado.

Sua estrutura legal compõe-se de órgãos de direção imediata, destinados ao assessoramento do Secretário, como o Gabinete, a Assistência Técnica e os Conselhos Escolares; de administração geral, exercida pela Diretoria Geral e seus diversos serviços; de administração especial, que são os setores encarregados das funções específicas da Secretaria; de caráter cultural, como a Divisão de Cultura, e de pesquisas e controle, como o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e Delegacias Regionais de Ensino.

Mantém, ainda, a Secretaria em aprêço, as revistas do Ensino e Caeique, destinadas, respectivamente, à difusão de técnicas pedagógicas e à literatura infantil.

Tais periódicos alcançaram, no ano findo, larga tiragem.

Em todos esses setores de atividade, verificou-se intenso impulso de renovação, traduzindo em resultados de ordem geral altamente expressivos, como a expansão da rede escolar do Estado e aprimoramento das técnicas educacionais e culturais.

Coordenadas pela Diretoria Geral, as atividades da Secretaria em aprêço são executadas através de setores especiais, que se incumbem de proporcionar os meios necessários à concretização de suas finalidades: ministrar o ensino e difundir a cultura.

Desafogando esses órgãos específicos, vêm os serviços administrativos dando cumprimento à incumbência de prover as necessidades de pessoal, suprir as escolas de material, promover tôdas as providências relativas a prédios escolares, além de outras, como o planejamento e execução orçamentárias e o recebimento e expedição de processos.

Durante o ano de 1957, foram protocolados 56.509 processos pelo Serviço de Comunicações, verificando-se, nesse setor, um movimento total superior a 200.000 operações, registradas na tramitação de expedientes.

A Diretoria de Expediente elaborou 19.567 atos diversos, entre decretos, portarias, ofícios, etc.

A Diretoria de Pessoal vem cumprindo tarefa apreciável, não obstante as dificuldades com que se defrontou, no ano findo, decorrentes da necessidade de reconstituição de fichários e assentamentos, destruídos em incêndio irrompido nas dependências da Secretaria, no mês de dezembro de 1956.

Diretoria Ge-
ral e Órgãos
Subordinados

Receberam a Diretoria em referência 34.681 processos, tendo preparado e expedido 34.849, prestando informações e orientação ao professorado sobre seus direitos e vantagens, instituídos pela legislação peculiar do magistério.

O Serviço de Material promoveu compras no valor de Cr\$ 52.011.084,00, destinados a instalações de serviços, equipamentos mobiliários escolares, etc.

O Serviço de Prédios da Secretaria registrou intensa atividade, no ano findo tendo sido despendido o total de Cr\$ 29.271.045,20 com prédios escolares, ou seja Cr\$ 25.183.780,30 em construções e Cr\$ 4.087.265,00 em conservação.

Foram construídos prédios e pavilhões, bem como realizadas ampliações, instalações e obras diversas num total de 43.

Incumbiu-se, ainda, o aludido Serviço de outras tarefas, como celebração de contratos de locação, preparo de projetos, plantas e pareceres técnicos, etc.

Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais

No desempenho de suas atividades de ordem técnica pedagógica, em todos os ramos do ensino, e não obstante concentrar, preponderantemente, sua ação no campo do ensino primário, ampliou o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais em 1957 a sua missão específica, relativamente ao ensino secundário, tendo elaborado planejamento de assistência técnica pedagógica, debatido com os dirigentes e inspetores dos ginásios e colégios do Estado.

Entre outras iniciativas e realizações do referido Centro, no ano findo, destacam-se o aproveitamento, mediante convênio, do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da UFGS para observações e estágio; a supervisão do plano de reforma do ensino normal, em estreita cooperação com a respectiva Superintendência; a celebração de convênio com o Ministério de Educação e Cultura, para atividades de ordem cultural, no campo do cinema educativo; intercâmbio e cooperação com instituições científicas e pedagógicas; missões pedagógicas, na Capital e no interior do Estado; seminários e reuniões para professores do ensino primário e médio.

Ensino Primário

Foi, talvez no setor afeto à Superintendência do Ensino Primário que maior desenvolvimento alcançaram as atenções e atividades da Secretaria de Educação e Cultura, colimando resultados de elevada significação social, qual seja a ampliação da rede escolar do Estado no aludido grau de ensino.

Realizou o Serviço de Concurso da mencionada Superintendência, em 1957, para seleção do pessoal necessário ao provimento inicial dos cargos do magistério primário e para o preenchimento das vagas de entrâncias superiores, os seguintes concursos:

Ingresso	Número de Inscrições
Professor Primário	1.514
Begente de Ensino Primário	489

Remoções

Número de
Inscrições

Para vagas de 5. ^a entrância	248
Para vagas de 4. ^a entrância	69
Para vagas de 3. ^a entrância	132
Para vagas de 2. ^a entrância	250

No tocante à já aludida ampliação da rede escolar, verificou-se no ano findo, um aumento de 188 novas unidades criadas, instaladas ou reabertas, totalizando, assim, 1.163 escolas em funcionamento, com uma matrícula de 224.739 alunos.

Registrou-se um expressivo aumento de 25.348, relativamente à matrícula nas escolas primárias de 1956.

Por outro lado, foi o corpo docente acrescido, no ano transato, de 1.231 professores, perfazendo o total de 9.579.

Foram, ainda, contratados 838 professores para escolas de difícil provimento e para atender situações de emergência.

Procedeu, também, o setor de ensino particular da Superintendência do Ensino Primário ao registro e fiscalização de 3.302 cursos particulares, com uma matrícula de 112.292 alunos, sendo a fiscalização exercida por uma equipe de professores fiscais que proporcionam orientação técnica e administrativa a essas escolas.

Obtiveram registro, no setor em referência, 9.321 professores diplomados e 2.888 licenciados a título precário.

Cooperou, ainda, o Estado com o ensino particular, propiciando, nos termos da Lei n.º 1.352, de 26 de dezembro de 1956, auxílios pecuniários no montante de Cr\$ 6.620.000,00, para manutenção de professores e cedendo 170 professores do magistério público, para prestarem serviços nas escolas particulares.

No intuito de imprimir à escola primária riograndense unidade de propósitos, tem o Estado assegurado sua colaboração às escolas primárias municipais, pondo professores à disposição das Prefeituras, para servirem como orientadores do ensino.

O expressivo aumento de matrículas nas escolas secundárias do Estado, que, de 10.602 subiu a 12.540 alunos, em 1957, determinou a expansão da rede de estabelecimentos desse grau de ensino, não obstante a existência de embaraços, mórmente decorrentes da dificuldade de prover vagas nos quadros docentes e administrativos das unidades sediadas no interior do Estado, dada a recusa e professores licenciados em aceitarem nomeações para escalas em cidades afastadas da capital.

Atualmente, acham-se em funcionamento 12 colégios e 32 ginásios, mantidos pelo Estado e supervisionados pelo órgão em aprêço, sendo que 11 ginásios foram desanexados de Escolas Normais, por força de disposições legais reorganizadoras desse ramo de ensino. Essa desanexação elevou a matrícula total nas escolas secundárias a 18.053 alunos.

Três unidades novas foram criadas em 1957, em São Sepé, Pelotas e Marau, tendo sido, ainda, encampado o Ginásio São Patrício, de Itaquí.

Foi transformado em Colégio o Ginásio Estadual Noturno de São Leopoldo, tendo sido o Ginásio de Sapiranga autorizado a funcionar com mais um turno à noite.

Ensino Se-
cundário

A par do ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, proporcionou o Estado estudos secundários a cerca de 2.000 alunos por intermédio de convênios com estabelecimentos particulares.

No tocante à construção de prédios, mereceu especial atenção a relativa ao Colégio Estadual Júlio de Castilhos, cujos trabalhos foram acelerados, de modo a permitir a transferência para o novo prédio no corrente ano.

Utilizando-se os recursos disponíveis, foram executadas algumas obras de urgência, como pavilhões para o Ginásio da Tristeza e mais uma sala de aula para o de Encruzilhada do Sul.

Deu-se, também, prosseguimento às obras dos Ginásios de São Francisco de Assis, Palmeira das Missões e Livramento.

Abriu-se concorrência para a construção do prédio destinado ao ginásio de Iraí e foram elaborados projetos de construção de edifícios para os Ginásios da Tristeza, Santa Vitória do Palmar, Inácio Montanha e Osvaldo Cruz.

Ensino Normal

Com a criação da Escola Normal Nossa Senhora da Glória, de Carazinho, subiu a 70 o número de estabelecimentos desse ramo de ensino, entre oficiais e oficializados, com uma matrícula de 5.810 alunos, no ano findo, tendo sido diplomados 1.436 normalistas.

Assinalam ainda as realizações da Secretaria de Educação e Cultura, em 1957, relativamente ao ensino normal a inauguração de majestoso prédio destinado à Escola Normal Professor Annes Dias, de Cruz Alta, e à instalação da Escola Normal Borges do Canto, em Palmeira das Missões.

No desempenho de suas atribuições específicas, a Superintendência do Ensino Normal devotou especial atenção às escolas, promovendo e colaborando na realização de diversas atividades, como seminários de estudos, visando o aperfeiçoamento e atualização do professor do ensino normal; orientação e visitação às unidades escolares e reuniões com diretores e professores fiscais. Mereceram, também, especial atenção da Superintendência as bibliotecas escolares.

Ensino Profissional

Desenvolve-se o ensino profissional no Estado por intermédio de escolas industriais, técnicas e agrícolas, sob a administração direta da Superintendência do Ensino Profissional da Secretaria de Educação e Cultura.

Estruturada de maneira a orientar técnica e administrativamente as referidas escolas, conta essa Superintendência com órgãos especializados, para atender as suas diversas atividades.

Dentre os mesmos, a Divisão Administrativa, supervisionando serviços de expediente, pessoal, contabilidade, almoxarifado e transporte, executou suas atribuições, em 1957, atendendo amplamente as necessidades das escolas profissionais.

Órgão de controle de defesa sanitária dos alunos desses estabelecimentos, atendeu a Divisão de Saúde, em seus consultórios médicos, no ano findo, 7.775 colegiais.

Tendo a seu cargo a orientação, coordenação e fiscalização das escolas profissionais, bem como a seleção e preparo de seus alunos, trabalhou ativamente a Divisão Técnica, no ano em relato, salientando-se, entre suas iniciativas, os projetos elaborados no sentido de regulamentar o registro de estabelecimentos particulares de ensino pro-

fissional; a fixação de normas para o contrato e nomeação interina de professores; a revisão de currículos e programas do ensino agrícola e o projeto de regulamento das escolas profissionais primárias.

A rede de unidades escolares de ensino profissional no Estado está constituída, atualmente, por 13 estabelecimentos, dos quais 6 para o ensino industrial (Escolas Técnicas Parobé e Senador Ernesto Dornelles; Escolas Profissionais Evarista Flôres da Cunha e Darcy Vargas; Escola Artesanal do Livro, na Capital do Estado e Escola Industrial Dr. Cylon Rosa, em Santa Maria); 3 para o ensino agrícola (Escola Técnica de Agricultura; Escola de Mestria Agrícola Canadá, em Viamão e Escola Agrícola Assis Brasil, em Bagé) e 4 para o ensino comercial (Escolas Técnicas de Comércio em Porto Alegre, Rio Grande, Tupanciretã e Jaguarão).

Verificou-se, nesses estabelecimentos, a matrícula total de 4.401 alunos, com um aumento de 661, relativamente ao ano anterior, tendo 695 concluído cursos diversos.

Por outro lado e bem compreendendo a importância do ensino profissional, cuidou a Secretaria de Educação e Cultura de dar maior expansão a esse ramo de ensino, criando escolas no interior do Estado e dotando de novas sedes algumas das existentes, para aumentar-lhes a capacidade.

Esse plano de desenvolvimento foi posto em execução em 1957, tendo sido iniciadas, concluídas, projetadas ou contratadas diversas obras.

Importante e decisivo passo, no sentido de dotar o Rio Grande do Sul com o mais moderno e bem aparelhado estabelecimento de ensino técnico industrial do País, foi dado com a celebração, em 8 de março do ano findo, de convênio entre o Governo do Estado, o Ministério de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, objetivando a criação, instalação e funcionamento, naquela cidade, de uma escola técnica industrial, destinada à formação de técnicos de grau médio para a indústria, tendo sido o convênio em aprêço aprovado pelo egrégio Poder Legislativo e registrado no Tribunal de Contas do Estado.

Concedeu o Governo da União, no período de 1955-57, recursos para o desenvolvimento do ensino profissional neste Estado, no montante de Cr\$ 38.565.000,00. Parte dessa quantia já foi empregada, encontrando-se ainda em disponibilidade a importância de Cr\$ 27.200.000,00, destinada à construção, no próximo exercício, de novas sedes escolares.

Por intermédio da Superintendência do Ensino Profissional, foram celebrados diversos convênios com entidades particulares, para concessão de matrículas, em localidades onde não existem estabelecimentos oficiais.

No desempenho de sua tarefa específica de supervisão do ensino artístico, nas escolas estaduais, realizou a Superintendência do Ensino Artístico trabalho de orientação, executado individualmente e através de visitas aos estabelecimentos escolares.

Ensino Artístico

Proporcionou, ainda, consultas à Biblioteca Especializada e Arquivo Musical; forneceu, aos estabelecimentos de ensino, material didático e reproduções musicais e procedeu à seleção e aperfeiçoamento do pessoal docente para o ensino da música e artes aplicadas, promovendo concursos para ingresso no quadro do magistério, com uma inserção

de 116 candidatos a um concurso de professores para entrância superior.

Visando a preparação de professores especializados, realizou cursos de Música, Canto Orfeônico Desenho e Artes Aplicadas, tendo sido aprovados 80 alunos.

Outras atividades da Superintendência em aprêgo foram os cursos e exposições de desenho e artes aplicadas, bem como concertos educativos realizados pela Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) e Coro Orfeônico do Instituto de Educação.

Ensino Rural

Alcançou sensível desenvolvimento nos últimos anos, o ensino rural no Estado, tanto de grau primário como de nível médio, sob a supervisão e orientação da Superintendência do Ensino Rural.

A rede de escolas primárias rurais é presentemente, constituída por 443 unidades, entre escolas primárias anexas a escolas normais rurais, grupos escolares rurais, escolas rurais reunidas e escolas rurais isoladas, com uma matrícula de 24.452 alunos, registrada em 1957.

A ampliação dessa rede teve início em 1955 tendo sido, no ano findo, criadas 28 novas unidades.

Foi também, ampliado o respectivo corpo docente, com a nomeação de 215 professores e contrato de 292.

Funcionam, ainda, no Estado, 10 Escolas Normais Rurais, sendo 2 oficiais e 8 mantidas por entidades particulares, com uma matrícula total de 806 alunos, dos quais 175 receberam, em 1957, o diploma de professor do ensino primário rural.

Serviço de Orientação e Educação Especial

Desempenhando suas funções, no campo da higiene mental e orientação educacional, com o Serviço de Orientação e Educação Especial atendido a crianças e adolescentes com dificuldades de adaptação e realizado orientação pré-profissional de alunos dos grupos escolares da Capital.

Dispensa, ainda, o Serviço em aprêgo, sua colaboração a outras instituições oficiais e particulares, como o Juizado de Menores, Escola de Serviço Social, Escola de Polícia e Escola Ana Jobim, do SESME.

Atendeu o referido Órgão, no ano findo, 1.888 pessoas, das quais, 641 escolares dos estabelecimentos comuns do Estado.

Mantém, outrossim, o Serviço de que se trata, nesta Capital, uma Escola Especial Experimental, destinada a deficientes mentais mais profundos, com cinco classes anexas para surdos-mudos, e uma classe para crianças com leve deficiência mental, junto ao Grupo Escolar Visconde de Pelotas.

Concedeu, ainda 71 bolsas de estudos a alunos desprovidos de recursos.

Educação Física e Assistência Educacional

Cumpriu plenamente a Superintendência de Educação Física e Assistência Educacional, através de suas divisões e setores, durante o ano de 1957, seus encargos relativos à educação física praticada nos estabelecimentos de ensino estaduais, bem como a assistência a escolares, compreendendo serviços médicos, odontológicos e socorros sociais.

Seus diversos gabinetes médicos atenderam, durante o ano em relato, 47.564 escolares, aviando receitas e realizando exames diversos

e 18.824 abreugrafias, tendo sido cadastradas 66.750 crianças, das quais 4.485 receberam a vacinação B.C.C.

Merece especial referência o trabalho da equipe médica, com a colaboração dos demais funcionários da Divisão de Saúde, durante a epidemia de gripe asiática, quando foi atendido grande número de casos verificados entre colegiais.

O Serviço Odontológico proporcionou 31.678 consultas e exames, afóra obturações, extrações e trabalhos diversos.

Foram distribuídos 34.000 quilos de leite em pó, destinados à merenda escolar e colônias de férias, para cujo fornecimento mantém a Secretaria convênio com o Ministério de Educação e Cultura, tendo sido ainda fornecidas, às colônias em referência e grupos escolares, 10.170 peças de vestuário e 3.400 pares de calçados.

A par da assistência social direta aos escolares, preocupou-se a administração em estender suas atividades assistenciais às famílias dos alunos, estando essa tarefa a cargo de selecionado grupo de assistentes sociais permanentes.

Instituições altamente benéficas e de grande alcance social são as colônias de férias e Centros de Recuperação destinados a escolares, que, em virtude de suas elevadas finalidades, vem merecendo a mais profunda atenção, preocupando-se a administração estadual em aperfeiçoar os serviços e ampliar a capacidade dessas Colônias e Centros.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1957, funcionaram 10 colônias, número que se elevou a 14 em dezembro último, atendendo-se a 6.660 colegiais, oriundos de diversas partes do Estado.

Mediante convênio celebrado com o Ministério de Educação e Cultura, foi atribuída à Secretaria de Educação e Cultura a fiscalização e orientação da educação física, junto a todos os estabelecimentos de ensino de grau médio, reconhecidos ou autorizados a funcionar para fins de reconhecimento, instituindo-se, em consequência, a Divisão de Educação Física da SEFAE.

Para a Escola Superior de Educação Física, foi auspicioso o ano de 1957, tendo em vista as modificações e melhoramentos de ordem técnica, material e administrativa, por que passou.

Procedeu-se ao enquadramento de currículo da Escola nos padrões dos demais estabelecimentos congêneres do País, ampliando-se o Curso Superior de dois para três anos.

Medida de grande alcance para o futuro da instituição é a que diz respeito à construção da sede própria da Escola, cujas primeiras providências já foram ordenadas no ano findo, inclusive a destinação de uma área de terras, conforme Decreto n.º 8.161, de 13 de setembro de 1957.

Merece, ainda, especial destaque a Campanha de Natação, entre os alunos dos grupos escolares, de cujos cursos participou apreciável número de colegiais.

Funcionaram no Estado, em 1957, 449 cursos destinados à educação de adolescentes e adultos, mantidos, em parte, com o auxílio do Governo Federal, cursos êsses ministrados por 37 coordenadores e 852 regentes e com uma matrícula de 7.113 alunos.

Educação de
Adolescentes
e Adultos

A Divisão de Cultura, instituída por Lei n.º 2.345, de 29 de janeiro de 1954, para promover atividades culturais no campo das ciên-

Divisão de
Cultura

cias, letras e artes: estimular e patrocinar iniciativas de ordem cultural; orientar e fiscalizar o emprêgo de subvenções, prêmios e auxílios, destinados a realizações culturais, bem como proteger obras e documentos de valor histórico e artístico, monumentos, paisagens e locais dotados de particular beleza, apresentou, em 1957, o seguinte acervo de realizações a cargo de suas Diretorias de Ciências, Letras e Artes

Procedeu-se a coleta de material estudos, pesquisas e intercâmbio científico com outras instituições para a organização do Museu Riograndense de Ciências Naturais destinado a ocupar posição de destaque no cenário cultural do Estado.

Realizou o Instituto de Estudos Sociais e Filosóficos ampla coleta de material para um documentário sobre a filosofia no Brasil e tem em ativo preparo, para publicação no corrente ano uma "Síntese Histórica sobre a Filosofia no Rio Grande do Sul" bem como um trabalho histórico sociológico sobre a colonização italiana no Estado.

Intensas foram, também, as atividades do Instituto de Tradições e Folclore, que elaborou programa e audições radiofônicas; fez-se representar em congressos nacionais e regionais; ministrou curso de danças folclóricas do Rio Grande do Sul organizou exposições de tecelagem folclórica nesta Capital e em Salvador; procedeu à distribuição de livros e impressos; fez gravações e promoveu espetáculos, tendo realizado aquisições para o futuro Museu de Folclore e ampliado o acervo de sua biblioteca, arquivos e fichários.

O Museu Júlio de Castilhos fez realizar interessante Mostra de Arte Regional e Folclórica, compreendendo 121 trabalhos sobre motivos riograndenses.

Outrossim, coligiu material e executou providências, no sentido da reedição e impressão de obras de alto valor histórico e geográfico, tendo atendido, em sua biblioteca de cerca de 12.000 volumes, a 500 consultas.

O número de visitantes do Museu atingiu, em 1957, a cifra de 25.722 inclusive 2.043 alunos e 93 professores.

Suas coleções foram enriquecidas mediante a doação de quadros, mapas, anais, fotografias e objetos históricos, revistas, jornais e boletins, etc., perfazendo os objetos doados o total de 755 peças.

O Arquivo Histórico tem cumprido com êxito sua missão de maior repositório de material documental sobre a História do Estado, prestando inestimáveis serviços a pesquisadores e eruditos e colaborando eficientemente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O Instituto Estadual do Livro fez publicar em 1957, diversas obras de autores riograndenses, de elevado valor literário, tendo distribuído 1.500 publicações, pelos Estados culturalmente mais adiantados, a bibliotecas, universidades, instituições culturais, críticos, professores, escritores e autoridades.

A Biblioteca Pública do Estado, com um acervo atual de 79.231 volumes, registrou, no ano findo, um movimento de 66.637 consultas.

Por outro lado, o número de leitores da Biblioteca Pública Infantil atingiu a cifra de 18.994, apresentando essa biblioteca, considerada modelar em sua organização, o expressivo acervo de 3.698 volumes.

O Museu de Artes do Rio Grande do Sul realizou, em 1957, concorridas exposições, entre as quais a do respectivo acervo e procedeu a valiosas aquisições, para sua coleção de quadros.

Apresentou o Teatro São Pedro, no ano transato, o elevado nú-

mero de 301 espetáculos de companhias teatrais, nacionais e estrangeiras, audições musicais e recitais de bailado.

A Discoteca Pública realizou numerosas audiências públicas, em seu local de funcionamento, junto à sede da Divisão de Cultura, bem como especiais, para colégios e outras entidades, e ainda audições radiofônicas, conferências diversas e um concerto de música brasileira, tendo ministrado um Curso Estética Pedagógico Musical.

Sobem ao total de Cr\$ 382.000,00 os auxílios e contribuições concedidos pela Secretaria a escolas, cursos, grupos teatrais e musicais, sociedades artísticas e agremiações culturais, mediante parecer prévio da Divisão de Cultura.

Pela verba da mesma Divisão foram, ainda, atendidos convênios com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre e a Sociedade Orquestral de Pelotas, no montante de Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 200.000,00, respectivamente.

INSTITUTO TECNOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL

No decorrer do ano findo, prosseguiram as atividades do Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, no sentido de desenvolver e incrementar seus serviços, em escala comparável à dos anos anteriores, dentro dos meios e recursos ao seu dispor. Suas oito seções técnicas desenvolveram estudos e pesquisas em diversos setores da tecnologia, prestando ao comércio e à indústria do Estado assistência e orientação.

Embora continue a antarquia em aprêço instalada em pavilhões de madeira, foram já tomadas providências para a elaboração do projeto das edificações destinadas à respectiva sede, a serem erigidas em terreno doado para esse fim e cujo alvará foi concluído no ano transato.

Sede do Instituto

Como reforço à verba consignada a essas obras, consta do Orçamento Federal a dotação de Cr\$ 3.000.000,00, a ser aplicada na construção da sede do Instituto, mediante convênio com o Ministério de Educação e Cultura.

No desempenho de suas atividades específicas, atendeu o Instituto 8.488 pedidos de estudos, ensaios e análises, tendo expedido 3.272 certificados, 107 relatórios, 20 cartas explicativas e 9 pareceres.

Estudos e pesquisas

Outrossim, em atendimento a solicitações de órgãos do Poder Público, bem como de particulares, foram efetuadas sondagens de solos, no montante de 7.810,23 m, 18 provas de carga e medições de recalque, 1.015 ensaios de rochas e solos, 13 vistorias e provas de carga em estruturas e edifícios e 8.258 ensaios de concretos e argamassas, trabalhos êsses de especial interesse para a indústria de construção civil.

Para as indústrias químicas, foram realizadas ensaios em 2.946 amostras, localização 5.341 determinações, além de 4.551 determinações relativas a ensaios de produtos metalúrgicos.

No que concerne a trabalhos metroológicos, expediu o serviço respectivo do Instituto 16.050 certificados oficiais de aferição, efetuando o exame inicial da produção de 14 fábricas de materiais metroológicos em funcionamento no Estado, tendo ainda aferido bombas de gasolina, caminhões-tanques e outros aparelhamentos e utilidades, ligadas ao comércio em geral, em diversos municípios.

Convênios e acordos

Nos termos do acordo, estabelecido com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, prestou o Instituto assistência técnica ao referido órgão, realizando estudos sobre as fundações e materiais lo-

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

Assinaladas por relevantes realizações, foram as atividades do Departamento Estadual de Saúde, no ano de 1957.

Entre as iniciativas do Governo do Estado, no campo da saúde pública, a cargo desse importante setor administrativo, figura, primordialmente, a ampliação da rede de unidades sanitárias, de modo a estendê-la a todos os municípios riograndenses.

Com esse objetivo, foram criados 24 Postos de Saúde, nas comunas de Aratiba, Casca, Cêrro Largo, Crissiumal, Espumoso, Frederico Westphalen, Gaurama, Giruá, Gramado, Horizontina, Ibirubá, Marau, Não-Me-Toque, Nova Petrópolis, Panambi, Roca Sales, Rolante, Sananduva, Santo Cristo, Saporanga, Tapajara, Tapera, Tenente Portela e Três de Maio, dentre os quais já se acham instalados os de Saporanga, Frederico Westphalen, Giruá, Ibirubá e Panambi.

Concluiu-se a construção dos prédios destinados aos Centros de Saúde de Rio Grande e Pelotas, continuando em ritmo acelerado as obras e projetos referentes aos Postos de Saúde de Dom Pedrito, Iraí, Lajeado, Rosário do Sul, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São José do Norte, São Leopoldo, São Sepé e Soledade.

É, pois, um dos objetivos da administração estadual, no setor ora em exame, dotar de prédios próprios todas as unidades sanitárias, localizando-as adequadamente e reduzindo despesas com aluguéis.

Outro fato de relevante significação foi a entrada em vigor, no ano findo, do convênio firmado com o SESP, visando a realização dos serviços de saúde e saneamento dos municípios da Fronteira Oeste e do Litoral Nordeste do Estado, para o que foi concedida dotação federal específica de Cr\$ 3.000.000,00.

Como decorrência desse acôrdo, grandes benefícios auferiram as citadas regiões, no tocante à organização hospitalar, organização e educação sanitária, enfermagem, higiene da habitação, engenharia sanitária, aperfeiçoamento do pessoal técnico e formação de pessoal auxiliar dos trabalhos de medicina preventiva e curativa.

De assinalada importância para o crescente aperfeiçoamento, desenvolvimento e rendimento técnico da administração sanitária e assistencial do Estado, foi, ainda, o encaminhamento, à consideração do egrégio Poder Legislativo, de ante-projeto de lei criando a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Por outro lado, foram intensificados os trabalhos e iniciativas dos diversos órgãos, setores e serviços atualmente subordinados à jurisdição do Departamento Estadual de Saúde.

Combate à
Lepra

Para incremento da prevenção e combate ao Mal de Hansen, foram instalados mais 15 dispensários especializados em diversos municípios, verificando-se, assim, no período de janeiro de 1955 a 31 de dezembro de 1957, um acréscimo de 28 dispensários antilepróticos, aos 3 existentes em 1954.

Celebrou-se, ainda, acôrdo com o Serviço Nacional de Lepra, mediante o qual o Governo da União contribuirá com Cr\$ 5.600.000,00 para a campanha contra a lepra, mantida pelo DES.

Luta contra a
tuberculose,
poliomelite e
outras doen-
ças contagio-
sas

A luta contra a peste branca vem apresentando os mais positivos resultados, tendo sido postos em funcionamento mais 3 dispensários especializados e realizadas 63.985 vacinações com B.C.G., contra 50.575 em 1956.

É auspicioso o gradativo decréscimo de mortalidade por tuberculosos, na Capital do Estado, verificados que foram, em 1957, 530 óbitos, contra 550 no ano anterior tendo sido, ainda, intensificada a vacinação contra a varíola, difteria e coqueluche.

No tocante a poliomelite (doença de Heine-Medin), houve número reduzido de casos (12 na Capital do Estado), contrariamente ao ocorrido na vizinha República Argentina no mesmo período.

Não obstante isso, providenciou o DES dentro das disponibilidades orçamentárias existentes na aquisição de vacinas Salk no valor de Cr\$ 500.000,00, que permitirão a imunização de cerca de 1.000 crianças, esperando-se, com a ampliação dos recursos específicos, novas e mais vultosas aquisições no corrente ano.

Quanto à epidemia gripal ocorrida em 1957 (gripe asiática), notável foi a atividade do Departamento Estadual de Saúde que, previamente preparado para o plano de luta contra a aludida doença, executado em seus mínimos pormenores, não permitiu que a mesma adquirisse as proporções manifestadas alhures, apesar do número de pacientes atingidos. Mereceu a atuação do órgão sanitário estadual os encômios dos técnicos do Ministério da Saúde que foram os primeiros a isolar o vírus gripal no Brasil.

Hospital Sa-
natório Par-
tenon

No Hospital Sanatório Partenon, destinado a tuberculosos e doentes contagiantes, foram realizadas diversas obras visando a melhoria e aperfeiçoamento de suas instalações, tendo sido celebrado em março de 1957, contrato com as Irmãs da Ordem de São José, para colaboração nos serviços daquele estabelecimento.

Doenças ve-
nerens, hida-
tíose e tra-
coma

Realiza o DES a prevenção e combate às doenças venéreas, através de seus Centros e Postos de Saúde, aos quais compareceram, para primeiro exame, 22.281 pessoas, tendo sido registrados 8.354 casos, para cujo tratamento foram administradas 138.984 injeções.

O Serviço de Tracoma, em estreita cooperação com o Governo Federal, através do Departamento Nacional de Endemias Rurais, desenvolveu suas atividades em 3 Postos especiais e nas diversas unidades sanitárias.

A luta contra a hidatíose, também realizada em regime de cooperação com o Governo da República, vem sendo superintendida por técnico do Departamento.

Com a construção de seu edifício próprio, cuja primeira etapa utilizará recursos no montante de cerca de Cr\$ 15.000.000,00, adquirirão grande impulso as atividades do Instituto de Pesquisas Biológicas do Departamento.

Instituto de
Pesquisas
Biológicas

Pelos seus laboratórios, foram realizados, em 1957, 114.865 exames microbiológicos, parasitológicos, anátomo-patológicos, químicos e hematológicos, tendo sido, no mesmo período, preparadas 016.460 doses de vacinas e 17.850 de outros produtos.

Pelo Instituto, foi também, isolado e identificado o vírus da última epidemia gripal, anteriormente referida, e preparada a vacina específica, de alto poder imunizante.

Face ao número crescente de cardíacos, promoveu o DES a construção de prédio próprio para o Instituto de Cardiologia, que deverá ser concluído no corrente ano.

Doenças Car-
diacas

Atendeu o Instituto, em 1957, 2.809 pacientes e efetuou 1.223 eletrocardiogramas, 81 balistocardiogramas e 675 radioscopias.

Os serviços psiquiátricos do Estado foram, no ano findo, objeto de diversas providências no sentido da ampliação e aperfeiçoamento de suas instalações e atividades.

Assistência a
psicopatas

No Hospital São Pedro, inaugurou-se a Seção de Praxiterapia e foram executados reparos, ampliações e melhoramentos em diversas dependências e seções assistenciais, tendo sido iniciadas as obras do Pavilhão de Toxicômanos e da cozinha da Colônia Agrícola e abertas concorrências públicas para a ultimização do Pavilhão Bigeminado, ampliação da ala principal do edifício central e conclusão do Pavilhão de Neuropsiquiatria Infantil.

Celebrou-se convênios com o Ministério da Saúde, para utilização dos recursos orçamentários federais, destinados aos serviços psiquiátricos do Rio Grande do Sul, e para cooperação na construção de estabelecimentos psiquiátricos, como o Hospital Colônia Modelo de Gravata.

Manteve o Hospital São Pedro, no ano transato, 3.280 pacientes internados e ministrou 12.933 consultas em seu serviço aberto, tendo o Serviço Social Psiquiátrico realizado 1.257 estudos.

Para melhorar as condições higiênicas dos estabelecimentos que manipulam gêneros alimentícios, manteve o Departamento os chamados "comandos sanitários" que, no desempenho de sua missão, visitam, periodicamente, bares, cafés, hotéis, restaurantes, armazéns, padarias, confeitarias, fábricas de gêneros alimentícios e outros locais, tendo estendido sua ação fiscalizadora às praias do Atlântico.

Comandos
Sanitários e
combate ao
mosquito

Foi, outrossim, intensificado o combate ao mosquito, tanto na Capital, como nas praias acima referidas, para o que prorrogou-se o acordo a respeito celebrado com o Ministério da Saúde, sendo sensível a diminuição culicidiana em Porto Alegre.

Para atingir esse resultado, desenvolveu o serviço respectivo intensa atividade, tendo realizado 250.728 inspeções a prédios e destruído 10.684 focos de moscas e 0.483 de mosquitos, empregando e distribuindo avultadas quantidades de inseticidas, raticidas e germicidas.

das, procedendo à inspeção, limpeza e petrolização de valetas, cocheiras, bôcas de lobo, embarcações, depósitos d'água, etc.

Da importância das atividades desenvolvidas, fala eloqüentemente o vulto da despesa efetuada com pessoal contratado para o serviço em referência, despesa essa que montou a Cr\$ 1.135.650,00.

**Proteção à
maternidade
e a infância
e higiene da
alimentação**

Na alta missão de proteger a maternidade e a infância, distribuiu o Departamento verbas e recursos específicos a Postos de Puericultura, Casas da Criança, serviços de rehidratação, maternidades, hospitais, etc. para assistência médica, terapêutica e alimentar, tendo a mortalidade infantil apresentado progressivo decréscimo nos últimos anos (100 óbitos em 1955, para 72 em 1956).

A higiene da alimentação foi, por outro lado, objeto de profundo cuidado e atividade intensa, na Directoria competente e nos Centros de Saúde.

**Educação sa-
nitária**

A Secção de Educação Sanitária realizou, em 1957, 156 cursos educativos, dentre os quais 37 em Pôrto Alegre e 119 em outros municípios, tendo distribuído 4.607 certificados de freqüência aos cursos em aprêço.

Constitui um dos objetivos fundamentais do Departamento a educação sanitária, como elemento básico para a prática das medidas higiênicas. Através de suas unidades e por meio da palavra, escrita e falada, do cinema e da realização de concursos, desenvolveu o Departamento intensa propaganda no sentido de despertar a consciência sanitária da população.

**Serviço Social
do DES**

É missão principal do Departamento auxiliar os pacientes no combate a dificuldades pessoais ou ambientais, que predispõem à doença ou prejudicam o aproveitamento máximo do tratamento clínico.

Esse trabalho, de tão relevante significação social, foi satisfatoriamente cumprido durante o ano findo, verificando, outrossim, o referido serviço a necessidade de ser dada assistência financeira aos pacientes em tratamento nos dispensários, bem como aos egressos no período de readaptação profissional.

Auxílios

Além da quantia de Cr\$ 5.796.000,00, empregada na proteção à maternidade e à infância, distribuiu o DES mais Cr\$ 16.236.200,00, sob a forma de auxílios diversos, incluindo Cr\$ 9.765.000,00 para tuberculosos; Cr\$ 6.291.250,00 para hospitais gerais e Cr\$ 180.000,00 para construção e equipamento.

**Fiscalização
da medicina
e profissões
afins**

Dispondo de auxílio financeiro específico do Governo Federal vem o Departamento Estadual de Saúde aprimorando o serviço de fiscalização do exercício profissional (medicina e profissões afins) tendo, no ano findo, concedido licença a 803 farmácias, 91 drogarias e 103 laboratórios e registrado 62 diplomas de médicos, 33 de farmacêuticos e 10 de cirurgiões dentistas. Foram, ainda, aprovados, mediante provas realizadas, 5 óticos práticos, 19 auxiliares de farmácia, 9 protéticos e 15 operadores de raio X. Pelo serviço em aprêço, foram, também, apreendidos 1.200 vidros de medicamentos.

A Diretoria de Biometria Médica cumpriu, com acentuado êxito, sua relevante tarefa de submeter a exame médico milhares de candidatos a ingresso no serviço público, bem como a licenças, aposentadorias, transferências, reversões, etc.

Diretoria de
Biometria Mé-
dica

No Setor Administrativo foram introduzidos os seguintes melhoramentos: reforma na Biblioteca Eleyson Cardoso, no Centro de Saúde Modéio; mudança do Almoxarifado para amplo e confortável local oferecendo absoluta segurança e mudança da Secção de Transportes, para moderna garagem ampla e confortável, com oficinas, secções de lubrificação e lavagem de carros, etc.

Setor Admi-
nistrativo

SERVIÇO SOCIAL DE MENORES

Criado há doze anos e tornado, em 1953, autônomo e diretamente subordinado à Chefia do Executivo, vem o Serviço Social de Menores, dentro dos recursos orçamentários, lotação de pessoal e aparelhagem técnica a seu dispor, envidando esforços no sentido de realizar plenamente os objetivos que inspiraram sua instituição.

Com essa finalidade, a par do progressivo aperfeiçoamento dos setores e unidades integrantes de sua estrutura funcional, tem o órgão em apêço procurado estimular a atividade assistencial das entidades particulares, através da celebração de novos e mais numerosos convênios, propiciando à iniciativa privada o necessário apoio técnico e financeiro.

Assim, num regime de estreita cooperação assistencial, vem sendo ampliada, neste Estado, a rede de unidades, tanto oficiais, como particulares, organizadas para a ajuda social ao menor abandonado ou transviado, existindo, presentemente, 185 estabelecimentos para tal fim, com capacidade para internamento de 9.075 menores e distribuídos por 65 municípios, incluídas, nesse total, as unidades oficiais.

Pela sua significação humana, extensão e relevância social, o problema da recuperação do menor desajustado vem despertando profundo interesse e reclamando atenção constante e soluções urgentes.

Impõe-se, por isso, à esfera de ação oficial ou privada, a realização de novos empreendimentos que, partindo de um pleno conhecimento das causas, possibilitem soluções adequadas, com o máximo aproveitamento dos recursos e meios de ação atualmente existentes.

Enquanto não forem combatidos os fatores sócio-econômicos determinantes do desajuste do menor, ou, mais precisamente, enquanto a família carecer das condições mínimas indispensáveis para o desenvolvimento físico e moral de seus membros, qualquer ação ou aparelhamento assistencial serão meramente paliativos, não obstante o alcance social imediato dos benefícios resultantes.

Por essa razão, no último triênio e através de uma comissão especial, vem o Serviço Social de Menores empenhando-se no estudo das causas dos desajustamentos sociais, procurando situar nos seus devidos termos o problema do menor e da família no Rio Grande do Sul.

As investigações já realizadas em diversos municípios permitiram um conhecimento mais objetivo do assunto e um contato mais direto com seus aspectos e peculiaridades locais, ensejando o equacionamento das soluções mais convenientes, prevendo o aproveitamento dos recursos potenciais da comunidade e participação da iniciativa privada nos encargos e responsabilidades cometidos à ação oficial.

Tal ordem de preocupações encontra plena correspondência na estrutura prevista para o SESME, no projeto de lei, encaminhado à

Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, criando a Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Convém acentuar que seja qual fôr a solução adotada pelo colendo Poder Legislativo, para a organização da Secretaria em referência, não deve ser desconhecida a necessidade, ditada pela experiência, de certa autonomia administrativa, para o Serviço em aprêço, como condição fundamental para o desempenho de seus encargos técnicos e pleno rendimento de suas atividades assistenciais.

Assistência a menores

Em suas próprias instituições, atualmente em funcionamento, em numero de nove, registrou o Serviço Social de Menores, no ano findo, o seguinte movimento assistencial:

Menores internados em 1-1-1957	11014
Ingressos durante o ano	1160
Saídas por desligamento	450
Fugas	430
Saídas por transferências	160
Saídas por limite de idade	19
Saídas por diversos motivos	95
Menores internados em 31-12-1957	1020

Para êsses internados, forneceu o Serviço 372.637 diárias-leito, com um custo médio de Cr\$ 124,14 e um custo "per capita" de Cr\$ 34,25.

Convênios e auxílios

O SESME, com todos os seus estabelecimentos superlotados, e a fim de poder atender as sempre crescentes necessidades assistenciais, providenciou no sentido de aumentar o número de convênios atualmente em vigor, que, em 31 de dezembro último, atingiam o total de 30, correspondendo a um dispêndio de Cr\$ 5.996.500,00, para a manutenção de 810 menores.

Foram, ainda, collocadas 125 crianças, em lares substitutos, mediante a concessão de amparo financeiro, no montante de Cr\$ 1.464.100,00.

Beneficiaram-se, outrossim, com subsídios familiares no total de Cr\$ 3.200.000,00, 306 famílias, com 1.065 menores sob sua dependência.

Por outro lado, dispenderam-se Cr\$ 130.000,00 em auxílios de emergência, para 340 necessitados de ajuda.

No cumprimento de determinação legal, consubstanciada no plano anual respectivo, encaminhou o SESME a distribuição de 295 auxílios, no montante de Cr\$ 10.022.602,50.

Prédios

Mediante desapropriação e indenizações correspondentes, no montante de Cr\$ 935.000,00, adquiriu o SESME duas glebas contíguas ao Instituto Infantil de Ipanema, consideradas de absoluta necessidade para a localização adequada de diversos setores de serviço, dentro do plano de desenvolvimento progressivo da referida unidade.

Durante o ano findo, foi ainda o Serviço investido na posse de um imóvel, adquirido nesta Capital, em 1956, pela soma de Cr\$ 2.512.968,00 para a instalação do Abrigo Provisório Feminino.

Por outro lado, tendo em vista as condições precárias em que o Serviço vinha funcionando, no prédio onde se achava instalado, em consequência da exiguidade de espaço necessário ao normal aten-

dimento de seus encargos, providenciou sua Direção Geral a transferência das respectivas salas de trabalho, bem como de um grupo de setores de serviço, para um prédio maior, também situado nesta Capital, melhorando sensivelmente, por essa forma, as condições gerais de trabalho.

O crescimento de despesas acarretado pelo constante e imprevisível aumento do custo do material de consumo e aparelhamento em geral, determinou a suplementação do orçamento do Serviço, para 1957, num montante de Cr\$ 14.248.412,00, suplementação essa que incidiu, preponderantemente, no material de consumo, apresentando maior vulto nas rubricas referentes a alimentação e vestuário.

Para sua cobertura, concorreu o SESME com recursos no total de Cr\$ 7.685.740,70, resultantes de economia verificadas em outras verbas, atingindo a despesa geral para a manutenção do órgão em apêco o total de Cr\$ 78.206.414,60.

Execução or-
çamentária

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO

As atividades a cargo dessa autarquia decorreram durante o exercício encerrado em dezembro último, num ritmo de plena regularidade, tendo em vista os objetivos a que se propõe o Instituto, no desempenho de sua relevante missão social.

Relacionam-se essas atividades, direta ou indiretamente, a dois grandes ramos ou setores, em torno dos quais se consubstanciam os seus propósitos de instituição: setor de previdência e setor de aplicação de capitais.

É em matéria de previdência que a autarquia realiza sua principal finalidade, concretizada na instituição de pensões vitalícias e de pecúlio único em favor das famílias de contribuintes falecidos, como decorrência do seguro compulsório, e seguros de vida, para todas as classes profissionais.

O pagamento de benefícios, bem como o processamento de novas habilitações, realizou-se, no ano findo, dentro da mais absoluta normalidade.

O quadro da despesa, realizada com pagamento de benefícios, relativo a cerca de 8.000 beneficiários, apresentou, em 1957, os seguintes resultados:

Pensões e pecúlios	Cr\$ 16.485.924,80
Abono aos pensionistas (Lei 2.589, de 25-1-55)	Cr\$ 16.155.225,90
Pensões da (extinta) Sociedade de Amparo Mútuo	Cr\$ 662.148,00
Abono de família (Lei 2.605, de 29-1-55)	Cr\$ 2.464.650,00
TOTAL	Cr\$ 35.767.947,60

Previdência

Embora o Instituto não disponha de fontes específicas de recursos, para assistência ao funcionalismo, tem procurado, dentro de suas limitadas possibilidades, corresponder às legítimas aspirações da classe dos servidores públicos mediante contribuições às suas entidades assistenciais.

Com esse objetivo, vem a autarquia proporcionando, anualmente, substanciais auxílios à Associação dos Funcionários Públicos, tendo a sua contribuição a essa entidade atingido em 1957 a cifra de Cr. 2.400.000,00

Auxílios

Seguros de vida

Apresentando índices de produção plenamente satisfatórios, revela o Departamento de Seguros de Vida perspectivas bastantes promissoras, conforme é possível verificar através dos seguintes elementos: novos seguros angariados Cr\$ 320 000 000,00; contratos de seguros em vigor em 31 de dezembro de 1957 constantes de 23 348 apólices, Cr\$ 854 741.000,00; despesas com sinistros e resgates, Cr\$ 3 950 000,00; empréstimos sob caução de apólices emitidas pelo próprio Departamento Cr\$ 6 500 000,00

Investimentos

Através do setor de investimentos realiza o Instituto a aplicação de suas reservas, em duas modalidades: investimentos no interesse imediato do funcionalismo, mediante empréstimos simples e imobiliários e aplicação no interesse da economia da instituição.

É bastante significativo o fato de, há seguramente mais de um decênio, terem sido todas as inversões realizadas conforme a primeira modalidade acima aludida, isto é, visando o interesse imediato dos contribuintes.

Iniciativa fadada a grande repercussão, pelo avultado interesse social de que se reveste, é a relativa à construção de um conjunto residencial de seis edifícios, compreendendo 90 economias, situado no bairro do Partenon, nesta Capital.

As moradias em apreço, destinadas à laboriosa classe dos servidores estaduais, deverão ser distribuídas entre os interessados, através de critério a ser estabelecido em legislação especial.

As obras respectivas foram orçadas em Cr\$ 40.000.000,00, inclusive despesas com abertura de ruas e outras benfeitorias indispensáveis, e sua conclusão está prevista para junho do corrente ano.

Os investimentos realizados em 1957 apresentam os seguintes totais:

Empréstimos simples (sucessivos)	Cr\$	156.000.000,00
Financiamentos imobiliários	Cr\$	64.000.000,00
Fianças de hospital e medicamentos	Cr\$	5.300.000,00
		225.300.000,00
Total	Cr\$	225.300.000,00

Para inversões de tal vulto, teve a administração da autarquia de lançar mão da quase totalidade dos saldos provenientes de exercícios anteriores, afora os recursos disponíveis no último exercício.

Cumpra ainda notar que as fianças para aluguel de casa, vigentes em 1957, atingiram uma responsabilidade mensal de mais de um milhão de cruzeiros.

Situação econômico-financeira

Sómente o balanço atuarial poderá revelar elementos seguros sobre a verdadeira situação econômica da autarquia, permitindo ajuizar-se de suas reais possibilidades e necessidades.

Para esse fim, foi o Departamento respectivo aparelhado com os meios indispensáveis, tendo sido contratado técnico especializado, de reconhecido valor Proseguem, assim, as atividades e esforços no sentido da conclusão do aludido balanço atuarial ainda no transcurso do corrente exercício.

Não obstante, é possível formular os seguintes dados aproximados, a respeito da situação econômico-financeira do Instituto:

Quanto ao resultado financeiro, a execução orçamentária, no último exercício, enseja a previsão de um deficit de Cr\$ 44.000.000,00, oriundo das elevadas somas aplicadas no sector de investimentos, porém coberto, em parte, com recursos provenientes de saldos de exercícios anteriores e, em parte, à conta da maior arrecadação do exercício em referência.

No tocante à situação financeira da autarquia, existiam, ao encerrar-se o último exercício, saldos disponíveis e realizáveis, no montante de Cr\$ 40.000.000,00, já deduzida dessa total a dívida flutuante.

O resultado econômico do exercício de 1957 atingiu o total de Cr\$ 105.000.000,00, exprimindo-se a situação econômica do Instituto, pela existência, em 31 de dezembro do ano findo, de fundos e reservas na importância de Cr\$ 650.000.000,00.

Pelo Conselho Fiscal Deliberativo da autarquia, foram, no decorrer do exercício encerrado em dezembro último, realizadas 120 sessões, tendo sido julgados 620 processos de habilitação a pensões, examinados 198 processos de solicitação de crédito imobiliário e emitidos 52 pareceres.

**Conselho
Fiscal
Deliberativo**

POLÍTICA ECONÓMICA-FINANCEIRA

SECRETARIA DA FAZENDA

O ano de 1957 não foi propício às finanças estaduais.

Cabendo-lhe a execução de um orçamento altamente deficitário, em razão de fatores adversos, que serão apreciados no curso da presente exposição, defrontou-se o Governo do Estado, no desenvolvimento de seu programa administrativo, com obstáculos, por vezes insuperáveis, decorrentes da atual conjuntura econômico-financeira do País.

Para uma exata compreensão desses óbices, bem como da orientação imprimida pelo atual Governo aos negócios fazendários, torna-se necessário uma análise da posição econômico-financeira do Estado, dentro de nossa estrutura federativa.

Entre as feições características das modernas federações, destaca-se, talvez como a de maior relevo, a centralização do poder econômico

Política eco-
nômica

O crescente fortalecimento da União, na órbita econômica, decorre, em grande parte, da centralização funcional, através da qual se tem procurado explicar aquela acentuada tendência.

O Brasil vem acompanhando essa propensão centralizadora do federalismo, como bem o demonstram as últimas Constituições republicanas, através da distribuição da competência legislativa entre União, Estados e Municípios.

Verifica-se, em face da mesma, que o campo de ação dos Estados e Municípios, em matéria econômica, é assaz restrito, dentro de nossa atual organização federativa.

Resulta, dessa grande limitação da área de competência, não poderem os Estados, e muito menos os Municípios, influir, de forma decisiva, na condução da vida econômica do país, que fica afeta quase que exclusivamente à União.

Infere-se, daí, que as economias regionais se encontram, inevitavelmente, na íntima dependência da política a respeito seguida pelo Governo Federal.

Tal como ocorre nos demais países de estrutura federativa, detém a União, no Brasil, os poderes de disciplina da moeda e do crédito, que tão amplos reflexos projetam no processo de desenvolvimento econômico e na distribuição da renda nacional.

De outro lado, somente o Governo Federal goza da faculdade constitucional de intervir no domínio econômico, fixando preços máximos, em atenção a objetivos sociais, ou estabelecendo preços mínimos, com finalidades econômicas.

Ademais, mantém a União sob seu privativo controle os poderes

de legislar sobre comércio exterior e câmbio, estabelecendo, em tais condições toda a política de importação e exportação do país, sem que caiba aos Estados e Municípios qualquer ingerência nas transações internacionais.

É de se ressaltar, finalmente, que é também da competência exclusiva da União legislar sobre direito do trabalho, matéria de tão funda repercussão sobre as atividades produtivas.

Fácil é concluir, diante do quadro de organização jurídica do país, que ao Governo Federal está conflado o leme da vida econômica nacional, reservando-se às demais unidades governamentais uma insignificante área de influência, cada vez mais reduzida.

Considerada essa situação, é curial que os Estados e os Municípios procurem ajustar as estruturas econômicas regionais e locais às condições prevalentes no âmbito nacional, ajustamento esse incompleto, senão instável e precário, face às constantes mudanças de orientação na esfera federal.

De outra parte, na programação e execução das obras e serviços a cargo dessas unidades políticas, mister se faz estabelecer as indispensáveis prioridades, para que, dentro do âmbito limitado de recursos de que dispõem, seja alcançada a máxima utilidade social nos investimentos que realizam.

Importa reconhecer, contudo, que, para traçar as diretrizes de uma sã política econômica, de âmbito regional, necessário se torna o conhecimento, tão completo quanto possível, da vida econômica do Estado, em todos os seus múltiplos aspectos.

Estudos de real valor, sobre determinados setores da economia risgrandense, têm sido realizados, em várias épocas, por entidades públicas e privadas.

Resultando de ingentes esforços isolados, revestem-se os mesmos, como facilmente se percebe, da falta de sistematização e continuidade.

Por essas razões, a criação de um Conselho Estadual de Economia, tendo por finalidade precípua o estudo permanente da situação econômica do Estado, poderá ser de grande utilidade para o planejamento das diferentes realizações governamentais.

Cumprir registrar, porém, que o Governo tem procurado, na medida do razoável, disciplinar os investimentos públicos à base de levantamentos econômicos, embora até o presente parciais e esparsos, distribuindo os recursos do erário, com observância de certa ordem de prioridades, para serviços de fundamental importância.

Exemplos dessa orientação governamental encontram-se em aplicações feitas nos serviços de educação, eletrificação e transportes, para cujo atendimento foram destacados, sob gravame, vultosos recursos financeiros.

Efetivamente, vem o Estado despendendo com a educação pública, anualmente, vinte por cento da receita de impostos, em cumprimento, aliás, de preceito constitucional.

No que concerne aos problemas da energia elétrica e de transporte, considerados como "pontos de estrangulamento de desenvolvimento econômico", acham-se os mesmos suasóriamente resolvidos, em nosso Estado, através de instituição das taxas de eletrificação e de transportes, que incidem sobre todos os impostos, salvo o de exportação, na proporção de 10% e 20%, respectivamente.

O extraordinário desenvolvimento da função atribuído ao Poder Público, no complexo das atividades econômicas, acarretou um considerável e necessário aumento dos orçamentos públicos e, simultaneamente, uma interpenetração maior entre a economia e as finanças.

Com efeito, atingiram as receitas e despesas públicas, nos tempos atuais, gigantescas proporções, passando a sofrer, inevitavelmente, a poderosa influência das flutuações econômicas. Em sentido inverso, os orçamentos públicos, em virtude de seu maior volume, passaram a ser utilizados como um precioso instrumento de regularização do fluxo da renda nacional e de correção das desigualdades existentes na sua distribuição.

Nas nações politicamente organizadas sob forma federativa, os movimentos ondulatórios da economia, caracterizados pelas fases de depressão ou inflação, refletem-se intensamente nas finanças das várias unidades governamentais.

Cumprе assinalar, entretanto, que essas repercussões da conjuntura econômica sobre os orçamentos públicos não são iguais nos diferentes níveis de governo, variando não somente em função da natureza e volume das despesas, como também segundo a estrutura do sistema fiscal.

Em nosso País, analisados os sistemas tributários e de despesas de cada esfera de Governo, verifica-se que o impacto das oscilações econômicas é, indubitavelmente, maior sobre os Estados e Municípios, do que sobre a União.

Como é notório, o desenvolvimento econômico do Brasil processa-se em ritmo intenso, acompanhado porém de aguda e pertinaz inflação.

Esse permanente estado inflacionário da economia nacional acarreta grandes embaraços ao planejamento financeiro.

Com efeito, em decorrência da constante elevação dos preços dos bens e serviços, difícil se torna a fixação da despesa pública dessa natureza. Outrossim, como os preços não sobem todos na mesma proporção, é claro que os reflexos orçamentários hão de variar segundo a maior ou menor despesa, de consumo ou de investimento.

De outra parte, gera a inflação um desequilíbrio entre os aludidos preços e as remunerações dos fatores primordiais da produção, o que compele o Poder Público a reajustar periodicamente os vencimentos dos seus servidores, para evitar o aviltamento dos salários. Dependerá o impacto respectivo, nas finanças governamentais, preponderantemente da percentagem dos gastos de pessoal, nos diversos orçamentos.

É certo que, paralelamente ao crescimento vertiginoso da despesa pública, próprio de uma época de inflação, registra-se, também, um substancial aumento das imposições fiscais, em virtude da referida elevação de preços.

Ocorre, porém, que a majoração da receita pública não se processa em idênticas proporções, nas diversas unidades governamentais.

Cumprе observar, por outro lado que, dentro de cada esfera de governo, despesa e receita não aumentam em proporções equivalentes, sob o influxo inflacionário. Como a primeira normalmente excede a segunda, rompe-se o equilíbrio financeiro, que só poderá ser novamente alcançado se o sistema tributário fôr suficientemente elástico para ensejar a reação.

No caso brasileiro, confrontados os sistemas fiscais da União, Estados e Municípios, observa-se que o primeiro é essencialmente dinâmico, enquanto os dois últimos têm caráter estático, razão porque a

inflação traz maior desordem às finanças estaduais e municipais, do que às federais.

Grandes obstáculos ocasiona, ainda, a inflação ao planejamento financeiro no que concerne ao crédito público.

Com efeito a permanente alta dos preços dos bens e serviços proporciona avultados lucros e estes permitem pagar maior taxa de juros, o que impossibilita ao governo o recurso aos empréstimos de lançamento.

Quanto ao crédito bancário, assas perniciosos são também os efeitos da inflação para as finanças governamentais. Efetivamente, a constante desvalorização da moeda obriga os estabelecimentos de crédito a elevar demasiadamente as taxas de juros e a diminuir exageradamente os prazos de empréstimos, tornando, assim, impraticável, para grande número de obras e serviços, essa forma de financiamento.

Mas, se é certo que as finanças públicas sofrem diretamente os reflexos das oscilações econômicas, não é menos verdade que também podem influenciar no desenvolvimento da economia.

Ocorre, porém, que a reação das finanças públicas às flutuações econômicas normalmente se processa através do crédito público ou da tributação. Nas federações, portanto, somente o poder central tem possibilidade de se valer da medida, pelas razões anteriormente mencionadas.

Política orça-
mentária

Para assentar os rumos a seguir, em matéria orçamentária, vê-se o Estado obrigado, como foi referido anteriormente, a considerar as diversas limitações de sua esfera de ação, resultantes da própria organização jurídica do país, sob forma federativa, bem como da política econômico-financeira adotada pelo Governo Federal.

Contrariamente ao critério adotado nos demais países, acolhe a Constituição Brasileira o de discriminar as rendas atribuídas às diferentes unidades administrativas, estabelecendo-lhes competências privativas nesse sentido.

Apresenta, entretanto, nosso sistema constitucional maleabilidade, no que respeita aos serviços que, a cada uma dessas unidades, cabe prover.

No planejamento das obras e serviços necessário ao desenvolvimento da economia riograndense, cada vez mais se acentua a participação do Estado, para complementar a louvável atividade desempenhada pelos particulares.

Os encargos correspondentes aos benefícios provenientes dos empreendimentos públicos, segundo salutar princípio de justiça, deveriam sempre dividir-se equitativamente entre as presentes e as futuras gerações.

Seria curial, portanto, que o Estado recorresse invariavelmente aos empréstimos, para financiar os investimentos indispensáveis ao progresso de sua economia.

O apelo ao crédito público, todavia, só poderá surtir resultados satisfatórios se o mercado monetário estiver perfeitamente regularizado.

Em nosso país, a política econômica-financeira posta em prática pelo poder central, não tem logrado dominar a inflação, que, como se sabe, impede as diversas unidades governamentais de se valerem dos empréstimos de lançamento, para atendimento de suas despesas de capital.

Buscando fugir a tais peias, tem a União recorrido aos empréstimos

compulsórios, sob a forma de adicionais do imposto de renda, para levantamento de economias públicas.

Importa assinalar, contudo, que os empréstimos forçados constituem medida de execução, cujo êxito pressupõe a existência de impostos diretos de elevada produtividade.

Sendo, porém, a maior fonte de receita dos Estados constituída por impostos indiretos, não têm aquêles podido, em consequência, seguir idêntica orientação.

Restaria ao Estado, finalmente, diante dos inúmeros óbices com que se defronta, procurar concertar empréstimos com os estabelecimentos de crédito e instituições de previdência social.

Face à crescente centralização do poder financeiro, a obtenção de empréstimos nos institutos de créditos e nas entidades de seguro social fica, porém, na quase inteira dependência da política a respeito estabelecida pelo Governo Federal.

Inobstante as gestões levadas a efeito pelo Estado, para socorrer-se desta fonte de financiamento, reduzido número de operações de crédito pôde ser, efetivamente, contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, para construção de silos, obras de eletrificação e saneamento, edificação de prédios para educação e saúde pública, e reaparelhamento ferroviário.

Bastante limitada, pois, tem sido a cooperação da União através das instituições bancárias sob seu controle, para a realização das múltiplas e vultosas obras e serviços a cargo do Estado, máxime se considerarmos que a expansão do crédito, no setor governamental, tem de um modo geral atingido altos níveis, e que a nossa potencialidade econômica assegura rápida reprodutividade na maioria dos investimentos.

Visando compensar o sensível decréscimo das receitas extraordinárias, o Estado lançou mão de majorações tributárias, para não retardar injustamente o ritmo de execução das obras e serviços mais instantaneamente reclamados pela coletividade.

No atual período de governo, assumiram os tributos especial relevo, já que passaram a constituir a fonte quase única de financiamento de todas as despesas públicas de custeio e de investimento.

Diversamente do que acontece nos outros países, discrimina a nossa Carta Política as rendas pertencentes às várias unidades governamentais, fixando competência privativa para cada uma delas, exceto no que se refere aos novos impostos criados, em que a mesma é concorrente.

Demarcado portanto, é o campo de atividade tributária do Estado, que se há de exercitar em estrita obediência às normas rígidas estabelecidas na Constituição Federal.

Analisado em conjunto, o sistema tributário brasileiro apresenta-se fortemente regressivo, já que os impostos indiretos contribuem com 70% da arrecadação total, enquanto os diretos concorrem com apenas 30%.

Examinando isoladamente, entretanto, os sistemas fiscais da União, dos Estados e dos Municípios, conclui-se que o primeiro é levemente regressivo, o segundo fortemente regressivo e o último fortemente progressivo.

Verifica-se, pois, que os sistemas tributários da União e dos Mu-

Política tributária

principios são os mais adequados à aplicação do princípio da graduação dos impostos segundo a capacidade econômica do contribuinte, preconizada na Carta Magna. No tocante ao sistema fiscal dos Estados, contudo, sua estrutura não permite a observância do preceito constitucional em aprêço.

Variam, entretanto, as repercussões econômico-sociais da tributação, conforme a composição do sistema fiscal e, ainda, segundo o volume de arrecadação, nas diferentes esferas de governo.

De acôrdo com a atual discriminação de rendas, foram os Estados contemplados com seis impostos, dos quais três diretos e os outros indiretos, incluindo-se no primeiro grupo os impostos territorial, de transmissão de propriedade imóvel "inter vivos" e "causa mortis", enquanto no segundo se enquadram os impostos sobre vendas e consignações, sobre exportação e de sêlo.

Apreciados em conjunto, porém, os impostos estaduais indiretos apresentam muito maior produtividade e flexibilidade do que os diretos. Com efeito, nos últimos dez anos, concorreram os primeiros, em média, com 90% da respectiva receita, em nosso Estado, ao passo que os últimos contribuíram com apenas 10%.

Face à forte regressividade do nosso sistema fiscal, decorrente de sua imperfeita estrutura, tem o Estado procurado compensar os efeitos anti-sociais da tributação mediante uma elevada progressividade no sistema de despesa, ampliando consideravelmente as aplicações em educação, saúde pública e assistência social.

Duas grandes revisões tributárias tiveram lugar no atual Governo: a primeira teve em mira solucionar o grave problema dos transportes, que estava a exigir recursos vultosos e permanentes, sob pena de estrangulamento da economia gaúcha; a segunda destinou-se a atender às despesas provenientes do reajustamento de vencimentos do funcionalismo público, que a inflação aviltara.

Impende registrar que a lei instituidora da taxa de transportes, discrepando do projeto originário do Poder Executivo, obrigou o Estado a entregar aos Municípios, a título de auxílio, 40% do produto da respectiva arrecadação. Como decorrência dessa alteração, ficou o erário estadual desfalcado de vultosos recursos, por essa forma transferidos às comunas.

Devendo os municípios receber do Estado, no corrente exercício, 20% da arrecadação do imposto territorial, nos mesmos verificada, veio a Lei n.º 3.109, de 8 de janeiro do ano findo, de iniciativa governamental, disciplinar a matéria pertinente à gradativa transferência desse tributo às comunas beneficiárias.

Durante o presente período de governo, cuidou a Secretaria da Fazenda de atualizar os regulamentos fiscais, passando a ter nova regulamentação os impostos sobre vendas e consignações e de sêlo e tendo sido, pela primeira vez, regulamentadas as taxas de cooperação e de silos e armazéns.

Considerada a evasão propiciada pela vigente legislação do imposto de transmissão de propriedade imóvel "inter vivos", elaborou-se novo projeto de lei sobre a matéria, visando sanar aquela falha, tendo sido o mesmo encaminhado, no ano findo, ao exame e discussão do colendo Poder Legislativo.

Permanecem profundamente desatualizadas, há longo tempo, as nossas penalidades fiscais. Reconhecendo os danosos efeitos disso resultantes para a exação e fiscalização tributárias, solicitou o Poder

Executivo, em 1956, a votação de uma nova lei geral, disciplinando o assunto, de acordo com a realidade econômica.

Por outro lado, o conhecimento dos dados pertinentes à renda nacional e regional enseja a medida da pressão tributária no Brasil e no Estado, mediante o respectivo confronto com os impostos arrecadados.

Contrariamente ao que se afirma, não atingiu a mesma limites exagerados, quer no âmbito nacional, quer no estadual.

Com efeito, revelam as últimas estatísticas conhecidas, referentes ao ano de 1955, que as imposições fiscais correspondiam, no Rio Grande do Sul, a 12,9% da renda regional, e no conjunto do País, a 16,4% da renda nacional.

O exame da situação dos negócios do Estado, na abertura da presente sessão legislativa, ficaria evidentemente incompleto, sem as seguintes referências sobre a execução orçamentária de 1957, a serem oportunamente completados com os elementos do balanço geral, relativo àquêl exercício.

Eis como se expressa, sinteticamente, a execução orçamentária de 1957, conjugadas na receita as operações de crédito realizadas e, confrontados, na despesa, os gastos efetuados com o produto de empréstimos:

Execução orçamentária de
1957

R E C E I T A		Milhões de Cr\$
ORÇADA		
Receita ordinária		8.195
Receita extraordinária		117
TOTAL		8.312
ARRECADADA		
Receita ordinária		6.691
Receita extraordinária		273
TOTAL		6.964
MENOR RECEITA		1.348
D E S P E S A		
AUTORIZADA		
Orçamento		8.312
Anulações de dotações orçamentárias		2.377
Orçamento líquido		5.955
Créditos suplementares	2.138	
Créditos especiais do exercício	970	
Créditos especiais de exercícios anteriores, transferidos	219	
Créditos extraordinários do exercício	10	
Créditos extraordinários de exercícios anteriores, transferidos	1	3.338
TOTAL		9.273

REALIZADA

Orçamento e créditos suplementares	7.761	
Créditos especiais e extraordinários	365	
TOTAL	8.126	
MENOR DESPESA	1.147	

R E S U M O**PREVISÃO**

Despesa autorizada	9.273	
Receita orçada	8.312	
DEFICIT PREVISTO	961	

EXECUÇÃO

Despesa realizada	8.126	
Receita arrecadada	6.964	
DEFICIT VERIFICADO	1.162	

RESULTADO

Deficit previsto:

Créditos adicionais do exercício	3.118	
Créditos adicionais de exercícios anteriores	220	
	<u>3.338</u>	
Superavit do orçamento (excluídas as anulações de dotações orçamentárias)	2.377	961

Deficit agravado:

Menor receita	1.348	
Menor despesa	1.147	201
DEFICIT VERIFICADO	1.162	

Inúmeros fatores adversos contribuíram para a formação do vultoso deficit verificado no encerramento do último exercício financeiro.

Entre esses fatores, devem ser destacadas a acentuada deficiência de dotação global, destinada a atender ao aumento de vencimentos do funcionalismo público, decorrente das majorações efetuadas sobre o anteprojeto do Executivo, bem como a circunstância de ter sido reduzida, em suas proporções, no plenário da Egrégia Assembléia Legislativa, a revisão tributária, contida no mesmo anteprojeto e destinada à cobertura da despesa respectiva.

Contribuíram, também, entre outras causas, para o deficit em estudo, a permanência da receita em níveis inferiores aos da respectiva

previsão, como decorrência da atual conjuntura econômica, no Estado; os mandados de segurança ajuizados por grande número de contribuintes, contra as elevações de impostos, e as dificuldades encontradas para a realização de empréstimos, destinados ao financiamento de obras públicas.

A análise dos ingressos evidencia que os empréstimos contribuíram com cerca de Cr\$ 108.000.000,00, na obtenção de uma receita geral de Cr\$ 6.964.000.000,0, ou seja, com 1,5% do referido total.

Do aludido montante de Cr\$ 108.000.000,00, relativo às operações de crédito realizadas no exercício transato Cr\$ 107.000.000,00 dizem respeito a empréstimos contratados com estabelecimentos de crédito e Cr\$ 1.000.000,00 a empréstimos lançados.

No exercício de 1957, as despesas de investimentos totalizaram, aproximadamente, Cr\$ 1.000.000.000,00 computadas neste valor as aplicações feitas no setor dos transportes, enquanto os empréstimos realizados alcançaram apenas Cr\$ 108.000.000,00, conforme foi referido anteriormente.

Conclui-se, pois, pelo exposto que as receitas correntes, como nos exercícios anteriores, vêm fornecendo recursos, tanto para atendimento das despesas comuns, como ainda para a quase totalidade das despesas de capital.

Teoricamente o déficit de Cr\$ 1.162.000.000,00 verificado na execução orçamentária de 1957, deveria ser coberto com a emissão de apólices, sobretudo porque os investimentos foram quase integralmente financiados com os recursos normais da tributação.

Na realidade porém, não pode o Estado valer-se dessa medida, uma vez que a inflação elevando indiretamente a taxa de juros, impede a colocação dos títulos públicos.

O resultado negativo da execução orçamentária projetar-se-á, como é evidente na situação financeira líquida que ficará assim sensivelmente agravada, e só poderá ser, portanto, recuperado através de futuros superávits ou de consolidação de dívidas.

Cumprindo referir outrossim que a influência das operações de crédito e de sua aplicação, no resultado do exercício foi relativamente pequena. Com efeito enquanto os empréstimos realizados somaram aproximadamente Cr\$ 108.000.000,00 as despesas efetuadas com recursos das mencionadas operações atingiram cerca de Cr\$ 17.000.000,00.

Objetivando uma análise mais detalhada do balanço financeiro de 1957, são apresentados, a seguir, quadros comparativos da receita orçada com a arrecadada, segundo sua natureza e da despesa fixada com a realizada, por órgãos administrativos, incluídos os créditos adicionais e excluídas as anulações de dotações orçamentárias.

São estes os dados respectivos, expressos em milhões de cruzeiros:

Natureza	RECEITA			
	Orçada	Arrecadada	Maior receita	Menor receita
Impostos	6.620	5.338	—	1.282
Taxas	1.350	1.107	—	243
Patrimonial	18	31	13	—
Industrial	207	215	8	—
Extraordinária	117	273	156	—
Total	8.312	6.964	177	1.525

D E S P E S A

Órgãos administrativos	Fixada	Realizada	Maiores despesa	Menores despesa
Assembléia Legislativa	50	48	—	2
Tribunal de Contas	34	32	—	2
Governo do Estado	58	55	—	3
Secretaria do Interior e Justiça	1.229	1.205	—	24
Secretaria da Fazenda	2.907	2.380	—	527
Secretaria das Obras Públicas	536	373	—	163
Secretaria da Agricultura, In- dústria e Comércio	415	375	—	40
Secretaria de Educação e Cul- tura	1.818	1.638	—	180
Departamento Estadual de Saú- de	447	405	—	42
Serviço Social de Menores.....	86	84	—	2
Justiça	158	148	—	10
Contribuições para Autarquias	1.535	1.383	—	152
Total ..	9.273	8.126	—	1.147

Verifica-se, através das cifras acima mencionadas que, em todos os órgãos da administração pública, realizaram-se expressivas economias, no decurso do exercício.

No que concerne à receita, o decréscimo atingiu Cr\$..... 1.348.000.000,00, consideradas as diversas fontes em conjunto, embora as rendas patrimoniais, industriais e extraordinárias tenham, isoladamente, acusado um razoável superavit.

A renda proveniente da totalidade dos impostos foi inferior à respectiva previsão orçamentária.

Algumas taxas superaram a estimativa; outras, porém, permaneceram aquém da mesma, como a de transportes, que é a mais expressiva, em sua qualidade de tributo adicional dos impostos.

Dívida
Pública

Em antecipação à sua análise aprofundada, por ocasião do levantamento do balanço geral do Estado, correspondente ao exercício econômico-financeiro de 1957, é apreciada sucintamente, a seguir, a composição da dívida pública do Estado, com base em elementos provisórios, fornecidos pela Contadoria Geral, que diminutas alterações sofrerão, ao ser ultimado aquele ingente trabalho.

É a seguinte a posição da dívida pública, ao término dos exercícios de 1956 e 1957, expressa em milhões de cruzeiros:

Natureza	Exercício de 1956		Exercício de 1957	
Dívida Fundada Externa		14		13
Dívida Fundada interna:				
a) em apólices	248		237	
b) em empréstimos contrata- dos	1.721	1.969	1.778	2.015
Dívida Flutuante		1.400		2.552
Total		3.383		4.580

Malgrado sua expressiva majoração, no decorrer do ano passado, ainda assim a dívida pública, em conjunto, não pode ser considerada excessiva, uma vez que corresponde a 65% da receita de impostos e a 49% da receita geral, previstas para o corrente exercício.

No período de 1957 a 1956, a percentagem da mesma, sobre a receita de impostos, oscilou, em nosso Estado, entre 121% e 84%. No Estado de São Paulo, com suas finanças já perfeitamente regularizadas, essa relação era ainda da ordem de 130%, no ano findo.

Passando-se, porém, ao exame das várias parcelas integrantes da dívida em aprêgo, verifica-se que a fundada é sensivelmente baixa, enquanto a flutuante é extraordinariamente elevada.

Com efeito, enquanto a dívida fundada, relativa a compromissos exigíveis a prazo longo ou médio, atinge somente Cr\$ 2.028.000.000,00, a dívida flutuante, concernente a obrigações assumidas a curto prazo, totaliza Cr\$ 2.552.000.000,00.

Esse volume da dívida flutuante vem se refletindo danosamente na gestão das finanças estaduais, uma vez que gera a impontualidade na satisfação dos compromissos.

Nessas condições, a providência capital para a regularização da situação financeira do Estado consiste precisamente na consolidação de uma parte substancial da dívida em referência.

Tal foi o processo de recuperação financeira do Estado de São Paulo, que somente com o Banco do Brasil, logrou realizar um empréstimo superior a Cr\$ 8.000.000.000,00, para consolidação de uma expressiva parcela de sua dívida flutuante.

E' evidente que uma medida dessa ordem tem de ser adotada simultâneamente com outras que conduzem à mesma finalidade, entre as quais a manutenção do equilíbrio orçamentário, para impedir a formação de novas deficiências, enquanto estão sendo extirpadas as antigas.

Não tem o Estado podido contar com a suficiente cooperação da União, através do seu sistema bancário, para o saneamento de suas finanças, como fôra de desejar.

Inobstante isso, como a regularização financeira se impõe, sobretudo por seus beneméritos reflexos na órbita administrativa, vem o Estado lentamente procedendo ao resgate de sua mais remota dívida flutuante mediante a entrega de apólices emitidas ao par, a prazo médio.

Comparando-se as posições apresentadas pela dívida pública, no encerramento dos exercícios de 1956 e 1957, verifica-se que a dívida fundada externa ou interna, sofreu reduzidas modificações no seu valor global.

Diametralmente oposta, porém, é a situação da dívida flutuante, acrescida que foi, de Cr\$ 1.152.000.000,00, no decorrer de 1957, em consequência do déficit financeiro do exercício.

Um dos traços característicos mais expressivos do sistema de discriminação de rendas adotadas no Brasil é, incontestavelmente, a instituição de contribuições da União e dos Estados aos Municípios.

Estabelecidos com a finalidade de robustecer, desde logo, as finanças locais, e de manter no futuro, uma equidosa partilha das rendas públicas, tais participações estão reguladas nos artigos 15, §§ 2. e 4.º, 20 e 21 da Constituição Federal.

Disciplina o entrosamento entre as finanças estaduais e municipais o artigo da Carta Política Federal, segundo o qual o Estado é obri-

**Contribuições
do Estado
aos Muni-
cípios**

gado a entregar anualmente, aos municípios, excetuado o da Capital, trinta por cento da diferença entre a arrecadação estadual de impostos, salvo o de exportação, e o total das rendas municipais de qualquer natureza.

Contava o Estado com o prazo de dez anos, para o cumprimento gradativo dessa norma constitucional. Se não tivesse renunciado a esse prazo, como o fez, por mera liberalidade, somente no ano passado teriam os Municípios recebido, pela primeira vez e na base de trinta por cento, a respectiva diferença de receita.

Sentindo a necessidade de regulamentar a matéria relativa à contribuição devida aos Municípios, decorrente do excesso de arrecadação, promulgou o Estado, inicialmente, a Lei n.º 205, de 2 de julho de 1948, alterada, em parte, pela de n.º 1.806 de 21 de dezembro de 1950.

Já através dessas primeiras leis observa-se o único propósito de amplo favorecimento às comunas. Com efeito, renunciava o Estado, desde então, ao direito, constitucionalmente assegurado, de entregar anualmente as quotas de retorno, obrigando-se a entregá-las trimestralmente.

Decorrido algum tempo, foi promulgada a Lei n.º 2.501, de 7 de dezembro de 1954, dispondo no sentido de não serem consideradas como rendas municipais, no cálculo da contribuição do Estado, as quotas partes dos impostos sobre combustíveis e lubrificantes e de renda, recebidas da União, e as receitas provenientes dos serviços industriais dos Municípios.

E' duvidosa, para a atual administração fazendária, a constitucionalidade desse diploma, face aos artigos 29 e 30 da Constituição Federal, que determinou expressamente sejam computados, como rendas dos Municípios, além das que resultam de sua arrecadação própria, somente as quotas-partes dos impostos sobre combustíveis e lubrificante e de renda, entregues pela União, bem como os impostos que lhes forem transferidos pelo Estado.

Mais recentemente, foi promulgada a Lei n.º 2.815, de 21 de dezembro de 1955, que obrigou o Estado a entregar aos Municípios em duodécimos, e não mais trimestralmente, a contribuição oriunda da diferença de arrecadação.

Objetivando compulir o Poder Executivo a manter rigorosamente em dia a satisfação de seus compromissos frente aos Municípios, votou a colenda Assembléia Legislativa a Lei n.º 3.117, de 26 de janeiro de 1957, que, considerada pelos órgãos técnicos fazendários, inconstitucional e contrária aos interesses do Estado, foi passível de veto total. Rejeitado este, foi a mesma promulgada pela Presidência do Legislativo.

Tratando-se de uma lei a seu ver derriscante da Carta Magna, arguiu o Poder Executivo, perante o Judiciário, a sua inconstitucionalidade.

Nova e vultosa contribuição vem o Estado entregando aos Municípios, inclusive o da Capital, a partir de 1.º de janeiro de 1956, equivalente a 40% do produto da taxa de transportes, criada pela Lei n.º 2.737, de 26 de novembro de 1955, parcialmente modificada pelas de n.ºs 2.739, de 29 do mesmo mês e ano, e 3.054, de 21 de dezembro de 1956.

Cumpro referir, ainda, que, no corrente ano, os Municípios receberão do Estado, de conformidade com o disposto na Lei n.º 3.109, de 8 de janeiro de 1957, 20% da arrecadação do imposto territorial neles verificada.

Tomando-se por base as previsões inscritas na vigente lei de meios, essas contribuições, somadas, atingem a avultada quantia de Cr\$. . . . 1.212.943.522,00, correspondente a 13% da receita geral e 14% da receita tributária.

No orçamento geral do Estado, para o corrente exercício financeiro, a receita é estimada em Cr\$ 9.320.812.026,00 e a despesa fixada em Cr\$ 9.581.520.008,00, resultando um deficit de previsão de Cr\$. 252.707.982,00.

Orçamento
para o Exer-
cício de 1957

Uma análise mais profunda da lei de meios demonstra, porém, que o deficit era, na realidade, bem mais elevado do que o previsto, em virtude de fatores diversos, entre os quais sobrepõe o relativo à menor receita do imposto de selo, calculada em Cr\$ 178.000.000,00 e proveniente da decretação de inconstitucionalidade da taxa de 1%, nas guias de exportação interestadual.

Determinaram esses fatores um deficit de cerca de Cr\$. 500.000.000,00, que representa a exata situação em que se iniciou a execução da vigente lei orçamentária.

Severas medidas de economia, portanto, se impunham, no sentido da eliminação do referido deficit, para que não se agravasse ainda mais a já difícil situação de caixa existente.

Com esse objetivo, foi estabelecido um plano de retenções administrativas de verbas, tendo sido, paralelamente, instituído o regime duodecimal na utilização das várias dotações. Tais providências foram consubstanciadas no Decreto n.º 8.505, de 13 de janeiro último.

Valendo-se, outrossim, das disposições da Lei federal n.º 3.337, de 12 de dezembro do ano findo, que autoriza a emissão de Letras do Tesouro Nacional, para atender ao financiamento dos deficits, solicitou o Estado à União um empréstimo de Cr\$ 500.000.000,00, com base nesses títulos.

A despeito do especial cuidado que a Secretaria da Fazenda vem dedicando aos serviços de arrecadação e de fiscalização tributárias, a receita, no primeiro trimestre do exercício, não correspondeu à respectiva previsão, por razões de ordem econômica.

Tudo indica, pois, a necessidade de manter inflexível controle na realização da despesa, mediante criteriosa seleção.

Compete ao Tesouro do Estado a importante missão de executar a política financeira e tributária adotada pelo Governo, contando, para o desempenho de tão relevante encargo, além do órgão central, com uma extensa rede de inspetorias, exatorias e postos de arrecadação.

Tesouro do
Estado

Durante o ano de 1957, diversas alterações sofreu a organização administrativa do órgão em aprêço, visando a racionalização de suas múltiplas atividades.

Entre as alterações efetuadas, destaca-se a reestruturação orgânica da antiga Diretoria de Expediente e Pessoal, atualmente Diretoria Administrativa, na qual foram instituídas novas unidades, o Serviço de Material e o Serviço de Fôlhas de Pagamento.

São processadas, na aludida Diretoria, as revisões de proventos dos inativos do Estado, atribuídas ao Tesouro, nos termos do Decreto n.º 7.829, de 28 de maio de 1957, e cuja execução determinou considerável aumento de serviço.

Vários melhoramentos foram, ainda, introduzidos nos serviços da

Diretoria em exame, como a sistematização das revisões de proventos acima mencionada e a padronização e estocagem de material.

No decurso do ano transato, logrou a Diretoria da Receita concluir a organização do cadastro de veículos automotores em circulação no Estado, para fins de lançamento e controle dos tributos do trânsito, com sensível melhoria, para a respectiva arrecadação.

Por Decreto n.º 7.595, de 18 de janeiro de 1957, teve lugar a transformação do Serviço Mecanizado em Diretoria de Mecanização, incluindo secções de mecanografia e controle, com os melhores resultados no sentido de uma maior produtividade nesse setor de trabalho.

Têm, ainda, acusado resultado satisfatório, desde a sua implantação, as novas normas de serviço, adotadas pela Diretoria da Despesa e consubstanciadas nas circulares de n.ºs 24 e 76, respectivamente, de 17 de maio e 4 de dezembro de 1956, simplificando o processo de autorização de pagamento de vantagens, a servidores sediados no interior do Estado.

Com o objetivo de regularizar a dívida flutuante do Estado, procedeu o Tesouro, por intermédio do Serviço de Orçamento, ao exame e levantamento de cerca de seis mil processos referentes a despesas de exercícios anteriores, não empenhadas em tempo hábil.

Constituiu iniciativa de grande alcance, no ano findo, o pagamento de vencimentos de parte do funcionalismo da Capital, através de estabelecimentos bancários, esforçando-se o serviço competente do Tesouro, no sentido da plena regularidade do funcionamento desse sistema, que será progressivamente ampliado.

Proseguiu a Divisão de Fiscalização intensificando suas atividades específicas, atingindo, no exercício de 1957, o levantamento de somagens de impostos a vultosa soma de Cr\$ 282.000.000,00, que supera, por larga margem, o montante de Cr\$ 181.000.000,00, registrado no ano anterior.

Em virtude do regular funcionamento dos serviços de controle do trânsito de mercadorias, pode ser extraordinariamente reduzido o comércio clandestino que se processava em todos os quadrantes do Estado.

Constitui problema de envergadura, para as atividades da fiscalização, no interior dos Municípios, o transporte próprio dos agentes do fisco, bastando referir que, para um total de 231 servidores, empregados na inspeção e fiscalização tributária, conta a respectiva Divisão com apenas 43 veículos automotores.

Nos termos da autorização legislativa já existente, para o fornecimento de "jeeps" ou camionetas aos funcionários dos serviços fiscais, mediante financiamento, vem o Poder Executivo providenciando a aquisição dos mesmos, nas mais vantajosas condições possíveis.

Realizou-se, no ano passado, na cidade de Santa Maria, o "Segundo Conclave Fazendário", que congregou elementos da fiscalização e das exatorias, para o estudo e discussão de inúmeros assuntos de ordem fiscal e administrativa, tendentes ao aprimoramento dos serviços fazendários.

Dificuldades consideráveis têm surgido, relativamente ao funcionamento de algumas exatorias, em virtude do expressivo aumento do número dessas repartições.

Tendo em vista, entretanto, a ampliação do quadro do pessoal das Exatorias, nos termos da Lei n.º 3.088, de 31 de dezembro de 1956, e o número de vagas existentes nessas repartições, será o problema contornado, mediante o progressivo preenchimento dos cargos existentes.

No decorrer de 1957, foram iniciadas as construções das estações arrecadadoras de Santa Maria, Caxias do Sul e Santa Vitória do Palmar, instalando-se, outrossim, os postos de arrecadação de Estância Velha, Santa Bárbara do Sul e Vila da Mata, que se encontram em pleno funcionamento.

Órgão central da Secretaria da Fazenda, diretamente subordinado ao titular da Pasta, tem a Contadoria Geral do Estado por finalidades principais, nos termos de suas disposições institucionais, a execução, centralização e superintendência de todos os serviços de contabilidade do Estado.

**Contadoria
Geral do
Estado**

Além dessas atividades básicas, compete-lhe, ainda, estudar, fiscalizar e orientar a escrituração de todos os órgãos de administração estadual, cooperar com o Tribunal de Contas, em sua ação fiscalizadora, preparar e organizar as tomadas de contas dos responsáveis perante a Fazenda do Estado e, finalmente, zelar pelo fiel cumprimento das leis de contabilidade pública.

Para desincumbir-se de suas atribuições específicas dispõe a Contadoria Geral, a par de seus serviços centrais, de doze contadorias seccionais junto às Secretarias e Departamentos do Estado.

Através destas delegacias, que atuam em estreita cooperação com as repartições junto às quais funcionam, vem sendo prestada orientação e assistência em tudo o que se relaciona com a gestão econômico-financeira a seu cargo.

Tal como ocorreu nos anos anteriores, apresentou a Contadoria Geral, no ano findo, dentro do prazo constitucional, o balanço geral do Estado referente ao exercício de 1956, amplamente ilustrado com anexos explicativos e acompanhado de minucioso e circunstanciado relatório, onde foi delidamente analisado o resultado da gestão econômico-financeira do exercício.

Persistiu a Contadoria Geral no propósito de aprimorar e atualizar os serviços estaduais de contabilidade, orientando e fiscalizando, para tal fim, em caráter permanente, os órgãos administrativos encarregados da escrituração analítica.

Mercê dessas providências, tornou-se possível levantar, em 1957, como no ano anterior, um balanço relativo ao primeiro semestre do exercício, o que permitiu ao Governo inteirar-se da marcha da execução orçamentária e adotar medidas de ordem administrativa e financeira, destinadas a impedir a ascensão do déficit, já então deveras avultado.

Complementando esse balanço, continuou a Contadoria Geral na elaboração de balancetes relativos aos meses subsequentes, acompanhados de sucintas apreciações sobre o desenvolvimento da execução orçamentária.

As Contadorias Seccionais, a par de suas atividades de rotina, colaboraram, ativa e eficientemente, na execução do plano de compressão da despesa, mediante controle das retenções estabelecidas por resolução governamental, bem como na apuração de economias de verbas de material e despesas diversas, que vieram a ser utilizadas no reforço das dotações de pessoal.

Através da Divisão de Estudos e Orientação, emitiu a Contadoria Geral, no ano passado, inúmeros pareceres, sobre os mais diversos assuntos de natureza contábil, econômica, financeira e administrativa, procedendo ainda, à elaboração de vários planos para regularização da dívida consolidada e flutuante.

Prosseguiu o referido órgão colaborando nos serviços de fiscalização e contabilidade das autarquias.

Cumpro referir, outrossim, que, no decurso do ano findo, técnicos da Contadoria Geral participaram de comissões constituídas para a execução de importantes misteres, entre os quais ressaltam o encontro de contas entre o Estado e a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, referente a 1956; a transferência da exploração da Viação Férrea para a União; o tombamento dos bens da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense e, finalmente, o estudo do anteprojeto de lei que estabelece normas financeiras e de contabilidade pública para os Estados e Municípios, elaborado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

Integram o plano de trabalho do órgão em exame, para o corrente ano, entre outras medidas, a ampliação das providências tendentes à apresentação do balanço geral do Estado com maior antecedência; o levantamento dos almoxarifados das diversas repartições e a sua incorporação ao patrimônio do Estado e o levantamento e início da tomada de contas dos responsáveis pelos mesmos.

**Gabinete de
Orçamento e
Finanças**

Na qualidade de órgão técnico da Secretaria da Fazenda, vem o Gabinete de Orçamento e Finanças, desde a sua criação em 1951, emprestando sua dedicada colaboração ao planejamento da política econômico-financeira e do programa administrativo do Governo.

Considerada a natureza das respectivas atribuições, criaram-se, com a regulamentação do mesmo órgão, divisões de orçamento e de estudos financeiros, cujas atividades coordenam-se em perfeita harmonia, dentro de suas finalidades institucionais.

Como célula central da administração orçamentária, tem o Gabinete em aprêço consagrado especial atenção ao problema do aperfeiçoamento do sistema, do processo e dos padrões orçamentários do Estado.

Uma vez completada sua organização interna, cuidou-se de estabelecer uma rede de órgãos permanentes de orçamento, nas diversas Secretarias de Estado.

Numa primeira etapa, foram criadas, em 1952, unidades dessa natureza, nas Secretarias de Educação e Cultura, Fazenda e Obras Públicas com resultados amplamente satisfatórios.

Planejada e proposta, no ano de 1954, a instituição de órgãos semelhantes, nas Secretarias do Interior e Justiça e da Agricultura, Indústria e Comércio, não encontrou o assunto ressonância no Egrégio Poder Legislativo, porque se aguardava, na ocasião, a reorganização geral dos serviços públicos.

Postergada, por razões de ordem técnica, a apreciação desse plano de reorganização geral, submeteu o Executivo ao reexame da Colenda Assmbléia Legislativa, no ano passado, outro anteprojeto de lei, criando unidades técnicas de orçamento naquelas duas Pastas. Acolhido por unanimidade, deu o mesmo origem à Lei n.º 3.259, de 27 de novembro de 1957.

Face ao disposto no artigo 3.º desse diploma legal, deverá o Poder Executivo baixar os regulamentos dos novos órgãos instituídos, bem como o da Seccção de Orçamento da Diretoria Administrativa do Departamento Estadual de Saúde.

Com a expedição, dentro em breve, desses atos do Executivo, poder-

se-á considerar ultimada a organização do sistema orçamentário estadual, planejado pelo Gabinete em aprêço.

Por outro lado, acha-se, presentemente, em estudos o estabelecimento de normas fixas para a elaboração da proposta orçamentária, medida agora possível, face à existência de órgãos técnicos legalmente competentes nas Secretarias e Departamentos do Estado.

Objetivando revisar a codificação das normas financeiras e de contabilidade pública, estabelecida pelo Decreto-lei federal n.º 2.416, de 17 de julho de 1940, apresentou a 3.ª Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, em 1949, um novo anteprojeto de lei que, enviado ao exame do Parlamento Nacional, tramita agora no Senado.

Dado o largo espaço de tempo decorrido, sem um pronunciamento definitivo do Congresso, surgiu a necessidade de atualização daquele trabalho, considerados os progressos realizados no campo da ciência econômico-financeira.

Coube ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda a importante missão de elaborar um substitutivo ao anteprojeto em referência, que parece atender integralmente aos objetivos da moderna análise econômica.

Tendo em vista a crescente importância dos efeitos econômicos e sociais dos orçamentos públicos, vem o Gabinete de Orçamento e Finanças adotando, paralelamente com a padronização em vigor, a classificação constante daquele substitutivo.

Importa ainda assinalar que os novos esquemas de classificação orçamentária, sugeridos pelo aludido Conselho Técnico de Economia e Finanças, estão sendo aplicados não só no setor da administração direta mas também no âmbito da administração autárquica, devendo-se êsse aperfeiçoamento à atividade coordenadora da Secretaria da Fazenda, em relação às propostas orçamentárias das autarquias.

Desempenhando sua importante função de órgão de assessoramento, realiza o Gabinete em referência estudos e pesquisas sobre os mais variados assuntos financeiros, dentre os quais se destacam as análises dos balanços gerais do Estado, os planos de empréstimos públicos, a elaboração de índices financeiros e as propostas de revisões tributárias.

Com o objetivo de manter os diversos setores de administração e o público em geral plenamente informados sobre a situação econômica-financeira do Estado, publica regularmente o mencionado órgão técnico a série "Finanças do Estado", que constitui um repositório completo de documentos oficiais, sobre a matéria.

CONSELHO ESTADUAL DE CONTRIBUINTES

Ao Conselho Estadual de Contribuintes, tribunal misto administrativo instituído nos termos do artigo 241 da Constituição Estadual, compete, de conformidade com as disposições legais vigentes, julgar em última instância, os recursos interpostos das decisões em matéria de cobrança ou lançamento de impostos, taxas e contribuições, ou das que forem proferidas em matéria de consultas.

Cabe-lhe, ainda, a elevada missão de promover as boas relações entre o fisco e os contribuintes, mediante a sugestão, ao Secretário da Fazenda, das providências que entender necessárias.

No desempenho dessas tarefas, de tão relevante alcance social e administrativo, houve-se o referido órgão colegiado, em 1957, com a elevação de propósitos e o acendrado espírito público que lhe são pro-
verbiais.

Dando cumprimento às suas tarefas específicas, realizou o Conselho, no ano findo, 156 sessões, registrando um total de 2.217 processos em andamento, dentre os quais 1.637 foram relatados e julgados nas aludidas reuniões plenárias.

Defronta-se, atualmente, o órgão em exame com a necessidade de ampliar suas dotações orçamentárias específicas e aumentar sua lotação de pessoal, o que vem sendo objeto de exame, para oportuna solução dentro das possibilidades existentes.

Merece especial menção a eficiência dos serviços da Secretaria do Conselho, o que permitiu ao referido órgão julgar a maior parte dos processos recebidos no ano findo e lavrar os respectivos acórdãos.

BÓLSA DE VALORES DO RIO GRANDE DO SUL

Prosseguiram com a intensidade costumeira, durante o último exercício, as atividades da Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul.

A compra e venda de títulos atingiu, em 1957, o total de 185.195, num montante de Cr\$ 81.935.486,00, contra o movimento de 210.432 títulos, no valor de Cr\$ 75.418.783,00, registrado no ano anterior.

Deduzidos, do total verificado em 1956, 82.000 direitos de subscrição de ações novas, relativas a aumento de capitais de bancos e companhias diversas que surgem eventualmente no mercado, resulta um apreciável acréscimo na quantidade de títulos normalmente transacionados, tendo cooperado decisivamente, para esse maior volume, as ações bancárias.

No tocante ao preço dos títulos negociados, tomando-se por base o valor nominal igual a 100, registraram-se os seguintes índices gerais:

	1956	1957
Títulos públicos	61,30	67,20
Títulos particulares	186,50	143,59

Em 1957, foram admitidos à cotação e negociação, na Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul, as ações representativas dos capitais de 155 sociedades anônimas, bem como as relativas aos aumentos de capitais de 180 sociedades do mesmo tipo.

O movimento de câmbio, por intermédio de corretores, relativo às exportações, importações e outras operações, atingiu, no ano findo, o montante de Cr\$ 3.050.390.271,00, superior em cerca de Cr\$ 700.000.000,00 ao dos últimos anos anteriores.

Prosseguiram normalmente os leilões de promessa de venda de câmbio tendo sido vendidas moedas no valor total de 49.679.000 dólares, por Cr\$ 2.975.742.500,00.

DEPARTAMENTO DA LOTERIA DO ESTADO

Realizou o Departamento da Loteria do Estado, no exercício de 1957, a expressiva renda líquida de Cr\$ 99.763.124,40, excedendo em quase cem por cento, a estimativa do Decreto Legislativo n.º 881, de 17 de dezembro de 1956, que orçou em Cr\$ 50.000.000,00 o produto líquido das atividades da autarquia, a ser entregue ao Tesouro do Estado.

O resultado em aprêço torna-se ainda mais significativo se considerados forem os fatores desfavoráveis com que se tem defrontado o Departamento, na execução de suas operações.

Entre os mesmos, avulta o reinício, neste Estado, a partir do segundo semestre do ano findo, das atividades da Loteria Federal, que, entrando oito vezes por mês no mercado lotérico, obriga sua congênere estadual a reduzir os milhares de emissões, até então mantidos, a fim de prevenir grandes e desmotivados encalhes, de evidente resultado negativo.

Acrescem ainda, aos aludidos fatores, a proliferação, tanto na Capital, como no interior, dos conhecidos sorteios de automóveis, bem como a prática da contravenção do "jôgo do bicho", que tem reclamado a contínua atenção repressiva das autoridades policiais.

Demonstram os dados abaixo, referentes às rendas líquidas previstas e apuradas pela Loteria do Estado, desde a sua instituição oficial, o desenvolvimento da respectiva arrecadação, tornado mais expressivo e acentuado no último triênio:

ANO	ORÇADO	ARRECADADO
1947	15.000.000	21.014.022,10
1948	15.000.000	23.843.936,00
1949	25.000.000	24.105.400,50
1950	23.000.000	28.867.131,30
1951	25.000.000	33.546.213,10
1952	30.000.000	35.741.617,60
1953	35.000.000	40.998.714,20
1954	38.000.000	45.042.907,40
1955	38.000.000	51.343.311,50
1956	45.000.000	75.763.147,90
1957	50.000.000	99.763.124,40

Determinando o aumento de receita verificado o correlativo aumento de certas rubricas da despesa, foi, durante a execução orçamentária da autarquia, no último exercício, votado o crédito de Cr\$... 45.000.000,00, destinado ao pagamento de prêmios

Entre as despesas realizadas, ressalta a relativa à execução de obras internas, destinadas à melhoria das instalações e dependências do prédio da Loteria, votado para esse fim, o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00.

Por melhor consultar os interesses da autarquia, estabeleceu-se um plano lotérico único, de emissão de bilhetes com o prêmio maior de dois milhões de cruzeiros, dentro do limite máximo, estabelecido na legislação federal, para as loterias estaduais.

Vem sendo o produto líquido da exploração da loteria estadual aplicado, através de dotações orçamentárias próprias, na concessão de subvenções e auxílios, de acordo com a legislação em vigor.

Cumpra mencionar, ainda, a eficiente atuação do corpo funcional do Departamento, realçada, no ano transato, com o acentuado desenvolvimento dos serviços da autarquia.

COMISSÃO ESTADUAL DE COMPRAS

Prosseguindo na execução de seu plano de trabalho, cumpriu satisfatoriamente a Comissão Estadual de Compras, no ano de 1957, os encargos que lhe são cometidos pela legislação específica, relativamente à aquisição e fornecimento às repartições, do material de qualquer natureza, destinado ao serviço público, dentro dos respectivos créditos orçamentários e adicionais.

Tem sido preocupação constante da atual administração do órgão em aprêco o aperfeiçoamento dos serviços a seu cargo, bem como a racionalização dos métodos de trabalho, com o objetivo de atingir um alto nível de eficiência.

Acha-se a Comissão instalada precariamente em antigo prédio residencial, provisoriamente adaptado, enquanto prosseguem os estudos e providências no sentido de localizá-la mais adequadamente.

A temporária deficiência de instalações e locais de trabalho não tem, entretanto, impedido o dedicado e contínuo esforço de seus dirigentes e funcionários, para o maior rendimento de trabalho possível.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro último, foram, através do referido órgão de centralização e coordenação de compras, adquiridos materiais diversos, para uso nos serviços do Estado, no total de Cr\$ 338.613.005,08, conforme a seguinte discriminação:

**Aquisições
de
Materiais**

	Cr\$	Cr\$
Em concorrências públicas	74.542.050,50	74.542.050,50
Em coletas de preços:		
Mat. de consumo	14.610.622,40	
Mat. permanente	9.451.049,80	24.061.672,20
Em concorrência administrativa:		
Mat. de consumo	52.176.661,73	
Mat. permanente	66.147.880,85	118.324.542,58
Em registro de preços:		
Gêneros para alimentação	76.432.574,40	

Drogas e medicamentos	23.800.057,00	
Forragem e ferragem para animais	248.939,40	100.481.570,80
Em fundo de estoque para material	21.203.169,00	21.203.169,00
T O T A L	Cr\$	338.613.005,08

No setor relativo à fiscalização, controle e estudos técnicos sobre material, afeto à Diretoria Técnica da Comissão, foram expressivos os resultados obtidos, de conformidade com os índices a seguir estabelecidos, comparativamente em relação ao ano de 1956:

ANOS	1956 — Cr\$	1957 — Cr\$
Material vistoriado	80.065.289,30	128.949.560,80
Material rejeitado	2.326.591,00	3.697.017,00
Vistorias realizadas	3.440	3.659
Laudos de aceitação de material	3.565	3.883
Laudos de rejeição de material	137	97

Verifica-se, face aos elementos supra, que aumentou em 50% no último exercício, a fiscalização de materiais das verbas sob esse regime.

Por outro lado, o decréscimo em 40% dos laudos de rejeição, demonstra a eficiência do serviço, no sentido de exigir que os fornecedores entreguem os materiais adquiridos pelo Estado, dentro da qualidade, quantidade e especificações estabelecidas padronizadamente pela Comissão.

Entre as principais operações realizadas pela Comissão, no ano transato, ressalta a aquisição de automóveis, sob regime de importação direta, para a renovação da frota a serviço das Secretarias de Estado e da Secretaria do Governo.

Obtida a concessão de US\$ 19.853.82 com a sobretaxa governamental de Cr\$ 25.00, bem como a necessária licença da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, foram importados 1 automóvel "Mercury Montclair" e 9 "Chevrolets", modelo 57, pagos o frete e seguro em moeda nacional.

A despesa total da operação incluindo importação, frete, seguro, desembarque, taxa alfandegária, complementação e revisão de montagem e baterias acessórias, importou em Cr\$ 1.404.995,60, resultando assim um preço unitário de Cr\$ 140.449,56 para cada veículo.

Considerando-se os preços de praça, atualmente vigentes para os automóveis dos tipos em referência, realizou o Estado, renovando a já obsoleta e dispendiosa frota em aprêço, uma economia real de Cr\$ 8.675.004,60, adquirindo os veículos das fábricas, mediante importação direta, efetuada sob concorrência e sem comissão de intermediários, afóra a economia indireta e permanente, relativa à manutenção e custeio dos automóveis usados, dentre os quais 5, com mais de 10 anos de serviço, foram vendidos em concorrência pública pela importância total de Cr\$ 494.900,00.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A fundamental importância, para a economia do Estado, da produção agrícola e riqueza pecuária, conferem especial relevo às atividades assistenciais e de fomento, a cargo da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

São as seguintes as realizações a crédito desse importante setor da administração estadual.

Encarregando-se de amplo e importante setor da economia rural do Estado, ocupa a Diretoria de Produção Animal lugar de destaque, entre os diversos órgãos que integram a Secretaria em aprêço.

O melhoramento forrageiro tem sido a preocupação preponderante do setor de experimentação e pesquisa, visando enfrentar as longas estiagens que assolam periodicamente as regiões de criação e extirminam os pastos nativos.

Foram obtidos resultados plenamente satisfatórios, no estabelecimento de pastagens artificiais de inverno e na determinação das espécies perenes mais adaptadas às nossas condições ecológicas.

A produção de sementes forrageiras de diversas espécies, atingiu, no ano transato, o total de 21.661 quilos.

Para futuras experimentações, foram procedidas cerca de 50 introduções de novas espécies forrageiras, procedentes da Nova Zelândia, Austrália e Europa, tendo sido importados 20.600 quilos de sementes.

Nos Postos Zootécnicos, prosseguiram os experimentos com animais, no sentido do melhoramento das raças, tendo se destacado principalmente as raças bovinas de produção leiteira.

No que concerne ao serviço de inseminação artificial, alcançou, em 1957, o número de inscminações o total de 11.591, correspondendo a 58,5% de acréscimo sobre o montante registrado no ano anterior.

Dez novos Postos de inseminação foram instalados no exercício, localizando-se em Poço das Antas, Tupanciretã, Indaial, Guaporé, Caxias do Sul, Teutônia, Livramento, Veranópolis, Ijuí e Guaíba (Granja Carola).

As coletas de semen alcançaram, em 1957, a 526, sendo 282 de touros de raça holandesa e 244 de Jersey.

Foram mantidos no referido serviço 23 estagiários e um curso de inseminação em ovinos foi ministrado a alunos da Escola de Agronomia e Veterinária, no Posto Zootécnico da Fronteira, em Uruguaiana.

Tiveram expressivo prosseguimento, no ano findo, os trabalhos de seleção bovina, tendo sido inspecionados 11.704 animais. Dentre os mesmos, 3.274 foram selecionados e 8.430 rejeitados. Nesse exercí-

Diretoria da
Produção Ani-
mal

cício, foi elaborado um Regulamento provisório para o Serviço de Bovinotecnia e organizado novo zoneamento, com a redistribuição do pessoal técnico.

A assistência do Serviço de Suinocultura é baseada na organização e manutenção de criações em colaboração e obedece a dois tipos: melhoramento geral e melhoramento intensivo.

As criações subordinadas a esse critério atingiram, em 1957, a 140, contra apenas 80 do exercício anterior, sendo que 125 delas situam-se na região do Alto Taquari e as restantes estão localizadas nas Missões e Planalto Médio.

Foram transmitidas as normas básicas para o desenvolvimento da criação avícola a 106 criadeiras sediadas em 16 diferentes municípios e selecionaram-se 3 500 aves de diversas criadeiras.

A Central Incubadora acusou um movimento de 139.962 ovos incubados e 94.726 pintos eclodidos.

Para erradicação da sarna ovina, foram inspecionados 9.541.722 ovinos, dos quais apenas 6 177 manifestaram a doença, o que corresponde a 0.06% de incidência.

A área trabalhada foi de 7.640.519 ha., com 15.436 estabelecimentos atendidos e distribuídos por 29 municípios.

Desenvolvem-se as atividades do combate à peste suína em 76 municípios, que são atendidos por 31 sedes de serviço. Duzentos e setenta e quatro vacinadores visitaram 219.865 propriedades e vacinaram 3.971.442 suínos.

Doença terrivelmente traiçoeira por ter sua apresentação pouco ostensiva, atinge a brucelose diretamente o setor econômico da produção, com a baixa da percentagem de nascimentos e o aumento da esterilidade dos ventres.

Foram testados 15 325 bovinos para diagnósticos dessa doença, dos quais 538 foram reagentes positivos, correspondendo a uma percentagem de 3,5%, que constitui índice inferior ao registrado no ano anterior. Efetuaram-se vacinações específicas, em número de 14.997.

A vacinação sistemática de terneiros de 4 a 8 meses vem acusando resultados satisfatórios e outras medidas mais objetivas poderão ser postas em execução, uma vez regulamentado o combate à zoonose.

Os bovinos testados para diagnósticos de tuberculose bovina atingiram o total de 24.251, dos quais 732 manifestaram reações positivas, correspondendo a uma percentagem de 3%.

O panorama de suma gravidade apresentado pela raiva desmodina, no ano de 1956, declinou acentuadamente em 1957, graças à sistematização do controle e combate posta em prática, inclusive com a instalação e manutenção de um serviço permanente.

As inspeções realizadas estenderam-se a 17.242 propriedades, localizando 19.319 caseiras e extinguindo 11.833.

Por outro lado, no que concerne à febre aftosa, a existência de vacina em quantidade suficiente e a tipificação do vírus aftoso em todas as regiões do Estado, são os responsáveis pelo ótimo estado sanitário apresentado pelos rebanhos neste particular.

No setor suínico, a intensificação da campanha de combate à verminose resultou no tratamento de 235 911 suínos em 29 municípios.

Em colaboração com a Campanha Nacional Contra a Hidatidose, procedeu-se à everminação de 4.028 cães na zona rural.

No ano de 1957, foram realizadas, pelas diversas Inspetorias Veterinárias, vacinações num total de 6.568 854, destacando-se os seguintes índices: contra a peste suína, 3.971.442; contra a febre aftosa, 1.153.922;

contra o carbúnculo hemático, 350.470; contra o paratifo dos leitões, 323.816; contra a tifoze aviária, 314.848; contra o carbúnculo sintomático, 165.514; contra a raiva desmodina, 132.910.

No mesmo ano, o movimento de distribuição e venda de vacinas atingiu a 8.001.434 doses.

Merecem especial referência as atividades do Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor".

Nos laboratórios desse modelar estabelecimento, foram realizados, no ano findo, entre outras tarefas e encargos técnicos de relevante importância, 377 exames para tipificação do vírus aftoso, tendo sido produzidas as seguintes quantidades de vacinas: Peste suína, 4.074.150; febre aftosa, 2.898.500; tifoze aviária, 500.700; bouba aviária, 350.870; paratifo suíno, 334.550; raiva, 287.840; brucelose, 75.500 e ectima contagioso, 29.000.

Encontram-se sob o controle do serviço de ovinotecnia, no interior do Estado, 15 cooperativas e 28 estabelecimentos classificadores. No ano de 1957, foram expedidos 9.044 certificados de classificação de lãs, num total de 24.619.000 quilos classificados.

Como forma de assistência indireta à criação, devem ser consideradas as exposições e feiras, realizadas pela Secretaria.

Durante o ano findo realizaram-se 15 exposições dessa natureza, além de outras, não oficiais, em número de 8, levadas a efeito em diversas partes do Estado, mediante autorização do serviço competente.

O total de auxílios distribuídos para exposições foi de Cr\$ 1.200.000,00, no último exercício.

Realizou-se na Capital do Estado, com pleno êxito, em setembro de 1957, a XXI Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados. As inscrições foram em número de 1.485 animais, com o concurso de 49 municípios rio-grandenses e 1 catarinense. O recinto da mostra foi visitado por mais de 30.000 pessoas, atingindo o movimento de vendas a importância de Cr\$ 7.042.739,00.

O Rio Grande do Sul fez-se, ainda, representar na Exposição Nacional, realizada em Salvador em novembro último, concorrendo com 8 espécimes bovinos.

Realizaram-se em Bagé e São Gabriel, respectivamente, em 11 e 15 de outubro, concursos de novilhos gordos, tendo o peso dos novilhos em cotêjo oscilado entre 229 e 528 quilos, no primeiro, e entre 259 e 356, no segundo dentre os mencionados concursos.

Com o objetivo de melhorar e incrementar os rebanhos, a Diretoria de Produção Animal emprestou 18 reprodutores bovinos a Prefeituras, Associações Rurais, Cooperativas, Instituições de Caridade e Escolas.

O Serviço de Caça e Pesca prosseguiu em suas atividades como executor, neste Estado, das disposições vigentes sobre caça e pesca.

No setor da pesca, há a destacar recente acôrdo, levado a efeito entre o Serviço e a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do que resultará a criação de trutas e salmões, na barragem do Salto, ficando as despesas gerais a cargo da Comissão e cabendo a execução da parte técnica ao Serviço em aprêço.

A reprodução artificial do peixe-rei teve prosseguimento de forma satisfatória, atingindo a 25.000 a produção de alevinos, que foram distribuídos a inúmeros municípios do Estado, num total de 8.000, reservando-se os demais para o repovoamento da Lagoa dos Quadros, em cujas margens está sediada a Estação de Piscicultura.

O "Plano de Pesquisas Biológicas e Oceanográficas Ripley" teve franca execução, com a pesquisa de novas espécies em nossas águas e

estudos de oceanografia física, observando-se a mortalidade da juventude da fauna ictícola, dentro dos próprios barcos pesqueiros, nos locais de pesca, com a obtenção de importantes ensinamentos.

Tiveram funcionamento regular, no ano findo, os cursos práticos de Suinocultura e Ovinocultura, junto aos Postos Zootécnicos da Serra, em Tupanciretã, e da Fronteira, em Uruguaiana, com frequência de 20 e 15 alunos, respectivamente, contando-se, entre os alunos do primeiro, elementos do vizinho Estado de Santa Catarina.

Preparou o Curso de Classificação de Lãs 10 candidatos.

Entre outros cursos devem ser citados o de inseminação artificial em ovinos, funcionando junto ao referido Posto de Uruguaiana; o curso rápido sobre forragicultura e melhoramento de pastagens, em cooperação com o Instituto de Estudos Forrageiros da URGS; os de avicultura, em Porto Alegre, Encantado, Rio Grande e Sobradinho e o III Curso de Revisão em doenças infecto-contagiosas e parasitárias.

Diretoria de Produção Ve- getal

Os trabalhos de experimentação e pesquisa com culturas anuais, a cargo desta Diretoria, são realizados em diversas Estações Experimentais, à mesma subordinadas.

Tiveram continuação nas Estações Experimentais da Fronteira, da Serra, das Colônias, de Encruzilhada do Sul e de São Borja os trabalhos de experimentação e melhoramento do trigo.

Entre os trabalhos em referência, cumpre citar os ensaios estaduais com trigos precoces e tardios, reunindo variedades e linhagens diversas, realizados não somente nos locais das aludidas estações, como também em outras regiões do Estado como São Gabriel, Passo Fundo, Rio Pardo e Palmeira das Missões, em duas épocas diferentes de semeadura.

Como decorrência desses experimentos, foram lançados, em 1957, mais duas linhagens novas, as Colotanas 59-51 e 474-51, a primeira precoce e a segunda tardia, denominadas "Carãozinho" e "Fortaleza", respectivamente, e que, com o "Prelúdio", lançado em 1956 virão elevar, de modo apreciável a produção triticola do Estado.

Além desses ensaios, as Estações Experimentais procederam a investigações sobre densidade de semeadura, épocas de plantio, testes de novas linhagens, trabalhos de cruzamento e seleção de linhagens e estudos sobre efeitos isolados, e em conjunto, de substâncias fertilizantes, bem como a forma mais conveniente para a respectiva combinação química.

Prosseguiram também nos mesmos estabelecimentos os trabalhos de experimentação e melhoramento do milho, incluindo ensaios e estudos sobre preparo do solo e tratos culturais, espaçamento, adubos e corretivos, competição de híbridos e variedades e, ainda na Estação Experimental Fitotécnica das Colônias, em Veranópolis, sobre consorciação de milho e soja.

Foram, outrossim, realizados nas Estações Experimentais de Bagé, Júlio de Castilhos, Encruzilhada do Sul, São Borja e Veranópolis, valiosas experiências, tanto com linho para óleo, como para produção de fibra, compreendendo ensaios estaduais de variedades, ensaios de densidade, épocas de semeadura e adubação, visando os trabalhos efetuados a criação de variedades resistentes às diversas moléstias.

Os trabalhos com a batata americana estão centralizados na Estação Experimental de Horticultura de Domingos Petrolini, onde se encontram em execução diversos projetos de hibridação, intervarietais e interespecíficos, procurando material cada vez mais aperfeiçoado.

Além das espécies citadas, foram objeto de experimentação e melhoramento, na acima aludida Estação Experimental de Horticultura e nas Estações Experimentais de Encruzilhada do Sul, Júlio de Castilhos, Taquari e Veranópolis, diversas outras, como a mandioca, a cebola, a soja, o feijão, especialmente o feijão preto, a ervilha, o alho, o repolho e a batata doce.

Os trabalhos com cana de açúcar prosseguem na Estação Experimental em Maquiné, que passou, também, a dedicar-se ao estudo da cultura de mamona.

Grande número de experimentos vem sendo, por outro lado, realizados nas Estações Experimentais de Taquari, Caxias e Farroupilha, sobre as espécies frutícolas, entre as quais devem ser citadas a videira, o pessegueiro, o citrus, a ameixeira, a macieira, o marmeleiro, a pereira, a figueira, a amendoeira e a nespereira. Algumas espécies frutíferas nativas vêm sendo, também, estudadas, destacando-se a "goiabeira serrana", com trabalhos já bastante desenvolvidos e alguns ensaios culturais em realização.

O enorme interesse pela cultura de acácia negra e a importância dessa tanífera, no Rio Grande do Sul, fizeram com que, para ela, se voltassem as atenções dos serviços especializados da Diretoria da Produção Vegetal. Diversos estudos e experimentos vêm sendo realizados a seu respeito, particularmente sobre biologia e métodos de controle do "ser-rador", um dos seus principais inimigos. No que concerne a problemas de técnica cultural, efetuaram-se ensaios sobre adubação e espaçamentos na Estação Experimental de Taquari.

Os serviços especializados de Entomologia, Fitopatologia e Defensivos conduzem, outrossim, inúmeras pesquisas e estudos, visando o conhecimento da sistemática e biologia das pragas e moléstias, bem como os respectivos meios de controle, através de vários produtos químicos, inseticidas, fungicidas e herbicidas.

De conformidade com o objetivo de extensão progressiva da rede de Estações Experimentais a todas as regiões ecológicas do Estado, foi iniciada, no ano findo, a construção da Estação Experimental de Osório, em Maquiné. Já no ano anterior, fôra criada a Estação Experimental de Livramento, no município do mesmo nome. Não obstante a precariedade de recursos e o caráter incipiente das respectivas instalações, deu-se, em 1957, apreciável impulso a esses dois novos estabelecimentos experimentais, realizando os primeiros trabalhos com culturas anuais de interesse da região, como milho, feijão, soja e mamona, além da cana de açúcar, que constituirá objeto de suas principais atenções. Dedicará o segundo especial interesse às espécies frutíferas, que encontram condições ambientais favoráveis na região onde se acham situadas, notadamente as rosáceas.

Os serviços de assistência e fomento, a cargo de agrônomos regionais e setores especializados, com sede na Capital e no Interior do Estado, distribuíram, no ano findo, 217.238 mudas de espécies frutíferas diversas e 1.014.363 de essências florestais e ornamentais. Foram, ainda, distribuídos 4.541.600 quilos de sementes diversas, em especial de trigo (73.751 sacos), batata (1.822 sacos) e soja (1.201 sacos).

As dificuldades relativas à importação direta de máquinas agrícolas, para a revenda a agricultores, não permitiram maior atividade assistencial nesse setor.

Não obstante, por intermédio dos agrônomos regionais e do Serviço de Mecanização da Lavoura, foram efetuadas, em 1957, as seguintes revendas de material de produção nacional, de emprêgo na pequena

lavoura: arados, grades, etc., 455 unidades; trilhadeiras com motor, tipo colonial, 50 unidades.

Mantém a Diretoria trilhadeiras em operação nas diversas zonas de pequena lavoura, no Estado, para auxílio aos trabalhos de colheita. No ano findo, essas máquinas atenderam a cerca de 6.500 agricultores, beneficiando 173.686 sacos de produtos diversos.

O progresso da mecanização da lavoura, no Rio Grande do Sul, vem exigindo um número cada vez maior de trabalhadores especializados em operação de máquinas agrícolas. Para o atendimento dessa necessidade, foi instalado em 1957, no município de Bagé, o centro de Treinamento de Hulha Negra, cujas atividades vêm somar-se às do Centro congênere de Capela, instalado em 1953. Por outro lado, o desenvolvimento da fruticultura e o aprimoramento da viticultura no Estado, tornam necessária a formação de enxertadores práticos, tendo sido, para tal fim, concluída a construção da Escola Prática de Horticultura, junto à Estação Experimental de Taquari, e posto em funcionamento um curso prático de enxertadores, na Estação Experimental de Caxias.

Os dois centros acima referidos prepararam, no último ano, um total de 89 tratoristas, para uma freqüência de 102 alunos inscritos, elevando-se, assim, a 400 o número de tratoristas que até o presente formaram. O curso prático de enxertadores preparou no período de junho a agosto de 1957, 63 enxertadores recrutados em diversos municípios vitícolas.

Com o intuito de divulgar certas práticas agrícolas modernas e contribuir para a racionalização das principais culturas, vem a Diretoria, através da Seção de Fomento Agrícola, mantendo lavouras demonstrativas, em colaboração com agricultores.

Em 1957, foram realizadas 152 lavouras demonstrativas de trigo, em 56 municípios do Estado e 150 de batata em 70 municípios. Os resultados colhidos foram os mais animadores. De acordo com dados relativos a 1956 e apurados no ano findo, o rendimento médio das lavouras desse tipo superou em 47,4 e 3.162 quilos por hectare, para o trigo e a batata, respectivamente, o das lavouras comuns do agricultor, correspondendo a aumentos de produção de 46,7% e 36,1%, decorrentes do emprego das práticas preconizadas.

Uma das iniciativas de grande alcance da Secretaria da Agricultura, através da Diretoria em exame, consiste na fabricação de inoculantes para leguminosas tornando possível introduzir a prática da inoculação de cultura com bactérias radicícolas e contribuindo para a sua generalização. No ano transato foram produzidos e distribuídos 318,1 quilos de inoculantes, ensejando-se o tratamento de 74.845 quilos de sementes de leguminosas diversas, como soja, ervilha, feijão miúdo, tremoço, feijão comum, ervilhaça, cornichão, trevos, alfafa e outros.

Intensas foram as atividades dos diversos serviços de controle de pragas e moléstias, no ano findo, realizando-se através de assistência direta divulgação de métodos de controle e fornecimento de máquinas e inseticidas. Para esse fim, foram fornecidas 171.167 latas de brometo de metila, destinadas ao combate à formiga, afora outros formicidas, tendo sido realizadas 92 reuniões de agricultores, 117 demonstrações práticas e 2.234 visitas à propriedades, para difusão de métodos de controle.

Foi dado início ao controle sistemático do "serrador" da acácia negra, nos termos da Lei n.º 2.869, de 25 de junho de 1956, e do Decreto

n.º 7.658, de 19 de fevereiro de 1957, procedendo-se a intenso trabalho de divulgação, nos municípios produtores.

Sob a orientação direta de técnicos da Diretoria, efetuou-se o combate à lagarta dos trigais, numa área de 15.000 hectares, dos quais 2.300 receberam pulverizações aéreas, tendo sido empregados nesses trabalhos, 2 aviões, 170 polvilhadeiras e cerca de 13 toneladas de inseticidas.

Além dos serviços diretamente executados por seus setores técnicos, para combate às pragas e moléstias agrícolas, forneceu a Diretoria a agricultores, em 1957, 651.181 quilos de inseticidas e fungicidas, . . . 77.540 de formicidas e 1.050 máquinas diversas.

No mesmo ano, foram inspecionadas, para fins de vigilância sanitária, 113 viveiros particulares, produtores de mudas frutíferas e ornamentais num total de 7.103.050.

Em cumprimento a plano previamente traçado para conservação do solo, e como decorrência de acordo com o Escritório Técnico de Agricultura (Projeto n.º 28), foram instalados, no ano transato, 4 unidades conservacionistas em Bagé, Cachocira, Santo Ângelo e Lajeado, que, funcionando em cooperação com as Agronomias Regionais, deram assistência, em seu primeiro ano de atividades, a uma área de cerca de 7.000 hectares, com locação de faixas de proteção, terraceamento e outras práticas conservacionistas. Nos municípios ainda não servidos por unidades desse tipo, o trabalho de controle da erosão, continua a ser realizado pelos agrônomos regionais, que, no ano acima referido, atenderam, para esse fim, 67 propriedades com uma área de 14.960 hectares.

Entre outras atividades a seu cargo, atenderam os aludidos agrônomos, nas áreas de serviço, 21.421 agricultores, prestando 22.800 informações, promovendo 1.020 reuniões, divulgando, pela imprensa, 141 artigos técnicos e realizando 353 palestras radiofônicas.

O Setor de Controle de Águas e Irrigação estendeu suas atividades a diversos municípios, fiscalizando e orientando o uso de cursos d'água e açudes, para fins de irrigação.

Os trabalhos afetos a esse importante setor da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio são, principalmente, concernentes a convênios celebrados entre os Governos do Estado e da União, tendo por objetivo a execução de serviços de comum interesse econômico.

Encontram-se em plena execução os convênios relativos à execução das legislações cooperativista e vinícola, no Estado, renovados para vigência até 31 de dezembro de 1961. O convênio para execução de serviços de fiscalização e classificação de produtos agrícolas e pecuários, matérias primas e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, teve sua prorrogação recentemente proposta, para revigoração por mais cinco anos.

Sob a orientação da Seção de Assistência ao Cooperativismo, foram constituídas, em 1957, 127 novas cooperativas de consumo, produção vegetal, produção animal, crédito, eletricidade, escolares e diversas, dentre as quais 67 já foram objeto de registro, e inspecionadas 69, tendo sido prestada assistência técnica e contábil a 328 e 5, respectivamente.

Emitiu a Seção competente, no último exercício, 19.524 certificados de classificação e 16.894 guias de livre trânsito, tendo sido classificados, pelos diversos serviços e postos do órgão em aprêço, 794.241.841

**Diretoria de
Indústria e
Comércio**

quilos de produtos padronizados, dos quais 768.860.967 destinados ao comércio inter-estadual e 25.280.874 aos mercados externos.

Os produtos de maior expressão, na ordem decrescente de sua importância, foram os seguintes: trigo em grão, arroz, cebola, tabaco em folha, feijão, fragmentos de arroz, semente de linho e farinha de mandioca, que perfizeram 97,83% do total geral embarcado, atingindo, respectivamente, os índices percentuais de 36,69%, 37,94%, 5,88%, 4,42%, 4,33%, 2,46%, 1,71% e 1,40%.

Os de maior saída para os mercados interestaduais, que, em conjunto, atingiram a percentagem de 97% do total geral embarcado, foram os a seguir discriminados: trigo em grão (41,00%), arroz (39,19%), cebola (6,07%), feijão (4,47%), tabaco em folha (3,72%) e fragmentos de arroz (2,55%).

Para o comércio exterior, registrou-se, no período em estudo, a saída dos seguintes produtos: sementes de linho, couros e peles de animais domésticos, erva-mate, couros e peles de animais silvestres, mel de abelha, arroz em casca, tabaco em folha, farinha de mandioca e feijão. Os três primeiros, e mais o tabaco em folha, atingiram, em conjunto, 98,65% do total geral embarcado.

Durante o exercício de 1957, o total da arrecadação correspondente a taxas de fiscalização e classificação atingiu a Cr\$ 15.065.535,90.

No que concerne ao Serviço do Vinho, foi dada ampla continuidade ao plano de fomento, estabelecido de conformidade com os termos do convênio celebrado entre os Governos da União e do Estado, distribuindo-se gratuitamente aos viticultores mudas enxertadas de parreiras de castas finas, já plenamente adaptadas ao nosso meio vitícola.

Para o fomento de variedades tintas, foi observada a orientação de adquirir diretamente dos viveiristas do Estado 9.200 mudas das variedades Bonarda, Cabernet, Merlot e Barbera.

Tanto na escolha das variedades, como na fixação do preço mínimo da uva, foi adotado o critério de incrementar o plantio de videiras produtoras de uvas para vinhos tintos, já que a matéria prima de elaboração dos vinhos brancos acha-se mais disseminada.

Proseguiu o Serviço de Vinho em seus trabalhos de experimentação, mantendo uma assistência assídua e contínua aos vitivinicultores, aos quais entre outras medidas, foram formuladas recomendações a respeito da poda verde, com a finalidade de orientar a produção ante a safra excepcional prevista para 1958.

Por intermédio da Chefia do Serviço de Vinho, apresentou a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, às Comissões de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, da Egrégia Assembléia Legislativa, minucioso estudo sobre o problema vitivinícola no Rio Grande do Sul, particularmente quanto ao aumento progressivo da produção e estacionamento do consumo em níveis inferiores aos normais, suscetíveis de ameaçarem a estrutura e o equilíbrio sócio-econômico das atividades vitivinícolas no Estado.

Foram sugeridas ao Egrégio Poder Legislativo medidas urgentes e decisivas, no sentido da disciplina e melhoria qualitativa da aludida produção.

A efetiva aplicação das medidas propostas orientará o viticultor rio-grandense no sentido de adotar os procedimentos culturais recomendáveis (poda seca e verde, tratamentos, etc.), visando uma redução da produtividade de seus parreirais, com repercussão direta, não somente sobre o problema configurado na superprodução, como também e principalmente no que concerne à melhoria indispensável da matéria prima.

A adoção das providências assinaladas determinará o estabelecimento de condições positivas para uma comercialização mais segura e desembaraçada dos produtos vinícolas.

Entre as medidas indicadas, ressalta a referente à instalação de mais duas concentradoras de mosto, que, atualmente, constituem o recurso mais racional para promover a função reguladora de melhoramento, como condição indispensável para a sobrevivência e progresso da vitivinicultura rio-grandense.

A Diretoria de Terras e Colonização, através do cumprimento de suas atribuições, busca, principalmente, a fixação do homem ao solo, sem a qual seriam estéréis quaisquer providências no sentido da experimentação, pesquisas e fomento agrícola ou aprimoramento de criações.

Suas principais atividades dizem respeito à colonização e legitimação de terras públicas.

Durante o ano de 1957, foram expedidos e registrados 1.434 títulos de propriedade de lotes, correspondentes a 22 739,20 hectares de área titulada.

Do total de títulos expedidos, 1.143 correspondem a lotes rurais, 121 a chácaras e 170 a lotes urbanos.

No mesmo período, foram feitas 1.812 novas concessões de lotes, perfazendo uma área de 22.452,40 hectares, cabendo a maior parte à 3.^a Inspeção de Terras, sediada em Frederico Westphalen, e em cuja jurisdição foram concedidos 696 lotes com 7 846,70 hectares.

Demarcaram-se 601 lotes rurais, com a área global de 10.055,90 hectares, bem como 116 chácaras, com 582,50 hectares de área, e ainda lotes urbanos, na extensão total de 60,50 hectares.

Os lotes devolutos, cadastrados pela Diretoria, são em número de 25.355, porém, dentre os mesmos, existem apenas 21 disponíveis, já que 25.314 se encontram intrusados.

Dentro de seu setor específico e objetivando a manutenção e desenvolvimento das vias de comunicação, promoveram as Inspetorias de Terras, através de equipes especializadas e com maquinaria própria, trabalhos de estradas, executando explorações, nivelamentos, desmatação, destocamento, valetamento, cortes, terraplanagens, encascalhamento, consolidações, retoques, conservações, alargamentos e reconstruções, no que foram gastos Cr\$ 6.088.316,30.

Na complementação desses trabalhos, foram executadas obras de arte, no valor total de Cr\$ 1.437.570,10.

As áreas legitimadas em 1957, alcançaram a 1.811,7079 hectares, as transformadas em concessões especiais, nos termos das leis vigentes, a 160,9073 e as correspondentes a reconhecimento de domínio privado, a 459,0854, num total, portanto, de 2.431,7006 hectares.

Foram expedidos, no exercício, 54 títulos de legitimação, correspondendo a 1.877,30 hectares.

Os trabalhos de discriminação de terras, no mesmo ano, totalizaram 624.411 metros lineares, abrangendo a área de 26 885,90 hectares, estendendo-se por 339.849 metros de linhas secas e 284.562 metros de cursos d'água, atingindo a Cr\$ 550.001,70 o respectivo custo global.

Uma das principais atribuições da Diretoria é a assistência aos silvícolas e a guarda das terras aos mesmos reservadas.

Os seis toldos de índios, a cargo do Estado e sob a jurisdição do órgão em aprêço, ocupam uma extensão de 15.700 hectares com 895

habitantes, que recebem das diversas Inspetorias a assistência e proteção necessárias.

Arrecadou o Estado, em 1957, por intermédio das aludidas Inspetorias de Terras, a importância de Cr\$ 10.754.841,40, resultante dos pagamentos de obrigações decorrentes das concessões de lotes.

A 3.^a Inspetoria, em Frederico Westphalen, contribuiu com a maior parcela, no montante de Cr\$ 3.393.553,70.

Diretoria de
Produção Mi-
neral

No cumprimento das tarefas a seu cargo, intensificou essa Diretoria os reconhecimentos de geologia em geral e de jazidas de calcários, trabalhos êsses imprescindíveis à atualização do mapa geológico do Estado, ora em elaboração pelo órgão em referência.

Apesar da carência de máquinas e escassez de recursos para sua aquisição e manutenção, prosseguiram em ritmo normal as sondagens para pesquisas de água subterrânea, em vários municípios, particularmente nas zonas atingidas pelas estiagens periódicas.

Não obstante dispor de apenas 25 sondas, procedeu a Diretoria, em 1957, à abertura de 101 poços, num total de 5.423 metros.

A maioria dêsses poços destina-se a atender necessidades da agricultura e pecuária e o restante a Postos e Estações Experimentais da Secretaria, pequenas indústrias, núcleos populacionais ou colégios.

Programa de
Extensão
Agrícola —
Escritório
Técnico de
Agricultura
— Projeto
11 — ASCAR

Em 7 de julho de 1957, foi celebrado convênio entre a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, o Ministério da Agricultura, o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos e a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, para a execução de um programa de extensão agrícola e crédito supervisionado.

Como decorrência do referido convênio, foram estabelecidas as bases de um programa completo e sistemático, visando o desenvolvimento racional da agricultura e o melhoramento da vida rural, no Estado.

Posteriormente, revelou-se a necessidade prática de um programa unificado, como elemento essencial para a coordenação de esforços e recursos de todos os órgãos empenhados na batalha da produção.

Planejado o programa em aprêço, foi estruturado o órgão incumbido de sua execução, surgindo, assim, o Escritório Técnico de Agricultura — Projeto 11 — ASCAR.

Sua ação é desenvolvida mediante um planejamento racional de trabalho e aplicação dos recursos disponíveis e potenciais, para o aumento da produção.

Entre os trabalhos a cargo dêsse órgão, nos últimos 18 meses, destacam-se: Assistência a 22.241 agricultores e seus familiares, proporcionada em grupos, mediante a realização de 1.356 demonstrações, 1.319 reuniões técnicas e 20 excursões com agricultores; assistência individual a 2.188 diferentes famílias de agricultores, efetuando-se 2.955 visitas, 1.234 demonstrações técnicas de alcance individual e 5.955 informações orais; realização de 56 projeções cinematográficas, sobre assuntos rurais, para 5.712 agricultores; cooperação na assistência médica prestada a 1.697 agricultores, ameaçados de epidemia.

COMISSÃO ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS

O ano de 1957 foi, sem dúvida, para a Comissão Estadual de Silos e Armazens, o de mais expressivas realizações, após um triênio de intensa atividade, no sentido de obter, para a construção e o equipamento de sua rede fundamental de silos elevadores, que é a primeira no País, os indispensáveis recursos financeiros.

Aberta concorrência pública em 1953 para a construção e equipamento das onze unidades, com capacidade de 85 toneladas, constitutivas da aludida rede fundamental, revelou-se imprescindível um financiamento de Cr\$ 451.000.000,00, requerido no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico em agosto do mesmo ano.

Embora classificado como essencial para a economia nacional, o pedido só veio a ser aprovado em março de 1956, para um financiamento de apenas Cr\$ 224.000.000,00, que veio a ser objeto de contrato celebrado na Capital da República, em 23 de agosto daquele ano.

O decurso do prazo, entre a data das propostas apresentadas à concorrência anteriormente aludida e o momento em que se tornou legalmente possível a lavratura dos termos contratuais para a construção e equipamento da rede em aprêço, manifestou a necessidade de um reajustamento de cerca de 70%, sobre os preços iniciais. Posteriores providências para sua fixação em níveis rigorosamente justos, determinaram que apenas três dos quatro contratos de construção previstos pudessem ser firmados em janeiro do ano findo, abrindo-se, simultaneamente, novas concorrências para a construção dos silos de Passo Fundo, Carazinho e Santa Bárbara do Sul.

Foi, imediatamente, ordenado o início das obras de construção civil das restantes unidades, achando-se tais obras, ao findar o ano de 1957, em seu ritmo normal do desenvolvimento, que faz prever sua conclusão ainda no corrente ano, com exceção do silo de Rio Grande.

Constituindo a rede fundamental apenas o primeiro passo de vasto programa estabelecido para proporcionar a produção agrícola do Estado os meios necessários à preservação e conservação de suas safras, prosseguiu a Comissão, durante o ano transato, no aperfeiçoamento dos meios de conservação, já proporcionados por dez armazéns-celeiros; na construção e equipamento de quatro novas unidades armazenadoras; na recuperação do silo subterrâneo construído em Erechim, pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e na elaboração de um plano suplementar de ensilagem para 100.000 toneladas, a serem distribuídas por 17 unidades, dentre as quais 3 de 10.000 e 14 de 5.000 toneladas, já tendo sido ultimado o julgamento da con-

concorrência pública para tanto promovida e entabulados pelo Governo do Estado, junto à Presidência da República, entendimentos no sentido da obtenção dos necessários recursos financeiros.

Rêde fundamen-
tal de si-
los eleva-
dores

Dos onze silos, com a capacidade total de 85.000 toneladas, que constituem a rêde fundamental de silos elevadores, foi iniciada a construção civil de oito, com a capacidade de 65.000 toneladas, assim distribuídas:

Silos portuários

Rio Grande	20.000	T
Pôrto Alegre	10.000	T

Silos de interior

Erechim	10.000	T
Bagé	5.000	T
São Gabriel	5.000	T
Cachoeira do Sul	5.000	T
Cruz Alta	5.000	T
Júlio de Castilhos	5.000	T

Para a construção civil das três unidades restantes situadas em Passo Fundo, Carazinho e Santa Bárbara do Sul, houve necessidade de abertura de nova concorrência, em 22 de janeiro de 1957, anulada que foi a anterior, tendo sido, após julgamento das novas propostas apresentadas, celebrados os contratos correspondentes em dezembro último e iniciadas as obras em janeiro do corrente ano.

Ainda em 1957, foi contratada a ampliação das fundações para o silo de Pôrto Alegre, ultimada em tempo hábil, de modo a permitir que o silo em aprêço seja ampliado para a capacidade máxima de 18.750 toneladas, considerando-se as condições do local ao mesmo destinado.

Prossegue satisfatoriamente o ritmo dos trabalhos de construção das oito primeiras unidades, não obstante as dificuldades de ordem financeira com que se tem debatido a autarquia.

Em fevereiro do ano transato, foram firmados os contratos para fornecimento e montagem dos equipamentos mecânicos, elétricos e pneumáticos da rêde fundamental de silos elevadores.

Tendo êsses contratos entrado em vigor somente em 1.º de outubro último, em virtude de providências de ordem cambial e relativas a licenças de importação, efetuou-se o primeiro pagamento às firmas estrangeiras fornecedoras, que estão acelerando a fabricação dos equipamentos, em contínuo entendimento com a Comissão e as empresas responsáveis pela construção civil, para que tudo se ajuste no sentido de ficarem os silos aparelhados para a própria safra tritícola.

Conforme foi anteriormente referido, planejou a Comissão, face a entendimentos entabulados entre os Governos do Estado e da União, uma rede suplementar para estocagem de mais de 100.000 toneladas.

Elaborado minuciosamente o projeto em aprêço, teve lugar, em 22 de março de 1957, a abertura de concorrência pública para construção e equipamento dessa rede de mais 17 silos, assim distribuídos: 3 de 10.000 toneladas em Pelotas, Porto Mariante e Palmelra das Missões e 14 de 5.000 toneladas, em Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha, Sarandi, Ijuí, Santo Angelo, Soledade, Belisário, São Borja, Santiago, São Luiz Gonzaga, Uruguaiana, Alegrete, Santa Maria e Encruzilhada do Sul.

Não tendo havido propostas que satisfizessem integralmente as condições estabelecidas, em especial, no tocante ao plano de financiamento necessário, indispensável se tornou a alteração das mesmas condições e a abertura de nova concorrência, encerrada em 26 de junho último, ficando revelada a possibilidade de se construir e equipar a mencionada rede com uma inversão de quase seiscentos milhões de cruzeiros, durante a referida construção e equipamento, e com um ônus futuro de onze e meio milhões de dólares, para amortização de financiamentos estrangeiros.

A concretização desses grandiosos empreendimentos está na dependência de chegarem a bom termo as aludidas negociações sobre a obtenção dos necessários recursos financeiros, a cujo respeito já há pronunciamento expresso da Presidência da República.

Simultaneamente com as providências anteriormente mencionadas, cuidou a C. E. S. A. de escolher os terrenos destinados à localização dos silos em projeto.

Para tal fim, adquiriu terreno em Ijuí e está em negociações para aquisição de outro, em Belisário.

Recebeu da Cooperativa Triticola Uruguaianense, o terreno de Uruguaiana e, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, o de São Borja.

O silo de Getúlio Vargas será localizado no mesmo terreno onde se acha atualmente o armazém pertencendo já ao patrimônio do Estado.

Para a localização do silo de Pelotas, ha entendimentos entabulados com o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais.

Os demais terrenos, com exceção do que se destina ao silo de Santa Maria e que, provavelmente, terá de ser adquirido pela autarquia, já foram doados, ou se acham escolhidos e ofertados pelas respectivas Prefeituras Municipais.

Também no setor de armazenamento, tiveram em 1957, amplo progresso os trabalhos da Comissão, quer através da ampliação do equipamento dos dez armazéns existentes, construídos em regimen de cooperação entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, quer pela construção de novas unidades, com recursos próprios da autarquia, em Hulha Negra, Ibaré, Caçapava do Sul e Canguçu.

Esses, como os demais armazéns, estão sendo equipados com balanças, para veículos e sacos, carros para transporte interno e empilhadeiras mecânicas.

Em cinco armazéns, foram, ainda, instalados secadores "Buhler", de grande potência.

Réde suplementar de silos elevadores

Réde de armazéns coletoras

Movimento
dos armazens

Em relação ao volume de cereais estocados em 1956, que totalizou mais de 807.000 sacos, registrou-se acentuado declínio no ano findo, durante o qual foram armazenados 775.343 sacos.

Foi o mesmo ocasionado, tanto pela maior presteza com que a Viação Férrea do Rio Grande do Sul atendeu às requisições de vagões para escoamento da produção tritícola — causa essa louvavelmente positiva, relativamente à economia do Estado — como, ainda, pela perda de várias lavouras de trigo, atacadas por fungos, e em consequência de acentuada redução na colheita de soja, em razão da forte estiagem que se fez sentir na zona produtora. Cerca de 98% da armazenagem coube ao trigo, com 759.190 sacos, enquanto a soja, o milho, o arroz, o feijão e outros atingiram, em conjunto, apenas 15.153 volumes.

A estocagem, por armazem, apresentou em 1957, os seguintes índices:

Estação Getúlio Vargas	121.381 sacos
Cruz Alta	110.800 "
Júlio de Castilhos	105.894 "
Bento Gonçalves	91.751 "
Carazinho	89.659 "
Sta. Barbara do Sul	81.955 "
Erechim	60.606 "
Cachoeira do Sul	50.743 "
Dom Pedrito	45.602 "
Santa Rosa	4.050 "
Cacapava do Sul	4.000 "
T O T A L	775.343 "

Expressivo foi, por outro lado, no ano transato, o volume de cereais que passou pelos limpadores instalados nos armazens de Getúlio Vargas, Carazinho, Júlio de Castilhos, Santa Bárbara do Sul, Erechim e Cachoeira do Sul, o qual totalizou 50.402 sacos.

No tocante a expurgo, as duas unidades equipadas de câmaras para esse fim proporcionaram, em 1957, eficiente tratamento a 50.917 sacos de trigo, esperando-se volume muito mais expressivo no corrente ano em virtude da instalação de câmaras em quatro novas unidades.

O secador de Bento Gonçalves fez, durante o ano, a secagem de 11.395 sacos de milho e trigo, tendo sido os demais equipamentos congêneres instalados no fim do período.

Recursos fi-
nanceiros

Para o atendimento dos diversos serviços a seu cargo, dispôs a C. E. S. A., no exercício de 1957, de recursos provenientes do financiamento concedido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a ser entregue parceladamente, de acordo com o Contrato de financiamento n.º 6, celebrado em 23 de agosto de 1956, bem como da Taxa de Coberação para construção de silos e armazéns, incidente sobre o trigo comercializado a partir de 1.º de janeiro do ano findo, nos termos da Lei n.º 2.891, de 2 de agosto de 1956, e ainda do produto da Taxa de Transportes, da renda de armazéns explorados sob regime de acordo com o Ministério da Agricultura e da contribuição do Estado para as despesas da autarquia.

Essas fontes, acrescidas dos saldos credores da Taxa de Transportes e contribuição do Estado, referentes ao exercício de 1956, deveriam ter proporcionado à Comissão, no ano transato, uma receita total de Cr\$ 302.077.110,70.

Contou a autarquia, entretanto, com recursos no montante de apenas Cr\$ 175.261.862,00, em consequência de fatores diversos, entre os quais as delongas ocorridas na tramitação, homologação e registro do contrato acima referido, que retardou a execução do esquema de financiamento, bem como do insuficiente ingresso da aludida Taxa de Cooperação, não somente em virtude do ajulzamento de inúmeros mandados de segurança, como, ainda, e principalmente, da evasão propiciada pelo atual mecanismo das compras de trigo, através do Banco do Brasil.

Esses fatores de decréscimo de arrecadação têm sido combatidos, proporcionando-se à Procuradoria Judicial da CESA os elementos necessários à defesa dos interesses do Estado e procurando-se obter, junto a CACEX do Banco do Brasil, instruções no sentido de efetuar o desconto da taxa por ocasião dos pagamentos do trigo, providência essa que, entretanto, não pôde ser objetivada, mas que teve o mérito de ensejar medida idêntica, relativamente ao imposto sobre vendas e consignações, devido pelas mesmas compras de trigo e que passou a ser descontado pelo aludido Banco.

Face aos elementos ora apresentados, adquirem mais expressivo realce as atividades e esforços da autarquia no sentido de cumprir, dentro dos meios a seu dispor, a relevante missão que lhe cabe no quadro das atividades administrativas do Estado.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DE LEITE

Como resultado dos esforços e atividades desenvolvidas pelo Departamento Estadual de Abastecimento de Leite, verificou-se, durante o ano findo, acentuado aumento da produção leiteira no Estado, ampliando-se, concomitantemente, o respectivo âmbito de penetração.

Com efeito, coroados de êxito o trabalho da autarquia, no sentido de fomentar e incrementar a produção em aprêço, registrou-se, em 1957, um acréscimo de 5.532.045 litros, sobre o total de 37.583.924 computado no ano anterior, atingindo, assim, a produção leiteira, no ano transato, o total de 43.115.979 litros recebidos no Departamento e oriundos dos vinte e oito municípios que constituem a bacia leiteira de Porto Alegre.

Esse apreciável aumento de produção, embora ainda insuficiente para atender ao consumo total da Capital do Estado, contribuiu para eliminar a necessidade dos rigorosos e incômodos racionamentos que se vinha manifestando nos anos anteriores.

Concorrendo para suprimir essa falta de leite, verificada freqüentemente no período hibernar, é de ser registrada a aquisição e emprêgo, pelo Departamento, de leite em pó, de primeira qualidade e cuidadosamente recondicionado.

Mantém o D. E. A. L., na cidade de Gramado, um posto de coleta e resfriamento que, não obstante funcionar em prédio de reduzida capacidade e dispor de material já bastante usado, vem apresentando apreciável aumento de produção, que ascenderão 600.545 litros de leite, em 1955, a 1.198.812 em 1956 e a 3.098.281, em 1957, tendo a atual administração do Departamento deliberado transformar esse posto em usina de coleta e pasteurização, com a capacidade de pasteurizar 5.000 litros por hora.

Para tal fim, foram iniciadas as respectivas obras e adquirido o equipamento necessário.

Em consequência das medidas de fomento adotadas pela autarquia, em particular, no que concerne a novas instalações e equipamentos, apresentou também a Usina de Osório expressivos índices de produção, tendo adquirido 1.715.509 litros de leite em 1957, contra 1.292.079, no ano anterior.

Dentre as usinas de coleta mantidas pelo Departamento, a de Montenegro é a que mais tem contribuído para o abastecimento da Capital do Estado, totalizando sua produção, em 1957, 2.057.055 litros.

Posto de Coleta e Resfriamento de Gramado

Usinas de Coleta e Pasteurização de Osório, Montenegro e Taquara

Será a mesma objeto de extensas reformas, achando-se já instalado novo equipamento destinado a intensificar os serviços de pasteurização.

A Usina de Coleta e Pasteurização de Taquara, instalada e inaugurada pela atual administração do Departamento, que investiu cerca de Cr\$ 7.000.000,00 na sua construção, instalações e serviços complementares, acha-se em pleno funcionamento, tendo recebido em 1957, primeiro ano de seu funcionamento, o expressivo total de 3.352.065 litros de leite.

Fabricação e fornecimento de forragem balanceada

A produção de forragem do Departamento vem se ressentindo da crescente escassez de farelo de trigo.

Esse elemento básico para a preparação de forragem concentrada vem sendo produzido em quantidades muito inferiores às reais necessidades de consumo do gado leiteiro, sendo por outro lado, apreciável parcela desse produto consumida por aves e suínos.

Em consequência dessa situação, vem a autarquia atendendo com grande dificuldade o fornecimento necessário de forragem aos seus produtores.

Para enfrentar esse problema, tornou-se necessária, como no ano anterior a importação de forragem concentrada da República Argentina e de farelo de trigo do Norte do País tendo o Departamento recebido em 1957 nessas condições, 1.000 toneladas de ração balanceada e cerca de 700 toneladas de farelo de trigo. Foram, ainda, adquiridos em São Paulo 15.000 quilos de Refinazil e 50.000 quilos de torta de amendoim.

Além dessas medidas de emergência e com o objetivo de aumentar a produção forrageira, criou o D. E. A. L. um posto de compra de milho, na localidade de Bom Retiro do Sul, no município de Taquara, situado em região de produção intensa do referido cereal, que é um dos elementos componentes da forragem concentrada, tendo sido adquiridos, no ano findo, 797.491 quilos de milho com sabugo e palha.

Por outro lado e objetivando sempre o aumento de produção de rações balanceadas para a alimentação de gado leiteiro, a atual administração do Departamento incrementou a criação de fábricas de forragens junto às diversas Cooperativas de fornecedores de leite, situadas no interior do Estado, tendo, para tanto, financiado a aquisição do respectivo maquinário, dispendendo Cr\$ 212.105,00.

Outrossim, com o objetivo de fornecer aos seus produtores ração da melhor qualidade possível, organizou o D. E. A. L. um laboratório de análises das proteínas, contidas nos componentes empregados na fabricação de forragens, além do exame realizado após seu preparo final, tendo esse novo serviço, uma vez adquirido o equipamento indispensável, entrado em funcionamento em junho de 1957.

Revenda de sementes forrageiras e patrulhas agrícolas

Outra medida posta em prática pelo Departamento, com o objetivo de fomentar e ampliar a produção leiteira, consiste na compra de sementes forrageiras e revenda aos produtores para a formação de pastagens artificiais.

Para esse fim, foram adquiridas, em 1957, as seguintes quantidades de sementes forrageiras:

Aveia	42.284	kgs.
Azevem	5.460	"
Ervilhaca	1.579	"
Feijão	2.350	"

Dedicando especial interêsse ao desenvolvimento agrícola, em particular no que concerne às referidas pastagens artificiais para alimentação do gado leiteiro, possui o Departamento atualmente, 11 patrulhas agrícolas, dentre as quais 4 cedidas por empréstimo a diversas Cooperativas de Produtores de Leite e 7 ligadas ao Serviço de Fomento, que presta assistência a todos os demais produtores não cooperativados.

Durante o ano de 1957, foram lavrados 483,50 Ha., destinados ao plantio de pastagens artificiais.

Outro setor do Departamento que apresenta especial interêsse é o relativo ao fomento animal. Esse importante serviço da autarquia não tem medido esforços no sentido de fomentar e aprimorar, cada vez mais, o plantel leiteiro que abastece a população da Capital do Estado.

Dentro de suas disponibilidades específicas tem o Departamento promovido a aquisição, dentro e fora de nossas fronteiras, do maior número possível de vacas e touros, revendendo-os aos seus fornecedores em módicas prestações mensais, não obstante os fatores desfavoráveis verificados em 1957 tais como a prolongada estiagem e o rigor hiernal, determinantes da retração de vendas de animais, bem como quanto às compras no estrangeiro, dificuldades cambiais e óbices decorrentes das leis de importação.

Constituem, ainda, atribuições do Serviço de Fomento do D. E. A. L., a assistência técnica veterinária e revenda de medicamentos, visando facilitar aos produtores sua aquisição a preço de custo.

O setor industrial do Departamento, dentro das disponibilidades propiciadas pelo excesso da produção de leite, prossegue na fabricação de sub-produtos tais como manteiga, queijos, doce de leite, requeijão e Yougurt.

Por outro lado e objetivando o aproveitamento das grandes sobras de leite, existentes no período de verão, deliberou a atual administração da autarquia construir e montar moderna fábrica de leite em pó, que constituirá a primeira indústria desse gênero, no Estado.

Com seu prédio principal já concluído, junto à Usina de Pasteurização de Taquara, e seu moderno equipamento quase totalmente montado, está prevista para abril do corrente ano a inauguração desse importante estabelecimento industrial.

Procurando sempre o aperfeiçoamento de seus serviços, adquiriu, ainda o Departamento, em 1957, novo maquinário para lavagem de recipientes, no montante de Cr\$ 4.181.000,00, e de uma nova bateadeira de aço inoxidável, com capacidade para 4.000 litros.

Propiciou, outrossim, sua colaboração e assistência técnica ao Entrepósito de Leite de Pelotas, para a obra de total recuperação e reforma desse estabelecimento, na qual foram aplicados Cr\$ 7.408.000,00, tendo sido inauguradas, em setembro último, as novas instalações do Entrepósito em aprêço.

Fomento animal e revenda de animais leiteiros

Setor Industrial e fabricação de leite em pó

Outras Iniciais

INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ

Durante o exercício de 1957, prosseguiu o Instituto Rio Grandense do Arroz no desempenho de suas atividades, a serviço da orizicultura no Rio Grande do Sul.

A orientação mantida pela autarquia, em defesa dos interesses orizícolas, manifestou-se, entre outras medidas, através da atualização da Taxa de Cooperaçãõ e Defesa, criada pelo artigo 25 da Lei n.º 533, de 31 de dezembro de 1948, e então fixada em Cr\$ 2,20, por sacco de arroz em casca.

Em consequência da depreciação inflacionária do cruzeiro, verificada no decênio de 1948 a 1957, tornou-se obsoleto o referido valor, não guardando qualquer relação com os preços mínimos, assegurados pelo Instituto para a produção arrozeira. Com efeito, o preço mínimo de garantia, fixado no montante de Cr\$ 75,00 em 1948, subiu a Cr\$ 950,00 em 1957, verificando-se um aumento percentual de 366%.

A taxa em apreço constituia, em 1948, pouco mais de 3% sobre a garantia.

Dado seu quantitativo inalterado, face à aludida alta inflacionária, baixou a mencionada percentagem a 0,6% em 1957.

Evidenciou-se, pois, a desatualização da taxa em vigor, que já não podia atender às finalidades legais para que fôra criada.

Por proposta da Diretoria do Instituto, aprovou o Conselho Deliberativo do mesmo sua elevação para Cr\$ 5,00, tendo sido a nova taxa incluída na proposta orçamentária de autarquia e aprovada pela egrégia Assembléia Legislativa do Estado, para vigência a partir de 1.º de março do ano em curso.

Os preços mínimos pagos pelo Instituto, na safra de 1956-1957, foram os seguintes: para o arroz em casca, com 55% de grãos inteiros e 13% de quebrados, de qualidade especial, com o máximo de 13% de umidade, por 50 quilos líquidos a granel, posto em seus armazéns: Japonês, Cr\$ 350,00; Blue Rose, Cr\$ 360,00.

Para o arroz beneficiado, com 64,400 quilos e o máximo de 14% de umidade, posto em seus depósitos, os preços variaram, conforme os tipos e suas proporções de canjição amarelo, para o Japonês, entre Cr\$ 750,00 e Cr\$ 660,00, e para o Blue Rose, entre Cr\$ 770,00 e Cr\$ 680,00.

Com relação ao mesmo arroz, beneficiado em seus diversos tipos e proporções, posto em armazéns do IRGA, nos pontos de embarque, no interior do Estado, os preços mínimos foram de Cr\$ 710,00 a Cr\$ 620,00 e de Cr\$ 730,00 a Cr\$ 640,00, para o Japonês e o Blue Rose, respectivamente.

Preços Mínimos

Serviço de Sementes de Arroz e Assistência Técnica

O serviço de produção de sementes, em cooperação com os lavoureiros, iniciado em outubro de 1951, apresentou, no ano de 1957, os seguintes índices, estabelecidos em comparação com os resultados obtidos em safras anteriores.

Safras	Certificados	Comercial	Terceiros	Total em sacos
1951-52	12.982	3.880	—	16.862
1952-53	16.847	4.579	2.545	23.971
1953-54	12.851	8.378	2.354	23.583
1954-55	1.490	10.568	461	12.519
1955-56	1.340	4.007	973	5.347
1956-57	4.043	—	—	4.043

Na safra 1956-57, inscreveram-se, como produtores de sementes, lavoureiros dos municípios de Arroio Grande, Bagé, Camaquã, Canoas, Pelotas e Viamão, com uma área total de 185 quadras.

Desde a safra 1952-53, mantém o IRGA, com os melhores resultados, um plano temporário de colaboração com o Instituto Agrônomo do Sul, de Pelotas, no sentido de produzir sementes de arroz, de elevado padrão de pureza para venda aos lavoureiros.

Por outro lado, continuando em sua missão de proporcionar assistência técnica direta aos arrozeiros do Estado manteve a autarquia, durante o ano findo, uma equipe de agrônomos regionais e técnicos-níveis, ladros que além de suas tarefas específicas muito tem auxiliado os lavoureiros na aquisição de máquinas, sementes, adubos, etc., encaminhando ainda, amostras de terras para análise no Laboratório de Química do Instituto.

Indenizações por queda de granizo

No ano de 1957, como nos anos anteriores prosseguiu o Instituto na indenização de prejuízos ocasionados por queda de granizo nos termos dos Decretos n.ºs 1.186 e 4.104, de 21 de março de 1950 e de 7 de agosto de 1953, respectivamente.

As indenizações pagas pela autarquia a diversos produtores, cujas lavouras foram atingidas por granizo, apresentam os seguintes totais:

Safra	Cr\$
1951-52	1.197.538,30
1952-53	70.228,50
1954-55	1.127.386,10
1955-56	3.547.967,00
1956-57	45.853,60

Das importâncias acima referidas, correspondentes às safras 1954-55 e 1955-56, parcelas de Cr\$ 81.883,30 e Cr\$ 396.144,70, respectivamente, foram pagas em 1957.

Barragem do Capané

A Barragem do Capané, situada na várzea do arroio do mesmo nome, no 2.º distrito do Município de Cachoeira do Sul, teve sua construção iniciada em 17 de março de 1946, prolongando-se os respectivos trabalhos por 3 anos e 8 meses.

A capacidade de sua bacia hidráulica é de 107.000.000 m³, segundo a medição efetuada pela Comissão Especial de Obras de Irrigação.

Desde 1948, vem a barragem em aprêço fornecendo água para irrigação de lavouras de arroz.

Na safra 1956-1957, irrigou 1.416,05406 quadras, sendo 498,02645 quadras de arroz japonês e 918,02761 de arroz blue rose. Para a safra de 1957-1958, está prevista a irrigação de mais de 1.600 lavouras, tendo sido a mesma iniciada em 13 de novembro último, ocasião em que a barragem em referência apresentava um volume de 10.865.000 m³.

No local da mencionada barragem e sob a direção do respectivo administrador, funciona, desde 1953, um Curso de Tratoristas Aradores, que já proporcionou ensinamentos técnicos a 16 turmas, com 150 alunos, dos quais 144 concluíram o aludido curso com aproveitamento.

Considerando o montante dos prejuízos que as suas colônias agrícolas vinham acarretando em todos os exercícios financeiros, pela absorção de preciosas parcelas da receita, que poderiam encontrar aplicações mais condizentes com os interesses da lavoura, providenciou o IRGA, com a aprovação de seu Conselho Deliberativo, na cessação das atividades das colônias em aprêço. A medida é plenamente justificada, não somente pelos prejuízos anteriormente aludidos, como pela circunstância de não mais preencherem essas colônias a finalidade social que constitui o objetivo de sua criação. Sua última safra será, portanto, a de 1957-58 cessando definitivamente o plantio a partir da próxima colheita.

**Cessaço de
atividades
nas colônias
agrícolas**

Adquiriu o Instituto, em 1957, mais um engenho, em Cachoeira do Sul, que ficou incorporado ao seu patrimônio, pelo valor da aquisição, no total de Cr\$ 6.200.000,00.

**Aquisições
patrimoniais**

Por outro lado e atendendo a uma antiga necessidade, adquiriu ainda a autarquia na cidade de Rio Grande, dois grandes terrenos, situados junto ao cais do porto e destinados à construção de um depósito de arroz para exportação.

Essa iniciativa constitui o primeiro passo para a solução de um antigo problema de armazenagem, no setor comercial do IRGA.

Na área em aprêço, será construído um dos maiores armazéns do Estado, destinado à estocagem de arroz das safras futuras. Terá o referido estabelecimento 8.000 m², com uma capacidade de armazenamento de mais de um milhão de sacos de arroz e contará com todos os recursos da técnica moderna, inclusive movimentação automática de carga e descarga.

Para o exercício de 1957, foi orçada uma receita de Cr\$ 1.561.500.000,00 e uma despesa de Cr\$ 1.540.122.120,00, prevendo-se um superavit de Cr\$ 21.377.800,00, a ser aplicado em investimentos, de acordo com o artigo 3.º do Decreto Legislativo n.º 876, de 17 de dezembro de 1956.

Execução Orçamentária

Durante o exercício, tornou-se, entretanto, necessário solicitar ao

egrégio Poder Legislativo suplementações diversas, no total de Cr\$ 82.690.000,00.

O vulto dessa importância é decorrente do atendimento de despesas diversas, peculiares à movimentação comercial, como transportes, impostos, taxas, emolumentos e despesas portuárias de desembaraço, cuja previsão exata é praticamente impossível.

Para o exercício em curso, foi apresentada uma proposta orçamentária, convertida no Decreto Legislativo n.º 1.106, de 19 de dezembro de 1957, equilibrando a receita e a despesa, no montante de Cr\$ 1.620.860.000,00.

INSTITUTO SUL-RIO-GRANDENSE DE CARNES

Durante o ano de 1957, prosseguiu o Instituto Sul-Riograndense de Carnes na sua relevante tarefa de amparo, fiscalização e estímulo à pecuária, indiscutivelmente uma das mais importantes fontes de riquezas do Estado.

Somou a despesa orçamentária da autarquia, durante o exercício findo, o total de Cr\$ 14.985.642,70, assim distribuídos:

Instituto	Cr\$	10.841.429,00
Dívida Pública	Cr\$	48.000,00
Departamento de Carne Verde	Cr\$	4.096.213,60

A despesa extraorçamentária, efetuada com empréstimos, indenizações, prêmios e outros encargos, montou a Cr\$ 21.438.592,90.

A cobertura dessas despesas foi efetuada mediante os ingressos resultantes das diversas atividades do Instituto, bem como de entregas, feitas pelo Tesouro do Estado, por conta da arrecadação do corrente exercício, e do exercício de 1956, totalizando uma receita de Cr\$ 40.318.052,00, afora o produto da arrecadação de taxas específicas, a cargo da Secretaria da Fazenda.

As matanças para charque atingiram, em 1957, um total de 220.427 cabeças, compreendendo 54,44% de novilhos e 45,56% de vacas. Em relação ao ano de 1956, houve uma diferença, para menos, nas matanças em aprêço, de 151.645 reses.

Matanças em
1957

As matanças para frio e conservas totalizaram 104.366 reses, distribuídas entre seis estabelecimentos, verificando-se um decréscimo de 22.095 cabeças, relativamente ao ano anterior.

Quanto ao preço médio do gado de corte no Estado, era o mesmo na abertura da safra, de Cr\$ 8,50 para novilhos e de Cr\$ 8,00 para vacas. Posteriormente, com o desenvolvimento das matanças, alcançou a cotação de Cr\$ 10,00 e Cr\$ 9,00, na mesma ordem.

Segundo o levantamento estatístico sobre a existência de charque no Estado, em 31 de dezembro de 1957, verificou-se haver, nos estabelecimentos, charque correspondente a 72.554 reses e, nos portos de embarque, 18.153 fardos.

Existência e
exportação de
Charque

Estabelecido um quadro comparativo, relativamente a igual período no ano anterior, resulta uma diferença para mais de 12.501 fardos e para menos de 117.722 reses.

Com referência à exportação do produto em aprêço, apresenta a mesma os seguintes índices: foram exportados, no decorrer do ano findo, 320.265 fardos, com 30.211.001 quilos, compreendendo êsse total 110.129 fardos, pesando 10.144.040 quilos, da safra de 1957 e um saldo de 210.136 fardos, perfazendo 20.067.041 quilos, proveniente da safra anterior e incorporada à matauça, para fins de exportação.

**Departamen-
to de Carne
Verde**

Esse Departamento vem cumprindo suas finalidades, instituído que foi para a assistência técnica e financeira destinada a regular, dentro das normas legais, o comércio e abastecimento de carne verde às populações do Estado.

A arrecadação das taxas estabelecidas pela Lei n.º 71, de 29 de novembro de 1947, está a cargo dos órgãos competentes da Fazenda Estadual e montou, no exercício encerrado em 31 de dezembro último, a Cr\$ 22.850.657,80.

Cabe ao Departamento o contrôle da cobrança das taxas denominadas de Cooperação "A" e "B", que vem sendo efetuado com a maior regularidade, tendo o tributo de que se trata atingido, em 1957, o montante de Cr\$ 18.117.645,90.

Por outro lado, as indenizações às marchantarias, vinculadas à aludida Lei n.º 71 e de que trata o art. 3.º da Lei n.º 2.410, de 20 de agosto de 1954, fixadas pela Comissão de Carne Verde, atingiram, no último exercício, o total de cêrca de Cr\$ 13.000.000,00.

Colaborou, ainda, o Departamento com a COAP, no estudo do tabelamento da carne verde, a ser fornecida à população desta Capital, tendo apresentado diversas variantes de tabelas, a fim de serem submetidas ao exame do Conselho do mencionado Órgão.

Marchantaria

O abastecimento de carne, a cargo desse serviço, realizou-se com a mais absoluta regularidade, tendo sido fornecidos os necessários suprimentos, quer aos 44 postos mantidos pelo Instituto, quer aos 22 açougues particulares que se abastecem na marchantaria do aludido Órgão.

Foi, também, abastecida a quase totalidade dos açougues da vizinha cidade de Guaíba, onde são abatidos os gados para o Serviço de que se trata.

Adquiriu o mesmo gado para abate, em diversos municípios do Estado, totalizando, no ano findo, 23.201 reses, dentre as quais 15.198 novilhas e 8.003 vacas.

Releva notar, como fato auspicioso, a desnecessidade de se recorrer ao consumo de carne congelada, bem como a qualquer racionamento, apesar da prolongada estiagem que assolou grande parte do Estado, prejudicando o engorde dos gados de corte.

**Populações
pecuárias do
Estado**

De conformidade com a última estimativa, estabelecida para o ano de 1956, sobre as populações pecuárias do Estado, em particular, no que concerne a ovinos, bovinos e suínos, a população ovina, a mais numerosa, totaliza 11.468.800 cabeças, seguida da bovina, com 9.309.500 e da suína com 5.216.600.

OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS

Durante o ano de 1957, as atividades desenvolvidas pela Secretaria das Obras Públicas tiveram por escopo não somente a continuidade de obras já anteriormente iniciadas e cuja conclusão foi prevista ainda no atual período governamental, como também a planificação, início e desenvolvimento de obras novas, cuja urgente realização é imposta pelo crescente progresso econômico do Estado.

A execução dessas obras, efetuada dentro das atuais disponibilidades de recursos financeiros, teve seu pleno rendimento assegurado pelo esforço e eficiência dos diversos setores e órgãos técnicos administrativos da Secretaria em aprêço.

Tem a Diretoria Administrativa a seu cargo a centralização, orientação e execução de todos os serviços administrativos indispensáveis à plena realização das tarefas e empreendimentos cometidos à aludida Secretaria. Através de suas Seções de Expediente e Pessoal, de Orçamento, de Contabilidade e do Almoxarifado, cumpriu esse órgão, no último exercício, seus múltiplos encargos burocráticos em ritmo condizente com as exigências dos trabalhos propriamente técnicos, confiados a outros setores da pasta.

Diretoria Administrativa

Constitui essa Diretoria, pela natureza de suas atribuições, um dos setores mais importantes da Secretaria de Estado em referência, quer pelas novas construções iniciadas, quer pelos serviços de conservação de obras já concluídas.

Diretoria de Obras

Na seção de obras novas, foram atendidas as fiscalizações de 29 obras, sendo 11 na Capital e 18 no interior do Estado.

Acham-se em andamento as seguintes obras, executadas por administração direta: Quartel Central do Corpo de Bombeiros, Colégio Estadual Júlio de Castilhos, ampliação do prédio da Secretaria, Colégio Estadual Lemos Junior, de Rio Grande. Encontra-se, ainda, em fase final a ampliação do edifício destinado à Escola Técnica de Comércio Getúlio Vargas e a execução de reformas gerais no mesmo edifício.

Com a primeira dentre as obras acima relacionadas, despendeu-se, no último exercício, a importância de Cr\$ 11.255.843,20, dos quais Cr\$ 4.358.762,80 em regime de adiantamento. Foram investidos, na segunda, até 31 de dezembro último, Cr\$ 17.882.714,00, dos quais Cr\$ 5.971.459,60 concedidos pelo Governo da União, em cumprimento de convênios celebrados.

Nas obras de ampliação do edifício da Secretaria, ora em fase

Dnal, foram empregados, até o ano findo, recursos no montante de Cr\$ 8.552.510,20, e nas relativas à Escola Getúlio Vargas, Cr\$ 4.152.632,00.

São as seguintes as principais obras fiscalizadas e administradas pela Secção em referência, mencionando-se, junto a cada uma, a importância dispendida no exercício: Palácio da Justiça (Cr\$ 6.722.901,40); Instituto de Pesquisas Biológicas (Cr\$ 7.334.358,90); Escola Técnica Agrícola, de Palmeira das Missões (Cr\$ 650.000,00); Escola Normal Oswaldo Cruz de Passo Fundo Cr\$ 1.269.800,00); Escola Normal Duque de Caxias, de Caxias do Sul (Cr\$ 5.150.000,00); segunda etapa da Escola Artesanal de Bagé, concluída (Cr\$ 1.120.846,70); Escola de Iniciação e Mestria Agrícola de Viamão, inclusive instalações de cozinha (Cr\$ 4.000.175,00); Escola Técnica Protásio Alves, de Porto Alegre (Cr\$ 4.200.000,00); Escola Técnica Parobé, de Porto Alegre (Cr\$ 1.740.000,00); Ginásio Estadual de Livramento (Cr\$ 5.829.750,00); Ginásio Estadual de Palmeira das Missões (Cr\$ 1.700.000,00); Ginásio Salgado Filho, de São Francisco de Assis, concluído, Cr\$ 2.838.057,80); Grupo Escolar Sarmiento Leite, de Porto Alegre (Cr\$ 1.458.000,00); Grupo Escolar Frigorífico Armour, de Livramento, concluído (Cr\$ 1.606.258,50); Inspetoria Veterinária de Santa Vitória do Palmar, concluída (Cr\$ 50.000,00); Inspetoria Veterinária de Herval do Sul, concluída (Cr\$ 47.584,00); Exatoria Estadual de Santa Maria (Cr\$ 1.750.000,00); Exatoria Estadual de Santa Vitória do Palmar (Cr\$ 1.620.000,00); Exatoria Estadual de Rosário do Sul (Cr\$ 600.000,00).

Efetivou, ainda, o órgão em exame 15 vistorias e prestou assistência técnica a 4 obras, tendo emitido pareceres relativos a 22 concorrências realizadas.

A Secção de Conservação e Cadastro, que, conta com uma turma volante para trabalhos de construção e reparos de prédios, realizou 75 obras diversas, no valor total de Cr\$ 4.270.000,00. Para o atendimento de reparos urgentes e de pouca monta, em vários municípios, foram distribuídos créditos no montante de Cr\$ 575.100,00. Contratou, ainda, a Secção 43 empreitadas com terceiros, para a execução de obras no valor de Cr\$ 10.134.357,00. Sobem, pois, a Cr\$ 15.512.727,00 os recursos empregados nesse setor, no ano de 1957.

Coube à Secção de Eletricidade a realização de projetos de instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, bem como a fiscalização e execução de plantas aprovadas. Pela Secção em aprêço, foram executados apreciáveis serviços, num total de 293, incluindo projetos, fiscalizações, elaboração de plantas, etc.

Outrossim, elaborou a Diretoria em exame, no ano findo, 19 projetos e 9 anteprojetos, para obras na Capital e no interior do Estado.

Diretoria de Saneamento e Urbanismo

As atividades a cargo dessa Diretoria, cuja importância é desnecessário ressaltar, processaram-se em diversos setores de trabalho. Ligada ao órgão em referência, acha-se a execução, em ritmo acelerado, do Plano de Saneamento, que, por si só, constitui iniciativa de elevado alcance social, destinada a profunda repercussão no campo da saúde pública e em setores administrativos correlatos.

No que respeita à elaboração de projetos, considerável foi o desenvolvimento das atividades da secção respectiva, face à intensificação dos trabalhos do Plano de Saneamento do Estado.

Foram diretamente elaborados pela mesma os projetos de abas-

tecimento d'água das cidades de Carazinho, Nova Petrópolis, Santiago, São Sepé e Sapiranga, bem como da ampliação e reforma da hidráulica de Dom Pedrito. Encontram-se em fase final os projetos relativos às cidades de Bom Jesus, Caçapava, Encruzilhada, Gramado, Lagoa Vermelha, Marcelino Ramos, Santa Rosa e Taquari.

Empreitou, ainda, o órgão em exame, projetos de abastecimento hidráulico para as cidades de Antônio Prado, Cêro Largo, Encantado, Espumoso, Flôres da Cunha, General Vargas, Herval, Horizontina, Jaguarí, Não Me Toque, Nova Prata, Panambi, Roca Sales, Rolante, São Francisco de Assis, São Pedro do Sul, Santo Antônio, Três de Maio e Veranópolis, achando-se diversos outros em fase de concorrência.

A cargo da mesma Secção, foi, também, executada a preparação de projetos e especificações para a construção dos reservatórios d'água de 19 sedes municipais. Por outro lado, projetou e orçou o setor de rêsdes 181 ampliações ou extensão de rêsde d'água e 12 de rêsdes de esgotos.

No transcorrer do ano findo recebeu a Secção de Urbanismo 45 ordens de serviço, das quais 20 foram concluídas. Entre as principais realizações a cargo dêsse órgão, figura a orientação e lançamento do concurso público de urbanismo, para o aproveitamento da área de terras de 22 mil hectares, próxima às pontes de travessia do delta dos rios Jacuí e Guaíba. Concluiu, ainda, a referida secção oito levantamentos topográficos dos quais três por execução direta, nas cidades de Aratiba, Marau e Não Me Toque, e seis por empreitada, nas cidades de Casca, Crissiumal, Giruá, Porto Lucena e Santo Cristo.

Acham-se ultimados entre outros trabalhos urbanísticos, os planos diretores de Espumoso, Gramado, Livramento, Nova Petrópolis, Tapera e Três de Maio e preplanos diretores de Espumoso e Panambi. Entre os trabalhos em andamento, cumpre ressaltar os planos diretores de Alegrete, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul e Santa Cruz.

No que concerne à assistência técnica urbanística, entre diversos trabalhos, pareceres e projetos concluídos ou em andamento, referentes a praças, logradouros, rêsdes pluviais, etc., cumpre mencionar a pavimentação de Flôres da Cunha, Frederico Westphalen, São Sepé e Tapera e a ampliação do Plano Diretor de Passo Fundo.

Cabe ao Laboratório Central da Diretoria orientar e supervisionar tecnicamente o tratamento d'água e de esgoto, bem como a condução e contrôle laboratorial das hidráulicas exploradas pelo Estado.

Sob sua orientação, foram instalados e equipados com tôda a aparelhagem necessária, material e reativos, os laboratórios das estações de tratamento de água de Farrroupilha, Guaíba, Gravataí, Ijuí, São Francisco de Paula e Viamão.

Entre outras tarefas, realizou o Laboratório Central as seguintes: adição de fluor às águas de consumo público; estudos relativos ao armazenamento de amostras para exames bacteriológicos e físico-químicos; estudos sôbre as causas que dificultam a floculação das águas e estudos em geral, para projetos de estações de tratamento d'água.

Foram concluídas, através da secção competente as obras da hidráulicas de Farrroupilha, Guaíba, Gravataí, São Francisco de Paula (excetuada a barragem de acumulação) e Viamão.

Tiveram início os trabalhos de construção e instalação das hidráulicas de Bom Jesus, Caí, Nova Petrópolis e Sapiranga.

Prosseguiu a execução das obras relativas as hidráulicas de Arroio do Meio, Canela, Candelária, Carazinho, Encruzilhada do Sul, Frederico Westphalen, Garibaldi, Getúlio Vargas, Guaporé, Ijuí, Lajeado, La-

vras do Sul, Osório, Palmeira das Missões, Pinheiro Machado, Piratini, Quaraí, Santiago do Boqueirão, Santa Rosa, São José do Norte, São Francisco de Paula, São Lourenço, Sobradinho, Taquarí, Tramandaí e Três Passos.

Foi, ainda, ampliada a hidráulica de Bento Gonçalves, tendo sido realizadas obras de esgoto cloacal em Passo Fundo.

Aos Serviços Industriais do Estado, cabe a manutenção e exploração dos serviços de água e esgoto.

No transcurso do ano findo, mantiveram os referidos Serviços o fornecimento de água tratada a 34 municípios, tendo incorporado as hidráulicas de Farroupilha, Guaíba e Gravataí, que já se encontram em funcionamento.

Acham-se em regime de experimentação as hidráulicas de Taquarí, São Francisco de Paula, Sarandi e Viamão.

As atividades do serviço em aprêço apresentam os seguintes índices:

Produção de água tratada nas hidráulicas exploradas pelo Serviço		17.073.055m ³
Despesa com a exploração e fornecimento	Cr\$	46.011.537,50
Receita oriunda dos fornecimentos	Cr\$	44.115.583,40
Deficit verificado	Cr\$	1.895.954,10
Média mensal de prédios abastecidos nas diversas cidades		56.419
Custo médio do metro cúbico de água tratada .	Cr\$	2,69

Esta Comissão, que tem por finalidade complexas tarefas de estudos, projetos e execução de obras de irrigação, desincumbiu-se normalmente de suas múltiplas tarefas, durante o ano findo.

Entre seus inúmeros serviços, realizados em 1957, destacam-se:

Levantamentos topográficos — Foram executados, entre outros, os seguintes trabalhos: Continuação do levantamento topográfico da bacia de acumulação da barragem de Ibirapuitã, em Alegrete; levantamento topográfico, renovação dos furos de sondagem, elaboração do perfil de sondagem e traçado das curvas de Rippl para estudos hidrológicos, na barragem do Instituto de Pesquisas Hidráulicas; determinação da quota de nível d'água na ponte da Viação Férrea, sobre o Rio dos Sinos, entre São Leopoldo e Taquara; demarcação da curva de nível 35, na zona do projeto da barragem do Duro

Serviços de Hidrologia — Foi dado prosseguimento à coleta de dados meteorológicos, em todos os postos desse setor, existentes nos municípios de Alegrete, Cachoeira do Sul, Camaquã, Caxias do Sul, Encruzilhada e Rio Pardo, dados esses que, devidamente organizados, fornecem elementos para os projetos em elaboração.

O Setor da Agronomia, além dos estudos agrônomicos realizados na sede da Comissão, relativamente às terras dos locais onde se projetam obras de irrigação e drenagem, mantém, ainda, um campo experimental situado na zona do Arroio Duro, no Banhado do Colégio, em Camaquã, com uma área de cerca de 2 ha., dotada de instalações diversas e um açude para irrigação. No ano transato, foram, no mesmo, realizados diversos ensaios de irrigação e adubação, com cereais e produtos agrícolas.

A Seção de Obras e Fiscalização manteve, também, intensa atividade, através de seus diversos setores, tendo vistoriado 21 açudes, em diversas cidades do Estado e realizado a perfuração de poços, para

abastecimento d'água, nos diversos municípios do interior, bem como sondagens geológicas, no local da barragem do Instituto de Pesquisas Hidrológicas.

Mediante trabalhos diretamente executados pela Comissão, foram perfurados poços nas cidades de Canoas (6), Carlos Barbosa, Esteio, Farroupilha, Flóres da Cunha, Horizontina, Júlio de Castilhos, Nova Petrópolis, Passo Fundo, Santiago, Santo Antônio, São Valentim, Venâncio Aires e no futuro Jardim Botânico, nesta Capital.

Por contrato firmado com a Companhia T. Janer, foram, ainda, efetuadas perfurações de poços em Guarama, Horizontina, Não Me Toque, Nova Petrópolis, Panambi, Roca Sales, Santiago, Sapiranga e Venâncio Aires.

Apresentou, ainda, a Comissão o projeto definitivo do Reservatório do Duro, em Camaquã, elaborado pelo setor competente e que, após a aprovação do titular da pasta das Obras Públicas, foi remetido em 16 de abril de 1957, ao DNOS, para a construção. Foram, outrossim, executados pelo mesmo setor, entre outros trabalhos de menor importância, os seguintes: estudo e cálculo da drenagem da Lagoa Negra; estudo do tipo de barragem para Bom Jesus, em colaboração com a Diretoria de Saneamento e Urbanismo e organização do parque turístico de Itapuã.

O exercício encerrado em 31 de dezembro último foi de intensa atividade para esse Departamento, ao qual incumbem, entre outras, as relevantes tarefas do Plano de Construção e Melhoramento de Aeroportos, executadas mediante recursos provenientes da Taxa de Transportes e de dotações concedidas pelo Governo Federal.

Departamento
Aeroviário

Pelos serviços de construção e conservação, foi levada a efeito, nas cidades de Carazinho, Garibaldi, Passo Fundo, Santa Rosa, Santiago, Sarandi e Soledade, a construção de aeroportos, dotados de pistas de aterragem, com 1.200 m., de comprimento, no mínimo, permitindo a operação de aviões DC 3 e C 46, estações de passageiros e pátios de estacionamento de aeronaves. Alguns desses aeroportos já foram entregues ao tráfego e outros aguardam homologação.

Foram outrossim, iniciadas as obras dos aeroportos de Getúlio Vargas, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Palmeiras das Missões e Três Passos, que terão as mesmas características dos anteriormente citados.

Prosseguiram as obras de pavimentação em concreto da pista do aeroporto de Pelotas, cujos primeiros 1.200 m serão entregues ao tráfego nos primeiros meses do corrente ano, tendo sido, ainda, executadas obras de ampliação, melhoramentos e consolidação de pistas nos aeroportos de Porto Alegre, Bagé, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Dom Pedrito, Jaguarão, Santa Maria e São Borja.

No que concerne a estudos e projetos, foram efetuados levantamentos completos em 28 municípios do Estado, tendo sido executados, no ano transato, 19 projetos referentes a aeroportos. Procedeu, ainda o órgão em exame ao estudo da situação dos aeroclubes, para elaborar um programa de amparo oficial a essas entidades, que receberam, em 1957, auxílios no total de Cr\$ 3.500.000,00.

Dispõe o Departamento de três aviões CESSNA, que, além de atenderem às necessidades de serviço do órgão a que pertencem, prestaram auxílios a diversos outros setores da administração, tendo efetuado 135 vôos, com um total de 499,80 horas, percorrendo 119.362

quilômetros e transportando 344 passageiros e 4.391 kg de carga. Foram realizadas 402 visitas de inspeção a aeroportos.

Movimento de verbas — Na execução dos trabalhos acima enumerados, dispendeu o Departamento a importância de Cr\$ 76.320.740,40, proveniente de dotação orçamentária específica estadual, acrescida de créditos especiais, e de verba federal, correspondentes a convênios diversos.

Comissão Estadual de Comunicações

Instituída por Lei n.º 2.056, de 17 de março de 1953, com as atribuições estabelecidas no artigo 181 da Constituição do Estado, prosseguiu a Comissão Estadual de Comunicações em suas atividades, no ano de 1957, realizando tombamentos em bens das empresas concessionárias, estudando projetos de revisões de tarifas a serem adotadas e administrando diretamente, em regime de cooperação com as Prefeituras a montagem de linhas e centros telefônicos de longa distância.

Acham-se em serviço as linhas físicas Bento Gonçalves-Santa Tereza; Erechim-Gaurama; Palmeira-Panamby; Santo Ângelo-São Luiz Gonzaga; e Vacaria-Lagoa Vermelha, na extensão total de 286 km. e a ligação em V. H. F. entre Rio Grande e São José do Norte. Encontram-se em vias de conclusão, as linhas físicas Gaurama-Marcelino Ramos; Lagoa Vermelha-Sananduva; Panamby-Cruz Alta; São Pedro-Jaguari-Santiago, na extensão total de 245 km. Estão sendo executadas as linhas Agudo-Marupiara; Lavras-Bagé; Palmeira-Frederico Westphalen-Iraí; Roca Sales-Santa Tereza; Santo Ângelo-Buriti-Colônia Municipal e Colônia Vitória; Sobradinho-Candelária; Soledade-Venâncio Aires; e Taquara-Rolante-Riozinho, na extensão total de 448 km.

Acham-se, ainda, projetadas, ou em experimentação, numerosas linhas telefônicas inter-municipais, e ligações em V. H. F., tôdas de acentuado interesse para as regiões a que servirão.

Manteve o órgão em aprêço fiscalização permanente sobre os bens da Companhia Telefônica Nacional, para verificar a aplicação da receita tarifária de acôrdo com os encargos previstos, efetuando, outrossim, o exame e aprovação de planos parciais de ampliação dos serviços da mesma Companhia, em algumas regiões do Estado.

Realizou-se o tombamento físico e contábil dos bens da Companhia Telefônica Melhoramentos e Resistência, de Pelotas, fixadas novas tarifas e efetuado exame de contas, de acôrdo com os encargos previstos, entre os quais a instalação de 2.000 linhas automáticas, na referida cidade.

Foi aberta concorrência pública, para concessão dos serviços telefônicos no Estado, propondo-se as companhias anteriormente mencionadas e outras empresas em organização a desenvolver serviços locais e de longa distância, em diferentes partes do território estadual.

Os planos respectivos foram submetidos à consideração do egrégio Poder Legislativo, através de anteprojeto dispondo sobre concessão e autorização para autofinanciamento pelos interessados.

Serviço Estadual de Turismo

Este Serviço tem a seu cargo organizar, orientar, difundir e desenvolver o turismo no Estado, propiciando condições de acesso, higiene e conforto às estações balneárias, hidrominerais, climáticas e de repouso, sob a orientação do Conselho Estadual de Turismo.

Realizou o referido órgão no ano findo, os seguintes trabalhos: ampliação e melhoramentos no balneário de Irai, em convênio com a Prefeitura Municipal; exposição fotográfica de atrações turísticas rio-grandenses, junto à Exposição Nacional da Indústria Hoteleira; desapropriação da área da Cascata e planejamento do parque estadual do Caracol; prosseguimento das obras de proteção e melhoramento, dos rochedos de Torrões; contribuição para a realização, em Porto Alegre, do X.º Congresso Nacional Hoteleiro; lançamento do concurso fotográfico intitulado "Turismo no Rio Grande do Sul"; planejamento da desapropriação da Ilha da Lagoa dos Barros; declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, da área em Itapuã, destinada à criação de um Parque Estadual de Turismo.

Entre as obras a cargo do aludido órgão, merece especial referência o Jardim Botânico da Capital do Estado.

Os respectivos trabalhos tiveram início em abril de 1957, desenvolvendo-se num ritmo acelerado. Afora trabalhos preliminares da terraplenagem, preparo do terreno, movimentação de terras, etc., foi efetuada a plantação de palmeiras e árvores de espécie das coníferas, bem como serviço de ajardinamento e plantação de grama e início da construção de 2.000 m de cerca

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

O Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais prosseguiu durante o ano findo, na execução do programa que elaborou para assegurar um transporte hidroviário eficiente e indispensável à economia do Rio Grande do Sul.

Sua direção tem estimulado os diversos órgãos que lhe são subordinados, no sentido da introdução de métodos de trabalho e da aquisição de equipamentos capazes de trazer maior produtividade e rendimento aos diversos setores e serviços, objetivando o desenvolvimento harmônico das atividades necessárias à solução do problema hidroviário.

Tem o Departamento procurado atingir as metas que se impôs ampliando os horizontes de trabalho em que opera, mediante a realização das obras e melhoramentos a seu cargo dentro das existentes disponibilidades de recursos.

Numerosas medidas de caráter técnico e administrativo foram tomadas pela Direção Geral do Departamento, durante o último exercício, visando aperfeiçoar o funcionamento dos diversos serviços, bem como obter uma maior cooperação entre a autarquia e as demais entidades oficiais, estaduais ou federais, a que está ligada por força de suas atividades.

Administração superior e órgãos técnicos

A necessária compressão imposta desde o início do ano, às despesas orçamentárias, restringiu, certamente a execução plena do programa de trabalho estabelecido.

Não obstante, tiveram prosseguimento a realização das iniciativas existentes e a colimação dos objetivos estabelecidos.

Entre as grandes obras e aquisições, para as quais foram abertas concorrências públicas e que deverão ser custeadas pela Taxa de Transporte, devem ser enumeradas:

Construção das fundações do edifício sede da DRG, no valor de Cr\$ 3.100.650,00; construção de uma ala do edifício sede da DRG, no valor de Cr\$ 9.475.816,66; ampliação de um armazém no porto de Rio Grande, no valor de Cr\$ 4.181.150,00; construção da ponte ferroviária no Saco da Mangueira, Rio Grande (na fase de contrato), no valor de Cr\$ 12.191.434,00; aquisição de 60 auto-empilhadeiras de 4.000 libras; 20 auto-empilhadeiras de 1.500 libras; 6 auto-guindastes de 15.000 libras, além de muitas outras aquisições e execuções de menor vulto.

O Conselho Técnico, em sua função de assessoramento da Diretoria Geral, examinou, entre outros assuntos, dois da mais acentuada

importância para o Departamento: o projeto de reenquadramento de seus servidores e o primeiro Plano Hidroviário.

Dentro de suas atribuições de realizar estudos, projetos, pesquisas, fiscalizações, etc., efetuou o Gabinete de Estudos Hidroviários, entre outros, os seguintes trabalhos, a cargo de seus setores de estudos e projetos:

Elaboração de 18 editais de concorrência pública para aquisição de equipamento e aparelhagem portuária, equipamento de dragagem e de construção para diversos fins; parecer sobre o 1.º Plano Hidroviário; participação na Comissão de Estudos na elaboração de edital para zoneamento das ilhas fronteiras a Porto Alegre; coleta de elementos para as barragens de navegação no rio Jacuí, em colaboração com a D.V.F.; estudo de alteração e elaboração de plantas do Entreposto J. M. Mascarenhas no porto de Rio Grande; estudo de recuperação de áreas no porto de Rio Grande; estudo das obras complementares do pier petroleiro em Rio Grande; projeto das linhas férreas do Porto Novo de Rio Grande; projeto da casa de bombas da hidráulica do Porto de Rio Grande; projeto de urbanização e dragagem do Saco do Cabral, em Porto Alegre, e fiscalização de obras diversas no Cais de Navegantes.

Execução orçamentária

O resultado da execução orçamentária, no exercício de 1957, apresenta os seguintes elementos:

Receita realizada	Cr\$	702.026.664,20
Despesa empenhada	Cr\$	662.179.136,80
Resultado positivo parcial	Cr\$	<u>39.847.527,40</u>

Menos:

Créditos deferidos para 1958:

Taxa de Transportes	Cr\$	48.841.112,90
Deficit na execução orçamentária	Cr\$	<u>8.993.585,50</u>

Trata-se de dados levantados de forma extra-contábil que pouco serão, porém, afetados pelas possíveis alterações, ocorridas por ocasião do encerramento do balanço do exercício.

O resultado obtido pode ser considerado auspicioso, considerados os totais da despesa fixada e receita prevista para o exercício em apêço.

Divisão de Portos e Canais de Porto Alegre

Os trabalhos e realizações da Diretoria Industrial, da Divisão de Portos e Canais de Porto Alegre, órgão encarregado de dirigir o Porto da Capital do Estado, são expressos através dos seguintes dados colhidos no exercício de 1957:

Movimento de embarcações:	
Longo curso e cabotagem	1.937
Pluvial e lacustre	<u>30.354</u>
	32.291

Movimento de mercadorias:

Longo-curso: Importação	211.481 t
Exportação	198.564 t
	<hr/>
	408.048 t
Cabotagem: Importação	355.913 t
Exportação	651.993 t
	<hr/>
	1.007.908 t
Fluvial e lacustre:	
Importação	1.735.960 t
Exportação	140.545 t
	<hr/>
	1.876.505 t
	<hr/>
Total Geral	3.292.459 t

A receita da referida Diretoria atingiu o montante de Cr\$
250.848.651,70.

Pelo Entrepasto Frigorífico, foram movimentados 296.823 volumes, com o peso total de 8.196 toneladas, tendo a respectiva arrecadação atingido a importância de Cr\$ 5.214.465,50.

Cumpra mencionar, ainda, a instalação dos Silos de Emergência, do Serviço de Expansão do Trigo, para melhoria do escoamento da safra tritícola.

A Diretoria Técnica da Divisão em aprêço vem desenvolvendo, nos últimos anos, em sua Seção de Oficinas, grandes atividades, para atender a conservação e reparação da aparelhagem naval portuária, dos edifícios e vias férreas do cais, tendo realizado, entre outros, os seguintes trabalhos:

Recalçamento da faixa portuária interna; substituição dos dormentes em mau estado, levantamento e nivelamento linha férrea interna; reparação geral em quatro guindastes; reforma geral da draga 20 de Setembro; revisão e ajustagem da máquina da draga Governador Dornelles e ajustagem da máquina do rebocador General Netto.

Pela Seção competente da aludida Diretoria, foram dragados 10.930 m³, ao longo do Cais Mauá e na bacia de evolução das barcas do DAER, em Assunção e Guaíba.

Os serviços de batizamento dos canais de acesso e da bacia de evolução do porto foram mantidos normalmente, tendo sido, ainda, executados diversos trabalhos topo-hidrográficos.

Diretoria Industrial — O movimento de embarcações e mercadorias, no porto de Rio Grande, apresentou, no ano transato, os seguintes índices:

Divisão de
Portos e Canais de Rio
Grande

Movimento de embarcações:	
Longo-curso e cabotagem	1.727
Fluvial e lacustre	2.372
	<hr/>
	4.099

Movimento de mercadorias:

Longo-curso: Importação	931.688 t
Exportação	44.278 t
	<hr/>
	875.966 t
Cabotagem: Importação	206.286 t
Exportação	427.089 t
	<hr/>
	633.375 t
Fluvial e lacustre:	
Importação	87.039 t
Exportação	554.558 t
	<hr/>
	641.597 t
Total Geral	<hr/> <hr/> 2.250.938 t

A receita da Diretoria em referência atingiu, no mencionado exercício, o total de Cr\$ 163.204.345,00.

Diretoria Técnica — A Seção de Oficinas e Conservação dessa Diretoria desenvolveu intensa atividade, tendo, afóra outros serviços de manutenção e conservação da aparelhagem portuária e do parque naval de dragagem e de balizamento, realizado os seguintes trabalhos:

Início de obras de reforma nos telhados dos armazéns de Porto Novo; reforço das amarrações do guincho da carreira; início dos trabalhos de canalização de água salgada para a Companhia Swift do Brasil; reparação geral de 3 locomotivas pequenas e reparação geral e adaptação de um motor diesel de 240 HP, em substituição à maquinaria de vapor, no rebocador "Rienzi".

O serviço de dragagem, a cargo da seção competente, embora de frontando-se com dificuldades decorrentes da escassez de combustível e peças sobressalentes para as dragas, manteve em satisfatórias condições de navegabilidade os canais de acesso e a bacia do porto, tendo sido, ainda, dragadas as docas e trapiches do Porto Velho e, por solicitação da Prefeitura de São José do Norte, a doca dessa cidade.

O Serviço de Fixação de Dunas teve desenvolvimento superior ao dos anos anteriores procedendo à fixação de grande trecho com lomba verde, na estrada de ferro leste, e iniciando com grande êxito, em São José do Norte, a plantação atrás das dunas, próxima à referida cidade.

A Seção de Barra e Balizamento manteve em condições normais, o balisamento da Barra, do Canal do Norte até a Curva do Medanha, tendo ainda executado o prolongamento do atêrro para o ponto do Saco da Mangueira.

Merecem referência trabalhos portuarios, realizados em Rio Grande, a cargo de outros órgãos, tais como a construção do "pier" petrolleiro e prosseguimento das obras do Cais Swift, executados pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, e a construção de um silo no Porto Novo, com capacidade de 20.000 toneladas, promovida pela Comissão Estadual de Silos e Armazéns

Diretoria Industrial — Apresentou os seguintes totais o movimento de mercadorias e embarcações, verificado em 1957 no porto de Pelotas:

Divisão de
Portos e Ca-
nais de Pelotas

Movimento de embarcações:

Longo-curso e cabotagem	430
Cabotagem lacustre e fluvial	653
	<u>1.083</u>

Movimento de mercadorias:

Longo-curso: Importação	4.252 t
Exportação	— t
	<u>4.252 t</u>
Cabotagem: Importação	61.844 t
Exportação	77.439 t
	<u>139.283 t</u>
Fluvial e lacustre: Importação	9.045 t
Exportação	5.026 t
	<u>14.671 t</u>
Fluvial: Importação	35.348 t
Exportação	5.091 t
	<u>40.439 t</u>
Total Geral	198.044 t

A receita da Diretoria Industrial atingiu, no ano findo, o total de Cr\$ 15.005.983,60.

Diretoria Técnica — Os serviços de dragagem abrangeram um volume de 992.579 m³, sendo conservados 2.690 m de canal.

O serviço de balizamento foi mantido no mesmo ritmo dos anos anteriores, tendo sido introduzidos melhoramentos consistentes na colocação de uma bola de luz verde, próxima ao casco sossobrado do navio "Novo Ajudante", na Lagoa dos Patos e de uma bola cega, na ponta do banco "Cristovão Pereira".

Pela Secção de Oficinas e Conservação foram executados, entre outros serviços de manutenção e conservação de embarcações, a reparação geral do motor de 85 HP da lancha "Piratini", do rosário da draga "Bicalho", dos acessórios das caldeiras, válvulas e bomba de sucção da draga "Antônio Pradel"; a construção de um flutuante com 5 guinchos e a confecção de 10 bicos para queima de "fuel.oil".

Obras do Porto de Pelotas — As obras de reconstrução e ampliação do Porto de Pelotas, interrompidas desde 20 de fevereiro do ano findo por deficiência de recursos financeiros, tiveram seu reinício autorizado em 23 de outubro último.

Tais obras já permitem a acostagem de navios, num trecho contínuo de 300 m de cais, incluindo 190 m inteiramente concluídos, que permitem operação portuária.

Para o prosseguimento dessas obras, despendeu-se, no exercício, a importância de Cr\$ 610.322,30, atingindo a despesa total, a partir do início das mesmas, o montante de Cr\$ 45.680.968,70.

Divisão de
Vias
Fluviais

Avulta cada vez mais a importância dos encargos dessa Divisão, no conjunto das atividades do Departamento.

Cabe-lhe o estudo e melhoramento das vias fluviais, no sentido de ampliar e aperfeiçoar o transporte hidroviário, a serviço das zonas produtoras, conferindo-lhe, por essa forma, o lugar que lhe compete na economia do Estado.

Prosseguem os estudos, levantamentos e projetos, realizados pela respectiva Diretoria Técnica, através de suas seções competentes, destacando-se o estudo e projeto definitivo da regularização do baixo da Volta dos Paus, no rio Jacuí.

No que concerne a estudos hidrologicos, desdobram-se as atividades por três setores: Pôrto Alegre, Encantado e Cachoeira do Sul.

No Setor de Pôrto Alegre, acham-se instalados 34 postos diversos, compreendendo 24 escalas hidrométricas, 3 postos do tipo I e 7 postos dos tipos II e III, tendo sido efetuados, durante o ano, trabalhos de inspeção e conservação em toda a rede e realizadas 24 medições de descarga no Jacuí, para estudos de regularização.

A rede dos postos instalados no Setor de Cachoeira do Sul consta, atualmente, de 30 unidades, compreendendo 6 de escalas hidrométricas, 2 postos do tipo I e 13 dos tipos II e III.

Afora as tarefas normais de inspeção e conservação, foram realizadas 34 medições em diversas bases de medição de setor, tendo sido ampliada a instalação de 9 postos e alterada a localização das unidades situadas em Sobradinho e Caçapava.

Foram concluídas a reforma geral da sede e a organização de novo local, para a instalação do posto central do Setor de Encantado.

Conta o mesmo com uma rede de 49 postos, incluindo 8 escalas hidrométricas, 4 unidades do tipo I e 37 dos tipos II e III.

Durante o ano findo, foram efetuadas 8 medições de descarga, na base de Encantado, além dos trabalhos normais de inspeção e conservação, tendo sido alterada a localização dos postos de Arvorezinha, Carazinho e Dois Lajeados.

Os serviços de levantamentos topo hidrográficos empreenderam as seguintes realizações:

Levantamentos do rio Gravataí até Cachoeirinha, inicialmente, e depois, do rio Cai da foz até São Sebastião do Cai; levantamento do rio Ibicuí desde Jacaquá até a foz; levantamentos do rio Ibicuí, de Umbu até Jacaquá e levantamentos do rio Jacuí, nos trechos de obras de regularização, e de reconstrução de poligonal do levantamento anterior.

Os serviços de dragagem dos canais interiores, aparelhados em 1957, com mais duas lanchas e um acampamento flutuante, abrangearam os rios Jacuí, Taquari e Palmares, tendo sido dragado ou derrocado um volume total de 138.552 m³, de conformidade com a seguinte discriminação:

Dragagens:

Rio Jacuí	74.550 m ³
Rio Taquari	34.801 m ³
Rio Palmares	3.976 m ³

Derrocamentos:

Rio Jacui	8.075 m3
Rio Taquari	17.350 m3

O enrocamento de espigões atingiu a 3.295 m3 e foram refeitas as demarcações de diversos canais, além de serviços de manutenção, nos canais já balizados.

Além dos aludidos serviços de regularização e balizamento, mantém, ainda, a Seção de Obras e Conservação a operação do Estaleiro Naval de Triunfo, bem como a conservação e operação da barragem "Rio Branco".

Não obstante inúmeras dificuldades foi dado prosseguimento aos trabalhos de campo, correspondentes ao convênio estabelecido com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, e relativos aos serviços e estudos para a ligação das bacias dos rios Vacacaí-Ibicuí.

Os trabalhos topo-hidrográficos acham-se em fase de contratação, relacionando-se os serviços já efetuados ao estabelecimento de parte da rede de postos hidro-meteorológicos, previstos no convênio em aprêço.

Convênio com
a CIBPU

Encontra-se esse serviço em fase de extinção, não somente pelo seu alto grau deficitário, como ainda em virtude de outros fatores, como a existência da rodovia federal Osório-Tórres e a conclusão da estrada Palmares do Sul-Osório, que deverá determinar a extinção da via férrea de 60 cm de bitola existente entre essas duas localidades.

Durante o ano de 1957, foram, pela referida estrada de ferro, transportados 25.156 passageiros e 1.622.287 kg de carga.

A navegação tornou-se praticamente desnecessária, com o tráfego rodoviário pela já aludida estrada Osório-Tórres.

Suas agências e estações vêm sendo gradualmente fechadas, especialmente o porto de Maquiné e o armazém da barra João Pedro, que ainda se encontravam em funcionamento.

O total de cargas transportadas pela mencionada navegação lacustre somou, em 1957, a insignificância de 1.256 kg, oriundas das olarias existentes nas proximidades de Maquiné.

Quanto aos serviços de dragagem, acha-se operando na barra do rio Tramandaí a draga "Engenheiro Cândido Gafrée", cedida pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, tendo sido escavados, nesse local, 5.261 m3, no período de 22.11.57 a 31.12.57.

Serviço de
Transportes
entre Palma-
res do Sul e
Tórres

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE CARVÃO MINERAL

Decorreram normalmente durante o ano de 1957, os serviços afetos a esse Departamento, não obstante os fatores desfavoráveis com que o mesmo se defrontou, no desempenho de suas atividades.

Ao finalizar o ano em aprêço, achavam-se concluídas, ou em vias de conclusão, as seguintes obras, destinadas a ampliar e melhorar os serviços e equipamentos da autarquia: pavilhões de madeira e alvenaria, respectivamente, para a Seção Elétrica e para o centro telefônico e estação de rádio; ponte rodo-ferroviária de concreto sobre o arroio Capão da Roca, destinada a possibilitar o acesso das linhas ferroviárias e transporte em caminhões, até o local onde está sendo construído o Poço de Profundidade; quatro casas de madeira para operários; montagem de uma usina Diesel de 310 HP, de emergência, nas Minas do Leão, com a instalação de um grupo M W M., adquirido do DAER.

Foram, ainda, ultimadas as obras da subestação de força nas mencionadas Minas do Leão e iniciadas as da subestação de Butiá, para recebimento e transmissão de força dessa usina ao Leão.

Construções

A produção anual de carvão e moinha totalizou, no ano transato, 74.600 toneladas, registrando-se sensível decréscimo em relação aos anos de 1955 e 1956, em virtude da constante baixa do consumo de carvão, observada no Estado.

Apesar disso, continua o Departamento plenamente capacitado, por suas atuais condições de serviço e aparelhamento, a não somente atingir, como mesmo ultrapassar largamente a produção dos anos anteriores, uma vez alterada a atual conjuntura relativa ao consumo verificado no último ano.

Produção

No setor de assistência social, deve ser registrado o pleno êxito alcançado pela Cooperativa, fundada pelo Departamento em 1956.

Suas operações conseguiram determinar certa redução de preços em artigos de primeira necessidade e o balanço realizado acusou um lucro bruto de cerca de Cr\$ 1.200.000,00, do qual grande parte reverterá em benefício dos associados.

Assistência Social

As obras referentes a esse setor acham-se em vias de conclusão, devendo estar ultimada, em março do corrente ano, a usina de emergência, já anteriormente aludida.

Energia Elétrica

Outrossim, foi celebrado convênio com o CADEM e a Comissão Estadual de Energia Elétrica, para permuta de força, entre a usina de São Jerônimo, que fornecera energia para as instalações do referido Consórcio, em Charqueadas, e a usina do Butiá, que fornecerá o equivalente às instalações do Departamento nas Minas do Leão.

Pesquisas e sondagens

Foi concluída em 1957, a primeira etapa do plano estabelecido para pesquisas e sondagens, compreendendo o território do Município de São Jerônimo, até as divisas com os municípios de Cachoeira e Caçapava, tendo sido, a respeito, publicada uma monografia distribuída aos órgãos e entidades interessados no assunto.

Poço de Profundidade

Foi iniciada, em 1957, a abertura de um poço de profundidade (P. 1), tendo sido investidos até o presente nessa obra, cerca de
Cr\$ 8.000.000,00

Trata-se de iniciativa de vital e urgente interesse para o Departamento, cujas jazidas a céu aberto, atualmente em exploração, estão a esgotar-se.

Espera-se, para o corrente ano, o prosseguimento desse empreendimento de tão relevante necessidade e urgência, uma vez obtidos os recursos necessários, de modo a possibilitar a exploração das maiores reservas de carvão, situadas no subsolo, a 123 metros de profundidade

DEPARTAMENTO AUTÓNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Durante o ano findo, prosseguiu essa autarquia viária na ingente tarefa de recuperação e ampliação da nossa rede de estradas de rodagem, não somente no setor propriamente estadual, como ainda no tocante a obras federais, por delegação do governo da União.

Quanto aos trabalhos do Departamento no setor especificamente estadual, cumpre referir, preliminarmente, no que respeita a estudos e projetos realizados pela Divisão respectiva, os seguintes índices, relativos a traçados: reconhecimento: 666,4 km; exploração: 297,8 km; anteprojetos: 281,6 km; locação: 157,7 km; projetos: 232,7 km; levantamentos de estradas: 140,0 km.

Setor
Estadual

No que concerne aos estudos referentes a estruturas, foram executados 6.077 m de sondagem, sendo 876 m referentes a obras de arte e 5.211 m a terraplenagem.

Tiveram, ainda, conclusão os projetos de onze estruturas, num total de 870,5 m, dos quais 654,15 m para pontes de concreto armado e 216,0 m para pontes de aço.

Foram, também, iniciados os projetos de oito estruturas num total de 734,70 m, todas em concreto armado.

No setor a cargo da Divisão de Construção, foram construídas ... 35.420 km de estradas, pertencentes aos seguintes trechos: Porto Alegre-Santa Maria; Novo Hamburgo-Taquara; Cruz Alta-Ijuí e acessos da ponte sobre o rio Pardo.

Pela Divisão de Conservação e Melhoramentos, foram movimentados 1.451.268 m³ de terra em diversos trechos, tendo sido ainda construídos 2.530 metros de bueiros tubulares de concreto.

Quanto à pavimentação de estradas, receberam pavimento asfáltico 56,1 km, pertencentes aos seguintes trechos: Osório-Tramandaí; Uruguaiana-Exposição; Novo Hamburgo-Campo Bom; Rincão do Cascalho-Montenegro; Nova Petrópolis-Canela; Gravatá-Taquara; Taquara-São Francisco de Paula; Carazinho-Não-Me-Toque; Passo Fundo-Marau; Ponte do Retiro-Pelotas (alargamento).

Pavimentação

Esses mesmos trechos tiveram um tratamento de base numa extensão de 70,6 km, tendo sido, ainda aplicados 558,087 m³ de saibro em trechos diversos.

Concluiu, ainda, o D.A.E.R. a construção de 16 obras de arte, num total de 1.323,55 m.

Essas obras são as seguintes: pontes sobre o Arroio Camaquã das

Lavras; sobre o Arroio Jacuí Mirim (Passo do Lagoão); sobre o rio Vacacaí (Passo do Verde); sobre o arroio Touro Passo; sobre o Vertedouro Sanchuri; sobre o rio Jacuí; sobre o rio Pardo e viaduto sobre a Viação Férrea, na RS-3.

Pontes sobre
os Rios Ta-
quari e Jacuí

Mercecem especial destaque, pela particular significação que apresentam para a economia do Estado e o aperfeiçoamento de seu sistema viário, a conclusão e inauguração da ponte de concreto armado, sobre o rio Jacuí, na RS — Santa Cruz-Rio Pardo-Encruzilhada, situada na proximidade de Rio Pardo e o prosseguimento das obras de construção da ponte, também de concreto, sobre o Taquari, que intercepta a ER. RS-3, no trecho Montenegro-Venâncio Aires.

A essas realizações foram por Decretos n.ºs 8.251 e 8.429, de 18 de novembro e 16 de dezembro de 1957, respectivamente, dadas as denominações de "General Gomes Freire de Andrada" e "Engenheiro João Luderitz", numa justa homenagem a um grande batalhador de nossa formação histórica e a um ilustre técnico rio-grandense.

Foram ainda, iniciadas, em 1957, as construções de 790,26 m de novas obras de arte e concluídos trabalhos de reparações de estruturas, na ER. RS-51, em trechos de 287,0 e 733,30 m.

Pela Divisão de Conservação e Melhoramentos, foram, ainda realizadas as seguintes obras: ponte de concreto armado sobre o rio Buriti, com 72 m de comprimento e 70 m de bueiros na Várzea do Verde.

Sector
Federal

No decorrer de 1957, a Divisão de Estudos e Projetos do DAER, executou, no tocante a traçados de trechos das rodovias federais os seguintes trabalhos: reconhecimento: 607,7 km; anteprojetos: 889,2 km; locação: 164,2 km; projetos 188,0 km e levantamento de estradas: 162,7 km.

Foram, ainda, efetuados estudos e projetos de 14 estruturas já concluídas, num total de 874,50 m., todas com a largura de 7,20 m e iniciado o projeto de uma ponte em concreto armado, com 30,0 m de comprimento e 7,70 m de largura, sobre o arroio São Rafael, no trecho Panzano Grande-São Gabriel, tendo sido realizadas sondagens em 1.358 m, sendo 493 referentes a obras de arte e 865 a terraplenagem.

Pela divisão respectiva, foram construídos 27,3 km. de estradas, referentes aos trechos: Porto Alegre-Pelotas; Porto Alegre-Uruguaiana; Rio Grande-Chuí; Livramento-Dom Pedrito e Pelotas-Bagé, tendo sido, ainda, movimentados, pela Divisão de Conservação e Melhoramentos, 2.885 m³. de terras e construídos 50m. de bueiros tubulares de concreto no trecho Bagé-Serrilhada.

Receberam tratamento de sub-base 3,0 km. da ER. BR-2, no trecho compreendido entre os km. 20 e 60. obra executada sob o regime de empreitada, pela firma STER S. A.

Tiveram conclusão oito obras de arte, com 605,84 m., a seguir discriminadas: pontes sobre o rio Ibicui da Armada; sobre o arroio Pequiri; sobre o arroio da Palma; sobre o arroio do Pinto; sobre o arroio Viúva Tereza; viaduto na Várzea de Pequiri; fundações no rio Irapuá e bueiros na BR-77.

A travessia do rio Guaíba, que vem sendo, até o presente, efetuada mediante barcas, entre Guaíba e Vila Assunção, acusou, em 1957, um movimento de 301.108 veículos, apresentando, assim, uma média mensal de 25.092 veículos e diária de 824.

A travessia a sêco do Guaíba, estabelecendo a continuidade das rodovias federais BR-2 e BR-37, constitui obra de grandiosas proporções, que, atendendo a uma elevada aspiração do povo rio-grandense, trará resultados sem precedentes para a economia do Estado.

Iniciada em 1955, sua conclusão está prevista para o corrente ano, constando de diversas obras, com a extensão de 4.703 m., compreendendo quatro pontes sôbre o rio Jacuí, Saco da Alemôa, Furado Grande e rio Guaíba.

Até 31 de dezembro último, foram faturados serviços na importância de Cr\$ 227.701.932,20, tendo o Estado aplicado, a expensas suas, a importância de Cr\$ 30.450.736,80 e antecipado, para recuperação ulterior, a quantia de Cr\$ 51.325.399,90.

As pontes acima referidas acham-se em fase de construção da superestrutura, tendo sido concluídos 1247 m. e estando em execução 437 m.

Para a realização das obras a seu cargo, tem o D.A.E.R. utilizado recursos orçamentários próprios, e, em especial, os oriundos da Taxa de Transporte, que, figurando na receita orçamentária da autarquia num montante de Cr\$ 395.000.000,00, foi arrecadada com uma diferença, para menos, de Cr\$ 103.720.000,00.

Recursos

Contou, outrossim, o Departamento com recursos consignados, na Lei de Meios da União, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para a realização de obras federais.

COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA

O exame, ainda que perfunctório, das atividades e realizações a cargo desse órgão técnico, de tão acentuado destaque na administração estadual, conduz a resultados satisfatórios, não só quanto ao que vem sendo efetivamente objetivado, como relativamente ao que se projeta, para um futuro próximo, no sentido de solver os complexos problemas, ligados à ampliação da capacidade energética do Rio Grande do Sul.

O Plano de Eletrificação do Estado, embora embaraçado em sua execução por dificuldades de ordem financeira e cambial, apresenta uma curva ascendente, no cômputo de suas iniciativas e realizações.

Plano de Eletrificação

Para o seu crescente desenvolvimento econômico, disporá o Estado, nos próximos anos, da necessária provisão de energia elétrica, ao completar-se a segunda etapa do Plano em aprêço, com a conclusão e funcionamento das Usinas de Candiota, com um potencial de 40.000 kw., e do Jacuí, com 70.000 kw., bem como mediante o início de obras de maior vulto, já demoradamente estudadas e planejadas pelos técnicos da Comissão.

Procede a mesma a estudos, já em fase adiantada, sobre o aproveitamento dos seguintes potenciais hidráulicos, ainda em estimativas aproximadas: Jacuí (ampliação), 100.000 HP; Rio das Antas, 100.000 HP; Rio Passo Fundo, 300.000 HP.; Rio Camaquã, 90.000 HP.; e Tainhas, 65.000 HP., totalizando 645.000 HP., que exigirão investimentos calculados, aproximadamente, em 10 bilhões de cruzeiros.

Lançados, há pouco mais de um decênio, os marcos iniciais de uma obra destinada a corrigir um alhelamento de quase meio século, prossegue o Plano de Eletrificação, nesta altura de seu crescente desenvolvimento, buscando metas mais arrojadas, objetivando realizações futuras que se enadunem com a exuberante vitalidade econômica do Rio Grande do Sul e o espírito empreendedor de seu povo.

Assim, os elementos relativos às atividades da Comissão Estadual de Energia Elétrica, no decorrer de 1957, e seus próximos objetivos e seus seus planos para o futuro, constituem índices de que este Estado não ficará em posição de inferioridade perante as principais unidades federativas que, ávidas de progresso, cuidam com renovado interesse de um setor de tão vital importância, como o da energia elétrica.

Atividades da
Comissão em
1957

Entre as atividades da Comissão Estadual de Energia Elétrica, durante o ano findo, deve ser destacada, como acontecimento de vulto, a celebração dos contratos para a compra e instalações dos equipamentos destinados à Central Hidroelétrica do Jacuí e das linhas de transmissão e subestações da Central Termoelétrica de Candiota, bem como para a aquisição de 37 unidades Diesel-elétricas, dentre as quais 17 de 1.000 kw. e 20 de 200 kw., cada uma.

Tais operações totalizaram um valor, em moeda corrente nacional, de Cr\$ 1.009.000.000,00, incluindo parcelas de Cr\$ 582.000.000,00, para o sistema do Jacuí; Cr\$ 255.000.000,00 para o de Candiota e Cr\$ 172.000.000,00 para as referidas unidades Diesel-elétricas, achando-se em estudos, no Banco do Brasil, as licenças e autorizações necessárias à importação dos materiais e equipamentos relativos aos contratos em aprêço.

Empregará, ainda, a Comissão, na Central do Jacuí, investimentos em obras civis no montante de um bilhão de cruzeiros.

Cumpre salientar, ainda, outro acontecimento de inegável relevo, entre as atividades da CEEE, no ano transato, qual seja o funcionamento da Usina Hidroelétrica de Ernestina, cujos 6.000 HP., vieram ampliar as condições de abastecimento das zonas norte e nordeste do Estado, onde o acentuado progresso vem exigindo crescentes reservas de energia elétrica.

A autarquia em referência pôde, ainda, no decorrer de 1957, trazer maior contribuição ao consumo de energia elétrica na Capital do Estado e localidades vizinhas, onde se concentram poderosas organizações industriais.

Dos 241.686.400 kwh., produzidos pela Comissão e pela Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense, no ano findo, 124.207.900 kwh. foram provenientes das usinas da primeira.

Foram instalados, em 1957, 9.800 kw., compreendendo 5.000 Diesel (10 grupos de 500 kw.) e 4.800 da Usina de Ernestina.

Tais instalações e mais 636 kw., encampados no mesmo ano, elevaram a potência de 127.237 kw., registrada em 1956, a um total em operação de 134.561 kw., em dezembro último, deduzidas as instalações retiradas durante o ano (motores em conserto ou relegados a sucata).

Elevou-se também, o número de localidades servidas pela Comissão Estadual de Energia Elétrica.

Seus sistemas que, em 1956, atendiam 73 sedes municipais e 169 distritais, passaram, em 1957, a satisfazer as necessidades de 80 sedes municipais e 235 distritais.

Mais cinco sedes municipais tiveram seus serviços de eletricidade encampados pela Comissão (Camaquã, Getúlio Vargas, Rolante, Tapes e Três de Maio). Com a incorporação desses serviços, a potência encampada em operação passou ao total de 20.731 kw.

No decorrer de 1957, montou a CEEE 132 subestações transformadoras e construiu 688.122 metros de linha.

Produção e
consumo de
energia elé-
trica

A produção bruta de energia elétrica apresenta os seguintes índices: usinas hidroelétricas, 272.305.991 kwh.; usinas térmicas, 76.009.917 kwh. Diesel e 35.400.000 kwh. carvão, totalizando 383.715.908 kwh.

O número de consumidores passou de 140.875, em 1956, a 150.381, até 31 de outubro último, não computados os que recebem energia através de redistribuidores.

Para fazer face aos investimentos exigidos pelas obras dos sistemas do Jacuí e Candiota, recorreu a Comissão a empréstimos, junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Económico, tendo o Conselho de Administração desse estabelecimento aprovado a concessão de um empréstimo de Cr\$ 860.400.000,00 e avais para material de importação, no montante de Cr\$ 272.000.000,00, destinando-se essas operações, já aprovadas pelo Poder Legislativo, às referidas obras do Jacuí.

Espera-se, ainda, o breve pronunciamento do aludido Banco sobre o financiamento das despesas em moeda corrente nacional, no montante de Cr\$ 241.230.000,00, a serem realizadas com o sistema de Candiota, financiamento esse também já autorizado pela egrégia Assembléia Legislativa do Estado.

As vultosas transações bancárias em aprêço serão cobertas pela Taxa de Eletrificação.

Empréstimos
e financia-
mentos

Além dos contratos celebrados, e já aludidos, no montante de mais de um bilhão de cruzeiros, abriu a Comissão, no decorrer de 1957, concorrências para obras no valor total de Cr\$ 340.000.000,00, compreendendo:

Concorrências
públicas

	Cr\$
Blindagem no túnel do Jacuí, no montante de	100.000.000,00
Ampliação da Central de São Jerônimo, no valor de	200.000.000,00
Usina hidroelétrica do Blang, somando	20.000.000,00
300 toneladas de condutores, no total de ..	15.000.000,00
Réde de comunicações de Candiota, na importância de	5.000.000,00

A receita ordinária da Comissão foi orçada, para 1957, em Cr\$ 942.775.942,40 e a despesa orçamentária em Cr\$ 930.000.000,00.

Na Diretoria dos Serviços Industriais, os balanços efetuados registraram uma receita faturada de Cr\$ 412.000.000,00, para uma despesa empenhada de Cr\$ 335.000.000,00.

Movimento
financeiro

Do montante de Cr\$ 529.539.255,30, correspondente à arrecadação da Taxa de Eletrificação em 1957, recolheu o Tesouro do Estado, ao Banco do Rio Grande do Sul, Cr\$ 285.363.634,90.

Além deste montante, depositou ainda o Tesouro, no mesmo estabelecimento bancário, Cr\$ 66.336.365,10, incluindo os seguintes valores:

	Cr\$
Taxa de Eletrificação de 1956	64.574.308,50
Tesouro do Estado (compromissos de 1956) ..	1.565.759,60
Saldo da encampação de Bento Gonçalves ..	196.297,60

Foram, até o presente, aplicados cerca de dois bilhões de cruzeiros em obras do Plano de Eletrificação, compreendidos Cr\$ 1.615.501.228,50 em construções e Cr\$ 110.000.000,00 em encampações.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

Um dos objetivos fundamentais do atual Governo do Estado, no desenvolvimento de sua ação administrativa, tem sido o reerguimento do sistema de transportes ferro, rodo, hidro e aeroviários, no Rio Grande do Sul.

A carência de recursos financeiros suficientes para uma ação de convergadura nesse sentido, levou o Executivo a propor a instituição da Taxa de Transportes, concretizada na Lei n.º 2.737, de 26 de novembro de 1955 e o seu correspondente plano de investimentos, fielmente executado, sob a fiscalização do respectivo Conselho Coordenador, criado junto à Secretaria das Obras Públicas.

Ao elaborar o programa de aplicação dos recursos provenientes da nova taxa, no setor ferroviário, preocupou-se o Executivo em atcr-se a uma escala de prioridades, que atendesse às mais urgentes necessidades do principal sistema de transportes do Estado, cujo plano de recuperação teria de moldar-se a um esquema capaz de promover a ampliação gradativa da capacidade operacional da ferrovia, sem prejuízo das medidas de largo alcance que o problema estava a reclamar do Poder Público.

Dentro dêsse princípio, e a par do prosseguimento das obras de construção de variantes, visando a correção e aperfeiçoamento de traçados, e dos trabalhos relativos à melhoria das condições da via permanente, diversas providências de caráter administrativo foram tomadas, com o objeto de melhorar o aproveitamento de material rodante e de tração, conseguindo-se resultados positivos, no que se refere aos fatores básicos da tonelada quilômetro, cujo índice tornou-se superior em 12,3 % ao do ano de 1954.

A situação atual da rede, quanto à sua extensão, apresenta os seguintes índices: linhas principais, 3.695,43 km.; linhas duplas, 12.193,30 km.; linhas de desvios da rede, 416.966,10 km.; e linhas de desvios particulares, 74.227,22 km., verificando-se, portanto, um total de 4.198.823,13 km.

Na extensão da linha, houve um acréscimo de 46.703,81 km., proveniente da inclusão de 47,863 km. construídos no trecho São Luiz Gonzaga-Cerro Largo e do encurtamento de 0.359,19 km., com as ligações realizadas na variante Santa Maria-Arroio do Só (km. 12.943,90 ao km. 18.300).

Verificou-se, ainda, um aumento de 1.905,20 metros, nos desvios da Rede, e de 1.373,40 metros, nos desvios particulares.

Do total das linhas principais e duplas, cerca de 61,0% tem las-

Via Perma-
nente

tramento com pedra britada, 15% lastramento incompleto e os restantes 25,6% lastramento com terra, areião ou cinza.

Entre os trilhos existentes, cujo peso, por metro linear, varia de 20 a 50 quilos, predominam os do tipo de 32 quilos, na proporção de 30,06% do total empregado na Rede.

Foram empregados 631 887 dormentes de tipos diversos, sobre uma previsão de 630 700.

O lastramento da linha prosseguiu de acôrdo com as possibilidades de produção das seis pedreiras em funcionamento, tendo sido executadas extensões de 29.225 quilômetros de lastramento completo, 1.930 quilômetros de lastramento incompleto e 46.538 quilômetros de relastramento, em diversos trechos da Rede.

Efetou-se substituição de trilhos novos numa extensão de 21.823,00 metros.

A substituição de trilhos de reaprêço, por tipo mais pesado, ou por desgaste, realizou-se numa extensão total de 63 651,00 metros, tendo sido, ainda, substituídos, por fratura, 161 trilhos de diversos tipos.

No trecho Santa Maria-Uruçuajana nas linhas Entroncamento-Livramento e Standard-Caxias do Sul e nos ramais Rio dos Sinos-Taquara e São Sebastião-Livramento, foram concluídas, ou se encontram em andamento, para reforço de pontes, superestruturas metálicas na extensão total de 236,44 metros de centro a centro dos apoios, e mais o reforço de uma superestrutura metálica de 10,70 metros, bem como 3 vigas contínuas novas de 2x5,90 metros.

Variantes

Prosseguiram, em 1957, os estudos de campo de variantes a serem construídos na linha de Santa Maria a Pôrto Alegre, no trecho compreendido entre as estações de Pertile e Ramiz Galvão.

No início do ano findo, efetuou-se o reconhecimento para o estudo de outra variante, ligando diretamente a estação de Dilermando de Aguiar a São Gabriel.

Foram, outrossim, elaborados estudos e projetos, relativos não somente ao trecho acima referido, como ainda, aos seguintes: Arroio do Só a Ramiz Galvão, Jaguarí a Santiago, Variante na Estrada de Ferro Jacuí, São Gabriel a Hulha Negra e Herval a Pelotas.

Continuou, no mesmo exercício, a construção de diversas variantes já iniciadas.

Por conta de empréstimo concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, prosseguiram os trabalhos concernentes à variante de Ramiz Galvão a Barreto, cuja entrega ao tráfego está prevista para o fim do corrente ano, tendo sido dispendido nesta obra, durante o último exercício o montante de Cr\$ 87 010 858 30.

A variante de Hulha Negra a Herval teve seus trabalhos regularizados, com a obtenção de recursos financeiros, estando prevista sua conclusão para dezembro de 1959. A despesa realizada, em 1957, subiu a Cr\$ 59.292.198,00.

Com recursos provenientes da Taxa de Transportes, estão sendo construídas as variantes de Santa Maria e Arroio do Só e Santa Maria e Canabarro, com a extensão total de 50 quilômetros, dispendidos, nas respectivas obras, Cr\$ 14.821 145,40, no ano transato.

Ainda com disponibilidades fornecidas pela Taxa em referência, totalizando Cr\$ 1.685 389,50, no mesmo exercício foi concluída em Taquara, a construção de um novo armazém e prosseguem as obras da nova estação da mesma cidade.

Custeada com recursos federais, acha-se, ainda, em construção uma variante entre as estações de Agente Gomes e Capão do Leão, nas proximidades de Pelotas, em cujas obras foram dispendidos Cr\$ 2 182.620,30, em 1957.

A extensão total das variantes atualmente em construção é, pois, de 230 quilômetros, com uma despesa total de Cr\$ 164.991.709,50, no último exercício.

Foi incorporado à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no ano findo, vultoso material de tração e rodante, proveniente de aquisições diversas.

Material de
tração e ro-
dante

Com recursos oriundos da Taxa de Transportes, foram adquiridas 6 composições Diesel Hidráulicas de três corpos, para transporte de passageiros, desembarcados no porto de Rio Grande em janeiro, fevereiro e março do mesmo ano, bem como 20 locomotivas Diesel Elétricas do tipo A 1 A — A 1 A, de 13 toneladas por eixo, chegadas ao referido porto, no período de 14 de julho a 22 de agosto de 1957.

Teve, ainda, lugar a incorporação, ao patrimônio da Rede, de 50 vagões fechados, de 36 toneladas de lotação e 12 metros de comprimento, inteiramente metálicos, construídos pela COBRASMA, de São Paulo, e que constituem parte de um lote de 94 unidades, adquiridas da mesma empresa, mediante financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Por outro lado, construíram as oficinas da Viação Férrea, no ano transato, 1 vagão de passageiros de 2.^a classe, 21 vagões plataformas e 10 vagões tanques, todos provenientes da transformação de outras unidades, tendo sido, ainda, adaptadas 5 locomotivas para combustão do "fuel oil".

Além dos trabalhos de construção e transformação acima aludidos, procederam as oficinas em aprêço, entre outras atividades de vulto, à reparação de 146 locomotivas, 57 carros, 924 vagões, 12 carros motores, 19 automóveis de linha, 3 guindastes, 14 caminhões e 2 locomóveis.

Entrou em funcionamento, na cidade de Rio Grande, a oficina de reparações de locomotivas Diesel, instalada independentemente de sua congênere para locomotivas a vapor.

Construções
novas e obras
diversas

Na estação Diretor Augusto Pestana está sendo aterrado e nivelado o local onde serão construídos uma oficina e um depósito, destinados às locomotivas Diesel e aos trens "Minuano". A estrutura para os respectivos pavilhões já foi contratada, achando-se a sua construção em pleno andamento.

Na estação Otávio Lima, foram projetadas e iniciadas as obras do novo pavilhão, destinado ao funcionamento da Secção de Truques e Engates, devendo correr a despesa respectiva à conta da Taxa de Transportes.

Na linha Cacequi-Rio Grande (km. 205,010), acha-se em andamento a construção de uma ponte nova de 20,70 m., de centro a centro dos apoios.

Movimento de passageiros e cargas e receita correspondente

O transporte de mercadorias diversas e animais, que é o de maior volume na Viação Férrea, apresenta tendência a diminuir em peso e aumentar em percurso.

Verifica-se através dos seguintes índices estabelecidos comparativamente, em relação ao exercício de 1956, que o transporte de mercadorias, animais, encomendas e viajantes, nos trens da Rede, apresentou, no ano findo, sensível aumento de receita:

Mercadorias

Ano	Tons.	Tons.-km.	Receita — Cr\$
1956	1.431.928	710.714.672	500.444.471,80
1957	1.355.041	685.384.037	618.088.959,40

Percurso médio de uma tonelada de mercadoria:

1956	496 km.
1957	506 km.

II — Animais em trens de carga e em trens de viajantes:

Ano	Tons.	Tons.-km.	Receita — Cr\$
1956	133.553	69.748.399	37.302.891,30
1957	137.293	70.800.153	55.338.439,40

Percurso médio de uma tonelada:

1956	522 km.
1957	515 km.

III — Encomendas

Ano	Tons.	Tons.-km.	Receita — Cr\$
1956	47.831	11.235.126	21.314.155,80
1957	40.343	9.739.879	26.676.131,90

IV — Viajantes

Ano	Viajantes	Viajantes-km.	Receita — Cr\$
1956	4.262.742	399.534.370	116.244.241,10
1957	3.830.812	384.534.943	147.737.014,50

No transporte de mercadorias, foram utilizados 97.532 vagões, dos quais 66.446 em serviço retribuído e 31.086 em serviço não retribuído. Verificou-se, relativamente ao total de 102.068 vagões, registrado em 1956, um decréscimo de 4.536 unidades fornecidas.

Quanto à diminuição de receita no montante de Cr\$ 1.703.078,40, em confronto com o exercício anterior, apurada nos serviços rodoferroviários, justifica-se a mesma pela supressão dos aludidos serviços nas zonas das Missões e da Serra, por motivos de conveniência administrativa.

A receita industrial da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, proveniente de transportes realizados durante o ano de 1957, pode ser estimada em Cr\$ 989.697.938,60, considerados os elementos apurados até novembro do ano findo.

SITUAÇÃO FI-
nancieira e
execução or-
çamentária

A despesa de custeio comporta uma estimativa de Cr\$
2.283.813.269,40, tendo em vista a escrituração efetuada até outubro último.

Ante esses resultados, é previsível um deficit de Cr\$
1.294.133.330,80.

Ao deficit orçamentário de operação ou custeio, aprovado pelo Governo Federal, de Cr\$ 727.878.480,00, deve ser acrescentada a importância de Cr\$ 586.999.969,00, correspondente a despesas resultantes do novo Quadro de Pessoal, aprovado pela Portaria n.º 612, de 29 de junho de 1957, do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.

Ao deficit da exploração do tráfego, cumpre adicionar, ainda, o prejuízo das contas de Gestão e Lucros e Perdas, que pode ser estimado em Cr\$ 11.769.996,10, oriundo especialmente de juros, devendo ser, por outro lado, deduzida a contribuição da União, no montante de Cr\$ 91.080.003,70, correspondente a 50% da despesa com carvão nacional (Lei n.º 2.453, de 16 de abril de 1955).

Nessas condições, pode-se prever um deficit total de Cr\$
1.214.823.323,20, que confrontado com o aprovado pelo Governo da União, na importância de Cr\$ 1.314.876.444,00, acha-se dentro da estimativa estabelecida.

Da receita da Taxa de Transportes, criada pela referida Lei estadual n.º 2.737, de 26 de novembro de 1955, foi prevista, inicialmente, para a Viação Férrea, em 1957, a importância de Cr\$ 158.088.000,00, mais tarde reduzida para Cr\$ 136.488.000,00.

O Governo do Estado supriu a Viação Férrea, por conta da referida taxa, no mesmo exercício, recursos no total de Cr\$ 117.435.173,40.

Estimado em Cr\$ 138.023.065,10 o montante da despesa total, efetuada no exercício, até dezembro último, com disponibilidades provenientes da Taxa em aprêço, verifica-se que essa despesa superará em Cr\$ 21.488.891,70 a receita específica de que se trata, devendo esse montante ser coberto, em parte, pelo saldo do exercício anterior.

No período de janeiro a dezembro de 1957, proporcionou o Estado à Viação Férrea suprimentos no total de Cr\$ 59.236.841,40, para as seguintes despesas de responsabilidade exclusivamente estadual:

	Cr\$
Plano de Obras aprovado pela Lei n.º 2.136, de de 26 de outubro de 1953:	
Para atender despesas com a desapropriação de terreno em Diretor Augusto Pestana ..	10.000.000,00
Para fins diversos: pagamento de vantagens aos inativos; diferença de abono familiar — Lei 2.605 (50%) e outros, isto é, juros, ex- cesso de deficit etc.	49.236.841,40
	<u>59.236.841,40</u>

Rescisão de
contrato de
arrendamento
e administra-
ção Federal

Conforme se verifica, através da exposição anterior, vinha o Governo do Estado, na medida de suas possibilidades, executando o programa que estabelecera no setor ferroviário, quando, pressionado por circunstâncias prejudiciais aos interesses da economia rio-grandense, deliberou a rescisão do contrato de arrendamento celebrado entre a União e o Estado, para a exploração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, de conformidade com as disposições da Lei estadual n.º 3.129, de 11 de setembro de 1957, do Decreto estadual n.º 8.159, de 12 do mesmo mês e ano, e usando das faculdades contidas no artigo 12 da Lei federal n.º 2.217, de 5 de junho de 1954.

Passou a Rede ao regime de administração federal provisória, tendo sido constituídas duas comissões, uma estadual e outra federal, para estudarem e elaborarem o convênio que conterà as condições de reversão da estrada ao Governo da União, e de sua posterior incorporação à Rede Ferroviária Federal S. A.